



UFRPE

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**AVALIAÇÕES SUBJETIVAS DE ESTUDANTES DE UMA COMUNIDADE
ESCOLAR DA CIDADE DO RECIFE-PE SOBRE USOS EMERGENTES E
DISSIDENTES ADVINDOS DA LINGUAGEM INCLUSIVA NÃO-BINÁRIA:
ENTRE O ESTRANHAMENTO E O RECONHECIMENTO**

JOELMA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**RECIFE – PE
2023**

JOELMA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**AVALIAÇÕES SUBJETIVAS DE ESTUDANTES DE UMA COMUNIDADE
ESCOLAR DA CIDADE DO RECIFE-PE SOBRE USOS EMERGENTES E
DISSIDENTES ADVINDOS DA LINGUAGEM INCLUSIVA NÃO-BINÁRIA:
ENTRE O ESTRANHAMENTO E O RECONHECIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Rural de Pernambuco como pré-requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Roberta Tavares Silva

**RECIFE – PE
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O48a Oliveira, Joelma Rodrigues de
AVALIAÇÕES SUBJETIVAS DE ESTUDANTES DE UMA COMUNIDADE ESCOLAR DA CIDADE DO RECIFE-PE SOBRE USOS EMERGENTES E DISSIDENTES ADVINDOS DA LINGUAGEM INCLUSIVA NÃO BINÁRIA: ENTRE O ESTRANHAMENTO E O RECONHECIMENTO / Joelma Rodrigues de Oliveira. - 2023.
169 f.
- Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Roberta Tavares Silva.
Inclui referências e anexo(s).
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Recife, 2023.
1. Sociolinguística. 2. Avaliações subjetivas. 3. Crenças. 4. Atitudes. 5. Linguagem disruptiva. I. Silva, Profa. Dra. Cláudia Roberta Tavares, orient. II. Título

JOELMA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**AVALIAÇÕES SUBJETIVAS DE ESTUDANTES DE UMA COMUNIDADE
ESCOLAR DA CIDADE DO RECIFE-PE SOBRE USOS EMERGENTES E
DISSIDENTES ADVINDOS DA LINGUAGEM INCLUSIVA NÃO-BINÁRIA:
ENTRE O ESTRANHAMENTO E O RECONHECIMENTO**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestra, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, à seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Cláudia Roberta Tavares Silva (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Prof. Dr. Manu Cecil Souza dos Santos Rodrigues (Examinador Externo - Titular)
Instituto Federal de Brasília - IFB

Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo (Examinador Interno - Titular)
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Prof. Dr. Danniell da Silva Carvalho (Examinador Externo – Suplente)
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Profa. Dra. Vicentina Maria Ramires Borba
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Recife-PE, 05 de julho de 2023

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria da Conceição, e ao meu pai, Manoel Paulino, por serem o porto seguro no qual me fortaleço e significo minha existência e todas as minhas lutas. A vocês que não me faltam e a Deus!

AGRADECIMENTOS

À professora Cláudia Roberta Tavares Silva, minha orientadora, por acolher esta proposta de trabalho e conduzi-la brilhantemente, compartilhando comigo suas experiências e seus conhecimentos, sendo sempre muito atenciosa.

À professora Dorothy Bezerra Silva de Brito e aos professores Manu Cecil Souza dos Santos Rodrigues e Iran Ferreira de Melo, pelos quais nutro profunda admiração, por aceitarem ler e avaliar este trabalho, oferecendo contribuições valiosas, as quais enriqueceram sobremaneira minha pesquisa, tanto na qualificação quanto na defesa.

Ao professor e colega Déreck Kássio Ferreira Pereira pelo apoio no manuseio do programa de tratamento estatístico dos dados, uma expertise generosamente socializada que muito me ajudou na etapa de análises do trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFRPE, que fortaleceram imensamente a minha formação acadêmica.

Aos colegas e aos estudantes da EREM Ginásio Pernambucano – Aurora, bem como ao Núcleo de Estudos de Gênero Márcia Dangremon, pelas valiosíssimas participações na realização da pesquisa, bem como ao irrestrito apoio ao longo de todo o período de estudos conciliados com trabalho. Sou imensamente grata!

À minha família, pelo apoio incondicional; aos meus amigos, pela paciência. Gratidão a todos!

RESUMO

Trabalhos de base teórica variacionista laboviana sobre percepção linguística e avaliação subjetiva têm sido apontados como necessários para a compreensão de fenômenos linguísticos que se instauram no corpo social e promovem a dinamicidade das línguas através dos usos. Assinaladas em contextos sociocomunicativos os mais diversos, as manifestações linguísticas das diferentes identidades de gênero como o uso dos pronomes que designam generificação fora da binariedade como “todes, todxs, tod@s”, bem como nomes e adjetivos tais como “maravilhosos”, “menines”, “alun(x)”, têm sido constantes, constituindo nosso objeto de estudo. Trata-se de uma proposta necessária do ponto de vista descritivo, visto que não está alinhada ao paradigma de flexão de gênero hegemônico, que tem sido atualizado e, na dinâmica com que se inscreve nos dizeres, em contextos diversos, opera por meio de forças linguísticas e sociais. A pesquisa propõe analisar as crenças e atitudes linguísticas sobre usos da linguagem disruptiva de gênero, não-binária, inclusiva ou neutra no contexto de uma comunidade escolar, observando sua compreensão e aceitação, verificada sob a ótica da sociolinguística variacionista (Labov, 2008 [1972]). A pesquisa é de natureza quali-quantitativa, dividida em duas etapas: na primeira, a aplicação de um questionário para mapeamento do perfil sociolinguístico dos colaboradores e, na segunda, a coleta dos dados a partir de um questionário de perguntas objetivas para evidenciar as crenças e, um teste de percepção em escalas para aferir as atitudes. Foram selecionados, na primeira etapa, 31 colaboradores, entre estudantes e membros da comunidade escolar do Recife-PE, divididos em duas variáveis de controle: escolaridade e idade; na segunda etapa, 35 estudantes divididos em duas variáveis: Gênero e participação no NEG Márcia Dangremon, sediado na comunidade escolar pesquisada. Os resultados apontam que os usos linguísticos disruptivos estão acomodados aos contextos voltados para os estudantes, não havendo uso efetivo entre os demais entes da comunidade. Logo, a percepção e o entendimento do fato linguístico que marca tais usos numa determinada comunidade de fala não foi suficiente para sua efetivação entre todos os seus membros, ainda que entendido numa perspectiva linguística reflexiva e ideológica. Identificados majoritariamente nas redes sociais, não se efetivam nas práticas comunicativas da comunidade de fala em todos os contextos, evidenciando uma diferenciação dos grupos quanto ao seu acesso e acolhimento, sinalizando fatores sociais como responsáveis pelas divergências linguísticas entre subgrupos distintos em uma dada comunidade. No que se refere às crenças e atitudes evidenciadas pela leitura dos dados, membros do Núcleo de Gênero e colaboradores que se autoidentificaram como do gênero feminino estão mais abertos a acolher as variantes em estudo. O reconhecimento da aplicabilidade no contexto de escolarização, evidenciada nos usos disruptivos ali instaurados, garante aporte de atitudes positivas advindas dos diversos segmentos avaliados, embora evidenciado pelos dados levantados, descritos e avaliados, que nem todos os foram receptivos, visto que são usos, entendidos por alguns, como não representativos, linguística ou ideologicamente.

Palavras-chave: Sociolinguística; Avaliações subjetivas; Crenças; Atitudes; Linguagem disruptiva.

ABSTRACT

Papers based on Labovian variationist theory on linguistic perception and subjective evaluation have been pointed out as necessary for the understanding of linguistic phenomena that are established in the society and promote the dynamism of languages through uses. Marked in the most diverse socio-communicative contexts, the linguistic expressions of different gender identities such as the use of gendered pronouns outside the binarity “todes, todxs, tod@s”, as well as names and adjectives such as “maravilhosos”, “menines”, “alun(x)”, among other occurrences, have been constant and constitute our object of study. It is a necessary proposal from a descriptive point of view because it is aligned with a hegemonic genre bending paradigm that has been updated and, in the dynamics with which it is inscribed in sayings, in the most diverse contexts, it operates through linguistic and social forces. A research proposes to analyze linguistic beliefs and attitudes (perception) about uses of disruptive, non-binary, inclusive or neutral language in the context of a school community, observing its understanding and acceptance/rejection verified from the perspective of variationist sociolinguistics (Labov, 2008 [1972]). The research is of a quali-quantitative nature, divided into two stages: in the first, the application of a questionnaire to map the sociolinguistic profile of the participants and, in the second, the collection of data from a questionnaire with objective questions to highlight the beliefs and, a perception test on scales to measure attitudes. In the school community, in the first stage, 31 employees, students and members of a school community in Recife-PE were selected, divided into two control variables: schooling and age; in the second stage, 35 students were divided into two variables: Gender and participation in the Gender Studies Center. The results indicate that disruptive linguistic uses are accommodated in contexts aimed at students, with no effective use among other ones in the community. Therefore, the perception and understanding of the linguistic fact that marks such uses in a specific speech community was not enough for its effectiveness among all its members, even if understood in a reflexive and ideological linguistic perspective. Mostly identified in social networks, they are not effective in the communicative practices of the speech community in all contexts, evidencing a differentiation of the groups regarding their access and reception, signaling social factors as responsible for the linguistic divergences between distinct subgroups. With regard to beliefs and attitudes evidenced by reading the data, members of the Gender Center and participants self-identifying with the female gender are more open to accepting the variants under study. The recognition of the applicability in the context of schooling, evidenced in the disruptive uses established there, guarantees the contribution of positive attitudes arising from the different evaluated segments, although evidenced by the data collected, described and evaluated, that not all were receptive, since they are uses, understood by some, as unrepresentative, linguistically or ideologically.

Keywords: Sociolinguistics; Subjective assessments; Beliefs; Attitudes; Disruptive language.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo e distribuição dos colaboradores da amostra - Grupo 1	67
Tabela 2: Quantitativo e distribuição dos colaboradores da amostra - Grupo 2	68
Tabela 3: Código do colaborador estudante	74
Tabela 4: Quantitativo de colaboradores. Ilustra o número de respostas válidas e o dado percentual gerado	75
Tabela 5: Códigos de identificação dos colaboradores do Grupo 2	75
Tabela 6: Códigos de identificação dos colaboradores pais/responsáveis - Grupo 2	75
Tabela 7: Respostas abertas indicando contexto em que o colaborador presenciou o uso da linguagem inclusiva não-binária - Grupo 1	104
Tabela 8: Respostas abertas indicando contexto em que o colaborador presenciou o uso da linguagem inclusiva não-binária - Grupo 2	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Ilustração da faixa etária – Grupo 1	76
Gráfico 2: Ilustração da faixa etária – Grupo 2	76
Gráfico 3: Ilustração do grau de instrução – Grupo 1	77
Gráfico 4: Ilustração do grau de instrução – Grupo 2	77
Gráfico 5: Ilustração sobre a ocupação atual – Grupo 1	78
Gráfico 6: Ilustração sobre a ocupação atual – Grupo 2	78
Gráfico 7: Ilustração sobre a procedência – Grupo 1	79
Gráfico 8: Ilustração sobre a procedência – Grupo 2	79
Gráfico 9: Ilustração sobre a cor/etnia – Grupo 1	80
Gráfico 10: Ilustração sobre a cor/etnia – Grupo 2	80
Gráfico 11: Ilustração sobre o sexo – Grupo 1	82
Gráfico 12: Ilustração sobre o sexo – Grupo 2	82
Gráfico 13: Ilustração sobre o gênero – Grupo 1	82
Gráfico 14: Ilustração sobre o gênero – Grupo 2	83
Gráfico 15: Ilustração sobre a sexualidade – Grupo 1	83
Gráfico 16: Ilustração sobre a sexualidade – Grupo 2	84
Gráfico 17: Ilustração grau de escolaridade pai/responsável legal – Grupo 1	85
Gráfico 18: Ilustração grau de escolaridade mãe/responsável legal – Grupo 1	85
Gráfico 19: Ilustração de acesso à cultura e lazer – Grupo 1	86
Gráfico 20: Ilustração de acesso à cultura e lazer – Grupo 2	87
Gráfico 21: Ilustração de acesso a informações – Grupo 1	88
Gráfico 22: Ilustração de acesso a informações – Grupo 2	89
Gráfico 23: Ilustração sobre acesso a atualizações – Grupo 1	91
Gráfico 24: Ilustração sobre acesso a atualizações – Grupo 2	92
Gráfico 25: Ilustração sobre participação em grupo religioso – Grupo 1	93
Gráfico 26: Ilustração sobre participação em grupo religioso – Grupo 2	93
Gráfico 27: Ilustração sobre denominação de religiosa do colaborador – Grupo 1	94
Gráfico 28: Ilustração sobre denominação de religiosa do colaborador – Grupo 2	94
Gráfico 29: Ilustração sobre diversidade no contexto escolar – Grupo 1	96
Gráfico 30: Ilustração sobre diversidade no contexto escolar – Grupo 2	96
Gráfico 31: Ilustração sobre reconhecimento das temáticas de gênero e sexualidade no contexto escolar – Grupo 1	97

Gráfico 32: Ilustração sobre reconhecimento das temáticas de gênero e sexualidade no contexto escolar – Grupo 2	97
Gráfico 33: Ilustração sobre reconhecimento da sigla LGBTQIA+ – Grupo 1	98
Gráfico 34: Ilustração sobre reconhecimento da sigla LGBTQIA+ – Grupo 2	98
Gráfico 35: Ilustração sobre as identidades de gênero reconhecidas na comunidade LGBTQIA+ – Grupo 1	99
Gráfico 36: Ilustração sobre as identidades de gênero reconhecidas na comunidade LGBTQIA+ – Grupo 2	100
Gráfico 37: Ilustra o conhecimento e contato com pessoas LGBTQIA+ – Grupo 1 ...	101
Gráfico 38: Ilustração sobre especificação do contexto com o qual se relaciona com pessoas LGBTQIA+ – Grupo 1	101
Gráfico 39: Ilustra o conhecimento e contato com pessoas LGBTQIA+ – Grupo 2 ...	102
Gráfico 40: Ilustração sobre especificação do contexto com o qual se relaciona com pessoas LGBTQIA+ – Grupo 2	102
Gráfico 41: Ilustra o conhecimento da linguagem inclusiva não-binária – Grupo 1	103
Gráfico 42: Ilustra o conhecimento da linguagem inclusiva não-binária – Grupo 2	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Boxplot das reações subjetivas – variante @	109
Figura 2: Boxplot das reações subjetivas – variante e	109
Figura 3: Boxplot das reações subjetivas – variante padrão	110
Figura 4: Boxplot das reações subjetivas - variante e	112
Figura 5: Boxplot das reações subjetivas – variante @	112
Figura 6: Boxplot das reações subjetivas – variante padrão	113
Figura 7: Boxplot das reações subjetivas – variante padrão	114
Figura 8: Boxplot das reações subjetivas - variante @	115
Figura 9: Boxplot das reações subjetivas – variante e	116
Figura 10: Boxplot das reações subjetivas – variante padrão	117
Figura 11: Boxplot das reações subjetivas – variante e	118
Figura 12: Boxplot das reações subjetivas – variante @	119
Figura 13: Boxplot das reações subjetivas – variante @	121
Figura 14: Boxplot das reações subjetivas – variante e	122
Figura 15: Boxplot das reações subjetivas – variante padrão	123
Figura 16: Boxplot das reações subjetivas – variante e	124
Figura 17: Boxplot das reações subjetivas – variante padrão	124
Figura 18: Boxplot das reações subjetivas – variante @	124
Figura 19: Boxplot das reações subjetivas – variante padrão	127
Figura 20: Boxplot das reações subjetivas – variante @	127
Figura 21: Boxplot das reações subjetivas – variante e	128
Figura 22: Boxplot das reações subjetivas – variante padrão	130
Figura 23: Boxplot das reações subjetivas – variante e	131
Figura 24: Boxplot das reações subjetivas – variante @	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante e	135
Quadro 2: Teste de contingência	135
Quadro 3: Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante inclusiva	136
Quadro 4: Teste de contingência	137
Quadro 5: Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante e	138
Quadro 6: Teste de contingência	138
Quadro 7: Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante x	140
Quadro 8: Teste de contingência	141
Quadro 9: Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante e	141
Quadro 10: Teste de contingência	142
Quadro 11: Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante inclusiva	144
Quadro 12: Teste de contingência	144
Quadro 13: Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante neutra	145
Quadro 14: Teste de contingência	145
Quadro 15: Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante x	147
Quadro 16: Teste de contingência	147

ANEXOS

ANEXO 1: Mapa Mental - NEG Márcia Dangremon	160
ANEXO 2: Questionário Sociocultural	161
ANEXO 3: Teste de Crenças	165
ANEXO 4: Teste de Atitudes	167

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: QUADRO GERAL DO ESTUDO	23
1.1. SITUANDO O OBJETO DE ESTUDO	23
1.2 OBJETIVOS	30
1.2.1. Primário	30
1.2.2 Secundários	30
1.3 HIPÓTESES	31
1.3.1. Primária	31
1.3.2. Secundárias	31
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	32
CAPÍTULO 2: QUADRO TEÓRICO	34
2.1 SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	34
2.2 PSICOLOGIA SOCIAL	42
2.3 O TRATAMENTO DO GÊNERO SOB DIFERENTES OLHARES	44
2.3.1 O gênero gramatical	44
2.3.2 O gênero como uma construção social	51
2.3.2.1 Sobre a Interseccionalidade: breves incursões	52
2.4 TEORIA PÓS-CRÍTICA DO CURRÍCULO	54
2.4.1 Pedagogia Feminista	55
2.4.2 Pedagogia <i>Queer</i>	56
CAPÍTULO 3: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
3.1 TIPO DE PESQUISA	58
3.2 TIPO DE MÉTODO	59
3.3 ASPECTOS ÉTICOS	61
3.3.1 Riscos	61
3.3.2 Benefícios.....	63
3.4 PERFIL DOS COLABORADORES DO ESTUDO	64
3.5 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	65
3.5.1 Critérios de inclusão e exclusão	65
3.5.2 Tamanho da amostra	67
3.6 INSTRUMENTOS DE TESTAGEM	68
3.6.1 Descrição dos itens de testagem – Atitudes	69
3.6.2 Descrição dos itens de testagem - Crenças	72
3.6.3 O tratamento estatístico dos dados	72
CAPÍTULO 4: PERFIL DOS COLABORADORES: POR UM MAPEAMENTO SOCIOLINGUÍSTICO	74
4.1 IDENTIFICAÇÃO	79
4.2 GRAU DE INSTRUÇÃO	84
4.3 INFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS	86
4.4 CONVÍVIO ESCOLAR	95
CAPÍTULO 5: AVALIAÇÕES SUBJETIVA: ENTRE O ESTRANHAMENTO E O RECONHECIMENTO	107
5.1 REAÇÕES SUBJETIVAS: DESVENDANDO AS ATITUDES	108
5.1.1 Descrição e análise: Variável Núcleo	108
5.1.2 Descrição e análise – Variável Gênero	120
5.2 REAÇÕES SUBJETIVAS: DESVENDANDO AS CRENÇAS	134
5.2.1 Descrição e análise – Variável Gênero.....	135

5.2.1.1. Assertivas positivas	135
5.2.1.2. Assertivas negativas	138
5.2.2 Descrição e análise – Variável Núcleo	142
5.2.2.1. Assertivas positivas	142
5.2.2.2. Assertivas negativas	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
ANEXOS	160

.

INTRODUÇÃO

O advento de novos trabalhos de pesquisa de base teórica pautada nos preceitos da Sociolinguística, mais especificamente de base variacionista laboviana sobre percepção linguística e avaliação subjetiva de usos linguísticos, têm sido apontados como necessários para a compreensão de fenômenos que elucidem como se processa a dinâmica de mudança das línguas através dos usos, desde os mais enraizados e ortodoxos aos mais recentes e emergentes como os provenientes da linguagem inclusiva não-binária, por exemplo, os quais demandam um olhar para além de um mero dado de vernáculo, pois instauram-se na esfera do que é identitário na língua.

Tais manifestações linguísticas das diferentes identidades de gênero têm sido constantes e adentrado contextos sociocomunicativos os mais diversos, gerando polêmicas e levando a sociedade a refletir como aderir à incorporação dessas manifestações sem, contudo, modificar os paradigmas linguísticos vigentes. Quer dizer, falamos em considerar a relevância de usos demandados por uma comunidade que se autorreferencia através de pronomes e outras categorias gramaticais generificados fora do binário masculino-feminino para existir no contexto fechado de uma língua sobre a qual o olhar linguístico é preponderantemente masculino.

Falamos mais especificamente da Linguagem inclusiva não-binária, fenômeno social e linguístico que propõe um uso que substitui as letras finais das palavras - “a” e “o”, determinantes do gênero na língua - por letras ou morfemas não-alfabéticos, tais como “x”, “@”, “e”, “i” ou “u”, que imprimam uma compreensão de neutralidade. Vinculado às lutas identitárias de grupos LGBTQIA+¹, é uma proposta de linguagem que busca o reconhecimento de pessoas não-binárias, as quais não se identificam com a binariedade de gênero.

Diante da dicotomia de gêneros implementada desde a sua origem pela sociedade ocidental - o masculino em oposição ao feminino -, a língua, hoje, acomoda a multiplicidade de identidades socioculturais e, inclusive, de gênero. Logo, emergem casos de variantes na língua portuguesa falada e escrita no Brasil, como o uso do artigo definido

¹ Surgida na década de 1990, representando o movimento com a sigla GLS, a qual englobava apenas os termos designativos para gays, lésbicas e simpatizantes, a sigla evoluiu de acordo com a necessidade urgente de uma maior representatividade quanto à opção sexual e à identidade de gênero. Hoje, LGBTQIA+ tornou-se um acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e *queer*, com um sinal “+” para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade.

antecedendo um antropônimo, sem que haja correspondência de gênero entre os dois elementos, como em “A Pablo”, variante estudada por Pereira (2021) em sua tese *Avaliações subjetivas de universitários recifenses acerca da realização de artigo definido feminino diante de antropônimos masculino no português brasileiro*, ou como o uso dos pronomes genericados fora da binariedade, como “todes, todxs, tod@s” ou mesmo nomes e adjetivos tais como “maravilhosos”, “menines”, “alun(x)”, entre outras ocorrências mais atualizadas nas redes sociais. Sobre essa questão, damos destaques às reflexões e aos recortes de estudos desenvolvidas por Schwindt (2018)²: *Exponência de gênero e classe temática em português brasileiro*; Schwindt (2020) em seus textos *Predizibilidade da marcação de gênero em substantivos no português brasileiro* e, do mesmo ano, *Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico*³. Destacamos, ainda, advindo das redes sociais, o Sistema Elu, que é parte de um conjunto de propostas linguísticas com equivalentes dos pronomes femininos e masculinos neutros de gênero. O “u”, nesse caso, é usado como substituto da terminação de pronomes que indicam gênero. Já para palavras terminadas em “a” ou “o”, usa-se “e”, a saber: El – Elu, Dela – Delu, Todos – Todes, entre outros.

Apesar de as gramáticas tradicionais não reconhecerem, esses usos estão presentes na realidade linguística da comunidade formada por uma parcela considerável da população brasileira, tida ainda como minoria, a comunidade LGBTQIA+. Podendo ser compreendidos como um fenômeno linguístico de variação, tais registros operam no plano morfológico, pois aludem à constituição do gênero gramatical dos vocábulos, quer dizer, à flexão no masculino e no feminino, uma característica específica dos nomes e pronomes; mas operam também, como todo registro linguístico, no plano ideológico, já que buscam assinalar uma grafia para os dois gêneros, numa possível marca de igualdade, já que se prestam, não somente ao masculino ou ao feminino, mas aos dois gêneros. Temos, nessa perspectiva, a questão do gênero social, este determinado pelas práticas sociais, pelo contexto histórico e cultural em que estamos inseridos, mais que pelo sexo que nos identifica biologicamente. É a perspectiva de uma marca de resistência impressa pela linguagem (encontramos em Figueiredo (2009) estudo compatível com uma

² Pesquisador integrante do Projeto Variação Linguística na Região Sul do Brasil (Varsul), do Instituto de Letras da UFRGS em associação a outras três universidades federais do sul do País: UFRGS, UFSC e UFPR.

perspectiva mais ideológica, no que se refere à linguagem não-binária em: *Linguagem e gênero social: contribuições da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional*, bem como em De Tílio e Vieira (2021): *Sistemas de linguagens não-binárias em gênero e sexualidade*).

Buscamos ampliar ainda mais esta questão, buscando nos bancos de dados de dissertações e teses dos principais Programas de Pós-Graduação em Linguística do Brasil – UFPE, UFMG, UNICAMP e USP – trabalhos que relatassem resultados de pesquisas sobre percepção linguística e avaliações subjetivas – escopo da Sociolinguística - voltadas para o universo LGBTQIA+.

Estudos que abordam a linguagem não-binária não são recentes nem são desenvolvidos exclusivamente em língua portuguesa. Uma observação prévia já sinaliza uma tendência que tem sido mais recorrente, dada a popularização de sua variante mais proeminente na atualidade, em especial, nas redes sociais, com o uso de pronomes e nomes generificados fora da normativa gramatical como todes, todxs, tod@s, maravilhosos, meninos pela comunidade LGBTQIA+, bem como por entes e entidades sociais que legitimam seu uso. Tal ocorrência se dá por não haver sentimento de representatividade nos usos linguísticos assentados pela binariedade masculino-feminino em detrimento dos diversos gêneros que constituem a identidade dos sujeitos. Logo, inscreve-se em tais usos a proposição de uma causa que extrapola o meramente linguístico, pois sinaliza, não apenas a inovação de usos que não façam distinção de gênero, classificando os indivíduos como homens ou mulheres, apenas, mas também a necessidade de ampliar a percepção de que a linguagem deve manifestar as diferentes identidades de gênero e sexualidade.

O ponto de partida dessa proposta de estudo se dá por entendermos ser uma pauta importante para a sociedade atual. Em um contexto de escolarização, como ora propomos, onde já se processa uma dinâmica de mudança de alguns usos linguísticos, que se inserem discretamente por meio das redes sociais, através das relações interpessoais, nos usos cotidianos e, não menos importante, no contexto das salas de aula, a observação desses usos é tida como profícua na forma de um recorte que sinalize um comportamento linguístico já bastante estendido em esferas sociais as mais diversas.

Por se tratar de um fenômeno linguístico situado em condições autênticas de uso, nos subsidiarão as contribuições teóricas da Sociolinguística Variacionista e da Psicologia Social. No que se refere ao trabalho com a linguagem inclusiva não-binária, vemos relevância ao entrarmos em contato com uma bibliografia ainda inicial, mas que

consideramos basilar para o posterior desenvolvimento das reflexões que se farão pertinentes nesta proposta, a saber: estudos relativos a não binariedade de gênero, Morgado (2021); linguagem não-binária, Lau (2017), Lau e Sanches (2017), Barreto (2021); disrupção binária de gênero, Caldas-Coulthard (2007).

Com a percepção de que as línguas que manifestam gênero biossocial gramaticalmente não garantem as diversas possibilidades de identificação de gênero existentes, temos clareza de que se trata de uma causa, já que se inscreve no viés ideológico, mas com implicações linguísticas. Entendemos, assim, que há que se promover a democratização linguística em diversas esferas sociais a partir da inserção dessas pessoas e de seus discursos; para tanto, um dos ambientes de reflexão é a escola, entendida aqui como *locus* de (re)construção de saberes.

Tão relevante quanto abordar essas estruturas linguísticas em sua configuração morfológica ou as implicações ideológicas que carregam, constitui pauta importante do presente estudo voltar-se para os entes da comunidade escolar para identificar que sentimentos esses usos suscitam, o que pensam sobre eles, como reagem aos indivíduos que os elegem como modo de expressão. Ou seja, voltar-se para suas avaliações, evidenciadas, ainda que de forma subjacentes, nas respostas coletadas por meio de testes de percepção. Assim sendo, promover uma ampliação da questão da linguagem inclusiva não-binária, observando-a desde o ponto de vista linguístico-gramatical até as implicações discursivo-ideológicas, a partir da observação do *corpus* constituído pelos diversos segmentos da escola, campo de estudo da presente pesquisa.

O estudo, assim, contou com a participação de 66 colaboradores de uma escola do Recife-PE que se submeteram à aferição de dois instrumentos de testagem: o de crenças e o de atitudes linguísticas. São testes de percepção que produziram dados para uma apreciação quali-quantitativa. Houve, como etapa preliminar, a aplicação de uma ficha social que mapeou os colaboradores, fazendo a seleção dos que estivessem aptos a participar mediante critérios de inclusão definidos pelas variáveis idade e escolaridade.

O interesse desta pesquisa surgiu a partir da percepção de que alguns usos linguísticos disruptivos, aqui entendidos como todo uso não acobertado pela norma padrão, adentraram o contexto comunicativo escolar, advindos, principalmente, das redes sociais (majoritariamente do *WhatsApp* e do *Instagram*, mas visualizados também no *Classroom* e em alguns documentos impressos, como provas). Ampliando o olhar para o tema, percebemos, ademais, que ações voltadas para as questões de educação, gênero e sexualidade eram tidas como urgentes, dadas as ocorrências de eventos como homofobia

e transfobia voltando-se para esses indivíduos no espaço escolar, bem como investidas de pais e estudantes quanto à abordagem didática do tema em contexto de sala de aula, inclusive a virtual, sinalizando-nos uma reflexão que se fazia necessária, tanto pelo viés acadêmico como pelo social. Demandas como a orientação aos professores sobre legislação específica e a reativação do Núcleo de Estudos de Gênero Márcia Dangremon, doravante NEG, para atuar junto aos estudantes integraram atitudes proativas que originaram propostas educativas e projetos integrados dentro e fora da escola, passando a ser referência nas atividades de enfrentamento voltadas para essas e outras questões consideradas sensíveis.

Essa conjuntura foi o ponto de partida e subsidiou nosso intento. Esperamos, com o panorama teórico que pretendemos traçar, dar relevo às análises e atestar o fenômeno sob uma mirada linguística e social, possibilitando, assim, adentrar o contexto didático e referendar tais usos como possibilidades lícitas a partir do entendimento das questões que possibilitaram seu surgimento e sua consolidação nos usos em diversos contextos, não apenas o educacional.

Definimos, então, a abordagem dada à pesquisa quanto ao público investigado, que contou com estudantes e com membros da comunidade escolar, estando, assim, organizados:

Primeira Etapa da pesquisa: Questionário Sociocultural: GRUPO 1 - 19 estudantes integrantes do NEG Márcia Dangremon e GRUPO 2 - 12 funcionários / colaboradores da comunidade escolar, perfazendo o total de 31 participantes.

Segunda Etapa da pesquisa: Testes de crenças e atitudes, respondidos apenas por estudantes subdivididos entre integrantes do NEG Márcia Dangremon (18 participantes: 7 masculinos e 11 femininos) e não integrantes do NEG Márcia Dangremon (17 participantes: 10 masculinos e 7 femininos). Perfazendo o total de 35 participantes. Nesta etapa, definimos duas variáveis controladas: Núcleo e Gênero.

Nessa Segunda Etapa, consideramos as respostas válidas e as condições para a sua aferição em um programa de tratamento de dados. Logo, selecionamos do total válido, 10 participantes de cada grupo, sendo 5 representantes de cada gênero, levando em conta como esses estudantes se identificaram. No rol de assertivas que constituíram os testes, foram escolhidas para a rodada no programa e posterior análise, as variantes *padrão* - @ - e.

Consideramos produtivo para a fase de análise, manejar os dados fazendo pontuações que partam da correlação entre grupos, buscando verificar padrões ou divergências das respostas, vistos a partir de variáveis observadas.

Ademais, esperamos contribuir com o Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem - PROGEL, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e, em especial, com a linha de pesquisa dedicada às Análises Linguísticas, Textuais, Discursivas e Enunciativas, já que a proposta que defendemos tem o potencial de promover um debate amplo e esclarecedor sobre as potências, os limites e a caracterização de usos disruptivos da linguagem para a designação de gênero no português brasileiro. Para além dessas questões, vemos, também, como valor o fato de repensarmos o alijamento histórico de pessoas não-binárias, hoje colocadas em pauta para visualizar como são acolhidas no construto da linguagem. Vemos como possibilidade a ampla divulgação da pesquisa através da participação em eventos científicos e em publicações, o que proporciona ampliação do prisma em que hoje se assenta.

CAPÍTULO 1: QUADRO GERAL DO ESTUDO

1.1. SITUANDO O OBJETO DE ESTUDO

É da observação do contexto escolar e da dinâmica de seu cotidiano junto aos estudantes que surge o interesse pelo estudo da temática aqui proposta, conforme já mencionado na introdução. Nesse espaço de convívio e aprendizado, vemos, como um fenômeno da atualidade, a manifestação de usos dissidentes e emergentes associados à autoidentificação relativa à sexualidade (como todes, todxs, tod@s, maravilhosos, menines, a título de exemplo) o qual torna-se um importante *locus* de reflexão, contribuindo para ampliação dos estudos linguísticos que seguem a perspectiva de análise adotada nesta pesquisa, ainda escassos no Brasil.

A temática aporta desafios aos entes da comunidade escolar, pois demanda uma validação necessária, mas que só se legitima se atrelada ao reconhecimento e ao respeito. Surge, assim, envolta em uma sutil rejeição, já que os comportamentos linguísticos são manifestados, em esferas diversas, reproduzindo estruturas disruptivas que, via de regra, são propostas pela comunidade LGBTQIA+ e não reconhecidas pela gramática tradicional.

As vivências no espaço escolar me rendem experiências profissionais e pessoais que sinalizam esse contexto linguístico e nos antecipam as implicações ideológicas desses usos para os entes sociais ali situados, haja vista que, mesmo não sendo unânime, já é possível observar essa pauta extrapolando o trabalho pedagógico dos docentes e sendo direcionada aos mais diversos contextos, relacionadas ou não aos estudantes. Esse estudo, portanto, nos possibilitará analisar uma atividade de linguagem disruptiva inscrita, ainda que discretamente, num universo restrito (o espaço escolar), mas que, possivelmente, se dá no corpo da sociedade como um todo.

Silva (2022) pleiteia, sobre essa questão, o advento de pedagogias pós-críticas, reconhecendo que o ensino tradicional pode ser sexista e reforçar papéis e estereótipos de gênero. Há que se promover, diante disso, o incentivo à criação de um ambiente escolar inclusivo e não discriminatório, onde meninos e meninas sejam encorajados a seguir seus interesses e habilidades, independentemente das expectativas sociais de gênero.

Destacamos, dessa forma, o estudo dos usos emergentes e dissidentes provenientes da linguagem não-binária como sendo imperativo, bem como sua compreensão e aceitação / rejeição, visto que esta demanda do não-binário não é só da

língua e da gramática - em cujas regras nem todos os corpos são contemplados, já que as estruturas linguísticas são enviesadas pelo masculino em detrimento do não-masculino, mas pela necessidade de se criar adaptações para a inclusão / percepção de corpos distintos na sociedade atual.

A linguagem não-binária, também denominada linguagem neutra, é um fenômeno social, político e linguístico vinculado às lutas identitárias de grupos LGBTQIA+, tendo sido criada no contexto das redes sociais, meio em que eram observáveis as grafias de ‘x’, ‘@’ ou ‘e’ em substantivos, com o intuito de neutralizar o gênero gramatical. Trata-se de uma proposta de linguagem que busca o reconhecimento de pessoas não-binárias, as quais não se identificam com a binariedade de gênero homem e mulher. Essa linguagem, assim, funciona alterando as letras “a” e “o”, determinantes do gênero nos finais das palavras, sendo agregada uma letra neutra. A alternativa mais usual e bem aceita atualmente é a da vogal “e”.

Importante salientarmos que a gramática sistematizada da nossa língua portuguesa prevê, via de regra, apenas a dupla opção de feminino ou masculino para formalizar a marcação de gênero em seus artigos, substantivos, adjetivos e pronomes. Destacamos, porém, a possibilidade de usos normativos que contemplam uma referência que não sofre flexão, independentemente do gênero a que se referem, como, por exemplo, os chamados substantivos e adjetivos de gênero uniforme, ou ainda o recurso do substantivo sobrecomum e das formas coletivas que nos ajudam a falar das pessoas sem marcar a binariedade de gênero. Logo, fora da proposta do uso inclusivo, disruptivo, foco desse estudo, a língua apresenta alternativas que podem fazer referência aos indivíduos no coletivo, sinalizando-nos a presença da característica da não-binariedade. Ainda que tido como um uso marginalizado, por pessoas e por instituições, vemos aqui um fenômeno de Neolinguagem definida como algo que engloba todos os gêneros gramaticais não aceitos na norma padrão da língua portuguesa.

A também conhecida linguagem neutra é pauta para muitas discussões e gera polêmicas nas mais diversas esferas. Refletimos que nomeá-la com o termo “neutra” para qualificar linguagem é controverso, visto que esta alude à representação e à expressão do ideológico nos usos, não possibilitando, nessa perspectiva a “neutralidade”. Quer dizer, para além de uma questão linguística e social que advém da proposição de uma linguagem inclusiva que sugere não demarcar gênero no discurso linguístico, incluindo, assim, todos os indivíduos, há que considerarmos seus atravessamentos ideológicos.

Os trabalhos investigativos que destacam e relevam a importância da temática que ora apresentamos ainda são escassos, apesar de o tema ser atual. Poucos dão conta da linguagem não-binária como objeto de um estudo mais aprofundado, o que possibilitaria apontar pistas para a Sociolinguística na compreensão de questões relacionadas a determinadas atitudes e comportamentos linguísticos manifestados por esse grupo constitutivo de uma comunidade de fala. Na busca por um suporte teórico nessa linha de pesquisa, deparamo-nos com estudos e reflexões, geralmente alicerçados no trabalho de Labov (2008), Butler (2003, 2018), Silva Dos Santos (2018), Freitag (2020), Tarallo (2000) entre outros, os quais encaminham para esta breve, porém, relevante síntese de alguns resultados:

- a) *Botassino (2015)*: aponta para a relevância dos estudos de crenças e atitudes para a Sociolinguística, já que dão pistas para questões que podem estar relacionadas a determinadas atitudes linguísticas manifestadas por um grupo ou por uma comunidade de fala. Ressalta que tais pesquisas podem ampliar a discussão sobre os fatores de mudanças linguísticas sobre a influência no aprendizado de segundas línguas, sobre as questões de prestígio e desprestígio – que levam ao preconceito não só em relação à língua que o outro fala, mas também em relação à comunidade desses falantes.
- b) *Lau (2017)*: destaca a teoria Queer como basilar na compreensão das transformações nas relações de gênero nas quais estão implicadas relações de poder, num processo de incorporação que não se dá sem dissensos. Pessoas que não se identificam com o binarismo de gênero estão se tornando cada vez mais visíveis para a sociedade. Por não se identificarem com o binário, compreendem que os pronomes “ela” e “ele” podem não dar visibilidade. “Pressionar” e/ou “impor” essas pessoas a se identificarem com um desses pronomes é um ato opressivo e silenciador (Orlandi, 1993). Em contrapartida, essas pessoas adotam um pronome que foge dessa cis-normatividade, que é o pronome “elu” (Lau, 2016), em oposição aos pronomes e formas de grafia como “el@” ou “elx”, possibilitando que o pronome se torne uma forma lida e, especialmente, falada, mostrando, assim, lugares de resistência na ordem da língua. Trata-se de um estudo filiado à Análise de Discurso que se propõe a analisar as desinências de gênero empregadas em uma propaganda da Avon,

desde a perspectiva linguístico-gramatical até as implicações discursivas através dos comentários de internautas que reagiram à propaganda.

- c) *De Tílio e Vieira (2021)*: apresentam reflexões sobre sistemas de linguagens não-binárias em gênero e sexualidade. O trabalho compreende que a linguagem é um sistema mutável e atravessado por construções ideológicas que influenciam o modo como os discursos (efeitos de sentidos entre os interlocutores) ocorrem, demarcando relações de poder. Destacam ainda as representações de gênero e sexualidade que se inserem nessa sistemática ideológica na medida em que a linguagem binária estabelece a predominância do masculino sobre o feminino e reflete a importância de compreender como sistemas de linguagens não-binários produzem representações das relações de poder no tocante ao gênero dos sujeitos. Visando mapear e compreender os principais sistemas de linguagens não-binárias em português no campo da sexualidade e gênero e partindo de um estudo documental, descritivo e qualitativo sobre sistemas de linguagem não-binária el, ilu, elu, x e @ disponíveis em blogs analisados sob a ótica da Análise de Discurso Francesa, de Michel Pêcheux, chegam ao resultado de que os modos de funcionamento destes sistemas de linguagens não-binárias operacionalizam a substituição de pronomes e de artigos e seus atravessamentos ideológicos, promovendo reformulações frasais que visam à des-generificação do discurso.
- d) *Zacariotti (2021)*: discorre sobre as possibilidades inerentes à linguagem de deslocamento de poder, a partir das instâncias de luta por justiça social, em especial, o espaço do reconhecimento e da redistribuição para sujeitos de gênero dissidente. Para tanto, embasa sua análise no pensamento de Butler (2003, 2018) em relação aos poderes de definição da realidade presentes na linguagem e utiliza-se de Deleuze e Guatarri (1996) e de Nancy Fraser (2006, 2007) para adentrar a micropolítica. Propõe ainda uma colocação da linguagem como instância primeira da demanda social, como proposto por Danillo Silva e Emily dos Santos (2019) e intui a possibilidade de diligência frente às grandes instituições de controle e disciplina que decidem a quem cabe falar e ocupar espaços de poder.
- e) *Pereira (2021)*: faz um estudo a partir de uma particularidade linguística do Português Brasileiro que se atualiza a partir de uma variante pouco frequente, mas muito marcada na fala LGBTQIA+: uma forma em que o artigo não

apresenta o mesmo gênero gramatical do antropônimo a que se une, como “a João”. Trata-se de uma variante de caráter emergente, sendo explicada como marca do falante para expor tanto seu sentimento de pertencimento à comunidade quanto às suas causas (Pereira, 2020). Para tanto, foi desenvolvido um estudo empírico para verificar as avaliações subjetivas de universitários recifenses acerca dessa variante, tomando por base estudos sociolinguísticos que controlaram a avaliação subjetiva de seus colaboradores (Labov, 2008 [1972]; Cardoso, 2015 [1989]). O trabalho aponta para o fato de estarmos diante de um fenômeno que sofre interferência significativa de uma das duas variáveis, a saber: a sexualidade: indivíduos pertencentes à comunidade LGBTQIA+ possuem crenças e atitudes linguísticas altamente favoráveis à variante controlada, enquanto aqueles que não pertencem à comunidade tendem a seguir por um caminho contrário. Comprova-se, assim, que o favorecimento dessa variante está relacionado com o senso de pertencimento do indivíduo.

Esse breve mapeamento dos estudos torna pertinentes e necessárias propostas de pesquisas adicionais no contexto dos estudos linguísticos do Brasil que nos encaminham para uma diversidade de questões ainda por serem elucidadas no âmbito dos usos da linguagem não-binária no que se refere às forças sociais que a condicionam e as ideologias que a permeiam.

Até onde temos verificado a partir dos estudos já realizados sobre a linguagem não-binária, constatamos que há uma carência de material que problematize a realidade da sala de aula e que investigue os caminhos que dão acesso a práticas pedagógicas que se mostrem abertas a reflexões acerca desses usos. Há ainda uma escassez de informação do que se estuda na academia, haja vista a pouca divulgação / popularização da ciência, mesmo em contextos de formação inicial, formação continuada e, menos ainda, nos livros didáticos. Segundo Freitag (2021):

Não é o caso de docentes ensinarem como utilizar os pronomes não binários ou se ater a gramatiquices e manuais dessa neolinguagem. O professor deve trazer isso para sala de aula e refletir sobre os seus usos: em que contexto posso usá-los? O que acontece quando eu uso uma forma binária com uma pessoa que não se identifica como binária? Ele deve instigar a reflexão sobre o porquê dessas formas estão emergindo – que é para representar grupos que não querem que apenas troquemos as letras, mas que querem respeito (Revista cenpec.org.br).

Tal intento extrapola a mera descrição de uma regra sendo rompida. Dadas as atitudes que emergem, vemos a necessidade de saber como as pessoas efetivamente usam a linguagem inclusiva não-binária, como entendem essa regra instaurada nos contextos sociocomunicativos e como são acolhidas no corpo social, mais especificamente, nos contextos de escolarização, onde, em muitos casos, vemos reações proibitivas sobre esses usos. Essas questões chegam à escola e há muito que se debater quanto a isso. Diante do que já se investigou até então, motiva-nos saber se e como é usada a linguagem não-binária na escola, como a diversidade de usos/escritas afetam a comunidade escolar; como a escola se posiciona; como a escola se depara com esses usos; quais as atitudes de pais, professores e alunos diante desses usos. Propomos que esses entes sejam os colaboradores da pesquisa e avaliem a inclusão desses usos na escola.

Atentamos para uma distinção que se faz pertinente ao situarmos o nosso objeto de estudo, a linguagem não-binária e a linguagem inclusiva, que, muitas vezes, são termos usados indistintamente. Logo, evidenciamos primeiramente a que envolve todas as pessoas, sem especificar gênero e sem alterar a ortografia das palavras – a linguagem inclusiva; e a usada com o intuito de evitar a binariedade entre gêneros feminino e masculino – a linguagem disruptiva, não-binária.

A abordagem da questão da identidade de gênero e da sexualidade na escola está prevista na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por contemplar a variação linguística e, portanto, a diversidade de usos e práticas da linguagem desde a educação infantil ao ensino médio. Segundo Freitag (2021):

A perspectiva que a BNCC aborda para o ensino da língua é o ensino da língua plural, pautada na diversidade, no respeito e no reconhecimento. Ela é muito clara em dizer que as variantes linguísticas devem ter espaço e ser legitimadas na escola, já na Educação Infantil. No Ensino Fundamental, é direito de aprendizagem do aluno compreender a dimensão variável, social e histórica da língua. Então ele precisa refletir sobre as escolhas linguísticas que faz, em relação aos seus interlocutores, analisar aspectos linguísticos de novas formas etc. (Revista cenpec.org.br).

Outro documento, não menos importante que regulamenta a educação brasileira, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é constituído pelos Temas Transversais, perfazendo um compêndio com os volumes Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo e o destaque, segundo nossa perspectiva de trabalho, Orientação Sexual (1998a), item que recomenda uma abordagem crítica e numa perspectiva didática das questões referentes ao tema já nos terceiro e quarto ciclos do

Ensino Fundamental, orientando como professores das escolas públicas e privadas devem trabalhar a orientação sexual em sala de aula, sendo objetivo precípua “transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos” (BRASIL, 1998a, p. 67).

A pertinência deste estudo, sob a perspectiva teórica adotada, não apenas oportunizará ampliar as reflexões já instauradas, mas também entender aspectos outros ainda não considerados nos estudos realizados nesse campo. Sendo crenças e atitudes elementos constitutivos da identidade linguística dos falantes, diferenciando regiões dialetais, modeladas pelas instituições sociais, validamos a proposta que nos motiva nesse intento, considerado o contexto da escolarização. Ainda em consonância com Freitag (2016), ratificamos a importância da escolha do *locus* da pesquisa, já que a escola é um espaço em que se constroem crenças e se moldam atitudes, aspectos que constituem também o propósito do trabalho.

Há a possibilidade de, não apenas descrever como é percebido o viés linguístico e social da questão e verificar como são julgados, mas da proposição de ações posteriores que promovam o entendimento dos usos dos pronomes e nomes fora da binariedade de gênero em contextos outros que não os comumente adotados pela comunidade LGBTQIA+, como uma comunidade escolar. Há ainda mais relevo na possibilidade de promover a quebra de paradigmas pela via da pesquisa acadêmica que, ao dar a devida devolutiva na escola campo ou em eventos acadêmicos da área, um compromisso que assumimos, possibilitará uma legitimação dos usos em estudo, gerando, assim, o acolhimento da causa e da visibilidade necessária dos indivíduos dessa comunidade para além do contexto em que se inscreve a pesquisa.

Vemos como pertinente destacar a existência de um NEG (NEG) situado nas dependências da EREM Ginásio Pernambucano – Aurora. Trata-se de um projeto implantado em algumas escolas da Rede Estadual, apoiado pela Gerência Regional de Ensino Recife Norte em parceria com a Secretaria da Mulher – PE. Foi implementado inicialmente com o objetivo de propor ações de enfrentamento a violências domésticas (mulheres, crianças e adolescentes) e tornou-se uma potência no combate a outras violências como as fobias, convertendo-se em um ambiente de fortalecimento das identidades no contexto das escolas.

O NEG Márcia Dangremon tem 12 anos de fundação, espaço próprio e muita produtividade na sua linha de estudo: Gênero, Identidade e Etnias. Busca fontes de

conteúdos atuais para pautar o interesse dos estudantes, promove empoderamento do corpo discente e docente, autoconhecimento, desenvolvimento de senso crítico e inclusão, ressaltando, ademais, a importância da representatividade das diversas expressões de identidade no contexto escolar.

Ampliou sua atuação para as redes sociais, passando a alimentar um perfil no Instagram que produz conhecimento científico e é curadorado por estudantes (@nmarciadangremon). Utiliza a metodologia da Tertúlia Dialógica aplicada a partir de vídeos e textos embasados nas temáticas orientadoras das discussões propostas.

O NEG oferta aos estudantes, semestralmente, disciplinas eletivas: Estudos de Gênero e Corpo e diversidade. Atendem a uma demanda de mais de 40 estudantes cada, os quais optam pela participação mediante matrícula via plataforma virtual. Atua, assim, em várias frentes, fomentando informações, subsidiando discussões e envolvendo os estudantes em projetos que tratem de temáticas sociais e, em especial, questões relativas a gênero, levando-os a colaborar em diversos contextos da comunidade, inclusive o virtual, tendo como propósito desenvolver uma linguagem que atinja o público alvo.

A oportunidade de contar com um espaço que viabiliza o entendimento e a discussão de temáticas que envolvem minorias, preconceitos diversos, violências, entre outros, promovendo junto aos jovens reflexões e posicionamentos críticos, mostra-se como um diferencial para o estudo que propomos. Ao verificarmos, nesse espaço, a promoção de um trabalho focado numa abordagem que extrapola a mera proposição temática, pois aborda com seriedade histórica e social temas sensíveis como a homofobia, intuímos haver uma abertura para realidade linguística em estudo, que se mostra já profícua, inclusive dentro dos muros da escola. Vide Anexo 1.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Primário

Investigar que avaliações subjetivas são evidenciadas por estudantes de uma comunidade escolar da cidade do Recife sobre usos emergentes provenientes da linguagem não-binária.

1.2.2 Secundários

- 1.2.2.1 Identificar os usos emergentes e dissidentes provenientes da linguagem não-binária no contexto de escolarização e mapear o perfil sociolinguístico da comunidade;
- 1.2.2.2 Identificar as crenças de estudantes comunidade escolar referentes a usos da linguagem inclusiva não-binária;
- 1.2.2.3 Analisar as atitudes linguísticas de estudantes da comunidade escolar referentes a usos da linguagem inclusiva não-binária;
- 1.2.2.4 Comparar os usos prescritos pela gramática tradicional com os usos da linguagem disruptiva verificados nesta pesquisa.

1.3 HIPÓTESES

1.3.1. Primária

Os colaboradores apresentam reações caracterizadas por reconhecimento via aceitação a partir de suas representações sociais indicados pelas variáveis Núcleo e Gênero.

1.3.2 Secundárias

1.3.2.1 Os usos emergentes e dissidentes provenientes da linguagem inclusiva não-binária serão identificados nos contextos de interação da escola - visto que transpõem diversos ambientes sócio comunicativos, para além dos dessa comunidade – mas não serão igualmente acolhidos, consideradas as características socioculturais dos subgrupos cotejados na primeira etapa da pesquisa, estudantes e membros da comunidade escolar, evidenciando características linguísticas diferenciadas.

1.3.2.2 Encontraremos amparo e reconhecimento dos usos na comunidade de prática em estudo, porém com evidências de aceitação e entendimento por parte dos colaboradores integrantes do NEG, sendo mais resistente à aceitação e ao uso os não integrantes, independente do gênero com o qual se auto referenciam. Intuímos que nem o reconhecimento da aplicabilidade no contexto de escolarização, tampouco sua evidência nos usos instaurados socialmente, garantem aporte de atitudes majoritariamente positivas advindas de todos os segmentos investigados, visto que são usos que não representam a todos, linguística ou ideologicamente;

1.3.2.3 Os usos emergentes se contrapõem ao que é prescrito pela normatização gramatical e operam na esfera do domínio linguístico da formação de palavras, cujos elementos morfológicos atendem a recursos específicos, por meio de morfemas, na indicação de gênero. Cogitamos que os usos normativos serão os mais evidentes e melhor avaliados que as amostras referentes aos usos disruptivos, estes tidos com maior rechaço;

1.3.2.4 Conjeturamos, por fim, uma maior ocorrência dos usos disruptivos no contexto comunicativo abrangente das redes sociais, sendo avaliados com adesão proporcionalmente inferior ao uso normatizado, intuindo rechaço ou menor adesão dos entes do contexto escolar que não acessam a comunidade de prática específica do NEG, ativistas dessa e de outras causas não menos relevantes no contexto específico da escola campo, independente do gênero.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O trabalho que aqui se esboça encontra-se assim estruturado: no Capítulo 1, é feito o quadro geral do estudo, o qual situa o nosso objeto (usos linguísticos disruptivos generificados fora da binariedade masculino-feminino), apresentando, na sequência, os objetivos que direcionam as ações ao longo do processo. Alinhadas a eles, as hipóteses fazem as devidas conjecturas, partindo das questões que nos encaminharam para esta pesquisa.

No Capítulo 2, é apresentado o quadro teórico que fundamenta a análise dos dados e situa os principais conceitos e reflexões da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008, 1972) e da Psicologia Social (Lambert & Lambert, 1972). Confere relevo a esse quadro, a ampliação feita a partir da apreciação do gênero gramatical (Carvalho, 2020; Schiwindt, 2020 e Câmara, 2021) e do gênero como construção social (Butler, 1990), do mesmo modo que são aportadas considerações a partir dos estudos relativos a não binariedade de gênero (Morgado, 2021; Lau, 2017; Lau & Sanches, 2017; Caldas-Coulthard, 2007). Lançamos o olhar para a Pedagogia Pós-crítica mapeada por Silva (2022), a qual destaca as pedagogias feminista e *queer*, bem como uma breve, mas relevante apreciação sobre Interseccionalidade, com Akotirene (2022).

O Capítulo 3, por sua vez, descreve os procedimentos metodológicos adotados ao longo do processo investigativo. No Capítulo 4, por sua vez, é realizado um mapeamento sociolinguístico dos colaboradores da pesquisa, partindo do Questionário Sociocultural

aplicado, o qual se sequencia pelo Capítulo 5 com as análises dos testes de percepção: o teste de crenças e o de atitudes. Por fim, são enunciadas as considerações finais.

CAPÍTULO 2: QUADRO TEÓRICO

2.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Investigar os fenômenos linguísticos que estejam inscritos em circunstâncias reais de uso em uma comunidade linguística, situando-os social e culturalmente é papel da Sociolinguística, teoria que surge em meados da década de 60 e que tem em William Labov um de seus mais influentes representantes, em especial, na Sociolinguística Variacionista. Trata-se de uma proposição teórica reigente ao Estruturalismo e à Gramática Gerativista Transformacional, já que se inscreve nos estudos linguísticos com uma concepção de linguagem que a caracteriza como essencialmente social. Apropria-se dessa característica e toma a diversidade própria de uma comunidade linguística como sua principal ocupação de estudo e vê a língua atrelada substancialmente às vivências históricas e sociais dos falantes. Sob esse ponto de vista, propõe a reflexão sobre as relações entre estrutura linguística e estrutura social.

É justamente na diversidade linguística - passível de observação, descrição e análise em seu contexto social – que a Sociolinguística define seu objeto de estudo. Conforme afirmam Mollica e Braga (2003, p. 47): “À sociolinguística interessa a importância social da linguagem, desde pequenos grupos socioculturais a grandes comunidades”. Trata-se de uma ciência que, desde o seu surgimento, inova ao propor modelos teórico-metodológicos diversos, os quais contribuem para a investigação da variação e da mudança. Sua principal linha de estudo é a Teoria da Variação que *“instrumentaliza a análise sociolinguística”* (Mollica e Braga, 2003), *apud* Reis, Machado e Barbosa (2011, p. 3).

Assim, conhecida como Teoria da Variação, Sociolinguística Variacionista ou também como Teoria Laboviana, foi inicialmente teorizada por Weinreich, Labov e Herzog, em 1968, os quais propunham uma teoria que pudesse descrever uma língua e seus fatores determinantes. Ancorados nesse pressuposto, Reis, Machado e Barbosa (2011) afirmam:

A crença na heterogeneidade da língua é imprescindível para que o modelo teórico possa dar conta de estudar o fenômeno da mudança linguística, uma vez que o fato dela ser heterogênea está intrinsecamente ligado à variação linguística, pois antes de ocorrerem mudanças, ocorrem variações.

Seu principal foco consiste em sistematizar as variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala, tendo, assim, um objeto de estudo vernáculo, quer dizer, a língua falada em situação natural de comunicação. Seus objetivos, hoje mais estendidos, propunham descrever a variação linguística, estudar os correlatos subjetivos da variação, as causas da diferenciação linguística e o mecanismo da mudança.

É a partir dessa ampliação do foco, mas voltando-se para as mudanças linguísticas e suas motivações sociais, que a Sociolinguística Variacionista evidencia em suas investigações o rompimento com o axioma da homogeneidade linguística preconizado pelo estruturalismo saussuriano. Sendo assim, para Labov (1972), a língua é um fato social e a melhor maneira de estudá-la é concebê-la como um sistema substancialmente heterogêneo. Para o autor, há que se olhar para a natureza da linguagem em seu contexto sociocultural para poder perceber suas características sociais. “Os procedimentos de descrição linguística são baseados na concepção de linguagem como um conjunto estruturado de normas sociais” (Labov, 1972, p. 82).

Contudo, foi o linguista francês Antoine Meillet (1866-1936) que, pela observação das transformações sociais, antecipou o estudo da mudança linguística e embasou a discussão na qual estão assentados os pressupostos labovianos. Meillet foi discípulo de Saussure, mas, movido pelas ideias do sociólogo Durkheim, compreendia a língua como um fato social, destacando o seu caráter evolutivo. Segundo ele, “Por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social” (Meillet, 1921 *apud* Calvet, 2002, p. 16). Logo, do ponto de vista de Meillet, toda e qualquer variação na língua é produzida tão somente por fatores sociais. Alinhado a essa vertente de pensamento, Labov (1972), ao considerar a língua como fato social, lega à linguística o valor de uma ciência social, o que implica dizer que *sociolinguística é a ciência* que estuda a língua na perspectiva de sua estreita ligação com a sociedade onde se origina, só existe enquanto interação social.

A Sociolinguística Variacionista é um modelo teórico-metodológico que focaliza a descrição de fenômenos variáveis, permitindo-nos observar a interferência de fatores linguísticos e não linguísticos na realização de variantes. Esse modelo de estudo considera a variação como uma condição do sistema linguístico, sendo as variantes da língua não aleatórias, mas constitutivas de certa regularidade, estando sempre relacionadas a fatores sociais. Logo, destacam-se como fatores externos que atuam na seleção de uma variante: a classe social, a idade, o sexo, a escolaridade, a profissão, o local de moradia, entre

outros, estando esses associados aos padrões de comportamento que variam de acordo com o tempo e o lugar, sendo refletidos na linguagem. A variação, portanto, assume a existência de forças externas interagindo com forças internas na interpretação do funcionamento de uma dada língua, segundo considerações de Reis, Machado e Barbosa (2011). Tais motivações externas se caracterizam por fatores sociais e estilísticos os quais condicionam o uso mais ou menos frequente de uma nova forma ou de um novo traço na língua.

Há que se mencionar a dimensão *interna* da variação, onde são considerados diferentes níveis linguísticos tidos como forças estruturais da língua: lexical, fonológico, morfológico e sintático. É a combinação dos fatores extralinguísticos e linguísticos que condicionam a forma linguística (a variante) usada. Tais fatores apontam como a variação/mudança está encaixada na estrutura linguística ou social, não cabendo a desconsideração do encaixamento da mudança no quadro real das relações sociais, sob pena de termos uma visão parcial do seu condicionamento.

Importante referir, aqui, o conceito de células sociais numa perspectiva sociolinguística sendo, assim, uma referência a grupos sociais ou comunidades que possuem normas, valores, atitudes e práticas linguísticas compartilhadas e podem ser baseados em fatores como gênero, idade, classe social, etnia ou região geográfica. As células sociais influenciam a fala e o comportamento linguístico das pessoas dentro desses grupos e ajudam a moldar a maneira como a linguagem é utilizada e interpretada dentro dessas comunidades, sendo sua abordagem essencial para compreender a variação linguística e suas relações com a cultura e a sociedade.

Vemos como relevante destacar, ainda nessa linha de entendimento da mudança regulada por aspectos linguísticos e sociais, a contribuição de Faraco (1991, p. 58), em que há a compreensão de que nenhuma mudança se dá por mera substituição de um elemento por outro. Segundo o autor, consiste em um processo que se fortalece discretamente, ocasionando ou não uma atualização e a conseqüente coexistência ou substituição de formas linguísticas variáveis (variantes). Desse modo, nem toda variação linguística implica mudança, mas toda mudança pressupõe uma variação linguística. Sobre essa questão, segue a definição de Tarallo (2000, p. 93) para variantes linguísticas: “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade”.

Em conformidade com tais proposições, Tarallo (2000) *apud* Reis, Machado e Barbosa (2011) indica uma questão teórica a ser considerada: se uma língua tem que ser

estruturada para funcionar eficientemente, como continuam então as pessoas a se comunicar durante os períodos de mudança linguística? Diante desse porém, há que se dispor a heterogeneidade à noção de estrutura e funcionamento, assim, a Teoria Sociolinguística Laboviana considera que “a estrutura linguística inclui a diferença sistemática de falantes e de estilos através de regras que governam a variação da comunidade de fala” (Tarallo, 2000, p. 76).

Cardoso (2015), por sua vez, afirma que a heterogeneidade linguística é um fato natural decorrente da própria heterogeneidade social, o que ocorre devido a diferentes graus de coerência e contato intergrupais das diferentes comunidades. Segundo a autora, de uma maneira geral, são três os fatores que determinam a heterogeneidade linguística. A saber: o geográfico, o social e o registro de uso. O geográfico é responsável pela divergência linguística entre comunidades fisicamente distantes uma da outra; o social, pela divergência linguística entre subgrupos distintos de uma dada comunidade, tendo como fatores distintos a estratificação social, a faixa etária, o sexo, a ocupação profissional dos falantes, o desejo ou interesse que eles têm em manter características linguísticas que os demarquem; e o registro de uso ou nível de formalidade atribuídos à interação verbal pelos interlocutores, numa escala que vai desde o mais coloquial ao mais formal.

A autora destaca, além disso, que os falares, as línguas ou mesmo suas variedades têm igual grau de relevância, consideradas, ainda que a princípio, qualitativamente equiparáveis em termos de capacidade de expressão. Há, para além da obviedade dessa questão, os valores atribuídos a determinados falares, tais como os dialetos nordestinos, tidos como “diferentes” nas regiões do sudeste e sul, sendo-lhes relegado um valor depreciativo. Há, nessa concepção de linguagem mais prestigiada, o enaltecimento das formas gramaticais e da pronúncia mais valorizada, sendo essas melhor avaliadas pelos falantes. Isso evidencia a existência de usos linguísticos mais prestigiados que outros. Logo, o advento de variedades que passam a ser utilizadas com valor agregado pelo registro de comunidades de fala de maior prestígio, são menos agravadas ou questionadas nos diversos contextos em que são utilizados.

As *mudanças linguísticas* são constantes e, via de regra, necessárias para que haja atualizações na língua, que é viva e, por isso, passível de transformações. Nem sempre são percebidas ou referendadas em estudos, não havendo clareza de como se processam, se de forma espontânea ou deliberada, se condicionam a gramática vigente ou se ressoam positivamente nos usos do corpo social no qual se inserem. Logo, sendo ou não

reconhecidas ou aceitas, há que se considerar tais mudanças enquanto marcas de identidades linguísticas numa comunidade de fala. E, mais relevante ainda, segundo Cardoso, como uma inscrição, um registro ideológico de um grupo, sendo, assim, questões basilares da Sociolinguística. Esses e outros tantos questionamentos direcionam para a necessidade de, no contexto atual, apontarmos respostas por meio de estudos sobre as mudanças na língua, bem como examinar suas implicações sociais e sua aceitação.

Vemos, diante do breve esboço teórico exposto, que, ao propormos um estudo que sugere a verificação de uma variação linguística, considerada a esfera estrutural dos usos a serem analisados, ou seja, sua especificidade morfológica, há que se considerar também, e para além desse aspecto, a realidade social em que ela se insere e como será acomodada ou encaixada na matriz linguística em que se produz. Para Meillet (1906) *apud* Weinreich, Labov e Herzog (2006, p.114):

A língua é uma instituição com autonomia própria; devem-se determinar portanto as condições gerais de desenvolvimento a partir de um ponto de vista puramente linguístico; [...] mas como a língua é [também] uma instituição social, disso decorre que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode apelar a fim de explicar a mudança linguística é a mudança social, da qual as variações linguísticas são somente as consequências – às vezes imediatas e diretas e, no mais das vezes, mediatas e indiretas (1906a: 17).

Nessa perspectiva, vemos a necessidade de descrever os processos linguísticos variáveis através de uma correlação dos fatores estruturais – sistema linguístico – aos fatores sociais – relação com o indivíduo. Há que se considerar, segundo Veloso (2014), que é o universo social do falante que define seu estilo, esse que o relaciona a sua identidade e aos papéis que ele, como sujeito, desempenha no mundo. Nesse domínio, entra em cena o significado social da variação, levando em conta as avaliações subjetivas do falante acerca das variantes linguísticas usadas por ele e por membros de sua comunidade, uma temática ainda pouco explorada nos estudos sociolinguísticos realizados no Brasil, os quais, durante anos, têm centrado a atenção no mapeamento das variações em diferentes níveis de análise linguística e em diferentes comunidades de fala. A essa tradição, denomina-se *primeira onda* dos estudos sociolinguísticos, segundo Eckert (2005).

O significado social é uma observação fundamental de Eckert (2003, 2005, 2012) para a atualização do campo da variação sociolinguística, a qual carecia, ainda, considerar o *estilo*. Com uma proposta de estudo identificada como terceira onda de

estudos da variação, propõe a consideração dos elementos estilo e significado social, apoiando o exame da variação como prática estilística. Quer dizer, busca-se compreender a variação a partir dos papéis e das atividades desempenhadas pelo indivíduo nas suas relações sociais na esfera das comunidades de práticas, buscando, assim, compreender o estilo como um fator que coopera para a construção do significado social da variação. Esse olhar para o estilo remonta ao trabalho pioneiro de Labov (1963) sobre o inglês usado na ilha de Martha's Vineyard. Para a realização desse estudo, o componente etnográfico foi fundamental, caracterizando, segundo Eckert (2005), a *segunda onda* da sociolinguística por fornecer um retrato local das variáveis linguísticas, as quais assumem um valor social relativo à dinâmica da comunidade em que estão situadas. Para essa autora, os estudos etnográficos elucidaram como as formas de falar estão imbuídas de significado local.

Veloso (2014) observa que, os estudos etnográficos, embora algumas variantes possam ser estigmatizadas em um nível mais geral de uma língua específica, a sua associação a valores e práticas locais podem lhes dar valor positivo, podendo, muitas vezes, denotar um ato de engajamento nas redes de relações que um indivíduo mantém com outros nas suas interações.

Mais recentemente, tem havido uma tendência nos estudos sociolinguísticos a se voltar para o indivíduo em interação com o(s) seu(s) grupo(s), culminando em uma *terceira onda*, cujo foco são os padrões de variação presentes nos indivíduos inseridos em comunidades de práticas entendidas como “o locus primordial de construção estilística” (Eckert, 2003: 44) em que há “um conjunto de pessoas agregadas em razão do engajamento mútuo em um empreendimento comum” (Eckert; McConnell-Ginet, 2010, p. 102) *apud* Veloso (2014, p. 5). Assim, inova-se ao requerer, para a teoria sociolinguística, a análise da variação na prática estilística, tendo como foco, portanto, a observação da prática linguística cotidiana, descobrindo que variáveis assumem significados específicos, de acordo com o posicionamento de quem as usa nas diversas interações sociais nas quais se envolve.

Há, nessa tendência, uma busca pelo significado social na prática estilística, dado que a construção de uma identidade, fundamento básico ao posicionamento do indivíduo em seu meio, depende de uma ação linguística que é atravessada pela forma como o sujeito conduz os estilos. Confirma-se, aqui, o estilo como uma prática de linguagem, um ato de linguagem que representa o que somos, o que não somos, o que queremos ser.

Em síntese, os estudos da primeira e segunda ondas, segundo Freitag *et al.* (2012,

p. 922):

(...) têm como foco a descrição da estrutura – um retrato estático. Os estudos de terceira onda incorporam a dinamicidade da estrutura, ou seja, como a estrutura se molda no cotidiano, com os condicionamentos sociais impostos e as relações de poder estabelecidas atuando sobre ela.

Vale referirmos ainda que a terceira onda ampara-se na experiência metodológica das ondas anteriores, mantendo, por exemplo, o viés quantitativo em suas propostas de estudo, buscando identificar as categorias sociais que atuam no padrão linguístico, mudando, assim, o foco dos estudos da estrutura para a prática linguística. Sob essa perspectiva, dá-se destaque para a identidade revelada pelas crenças e atitudes linguísticas do sujeito no interior das variadas instituições nas quais interatuam, adequando-se a cada comunidade de prática, demandando um posicionamento específico do sujeito, de acordo com os diferentes papéis sociais que exerce.

A língua, assim, que se instaura na interação entre grupos sociais também se configura como um elemento de distinção ou de individualização de um grupo frente aos demais. Nesse aspecto, as atitudes linguísticas estão indelevelmente atreladas a questões identitárias. Para Rodrigues (1912) *apud* Cordeiro e Parcero (2019, p. 280):

A atitude em relação a uma língua ou ao seu uso é mais facilmente identificável quando se tem em mente que as línguas não são apenas portadoras de formas e atributos linguísticos determinados, mas que também transmitem, por exemplo, conotações sociais, traços culturais, valores sentimentais e éticos. É possível afirmar que as atitudes linguísticas dizem respeito às próprias línguas e à identidade dos seus falantes. Consequentemente, é lógico pensar que, uma vez que exista um elo entre língua e identidade, a atitude linguística há de se manifestar no comportamento dos indivíduos em relação não apenas a essas línguas, mas também em relação a seus usuários (Rodrigues, 2012, p. 363).

O falante pode, por exemplo, avaliar subjetivamente as formas linguísticas, conferindo-lhes um *status* social, através de uma atitude positiva sobre a variante linguística que usa (por reconhecer-se representado por ela) e de um julgamento negativo em relação à variante usada por outro falante. Damos destaque a esse aspecto ao optarmos por investigar as atitudes linguísticas de estudantes de uma comunidade escolar da cidade do Recife-PE sobre os usos provenientes da linguagem não-binária - vide os trabalhos de pesquisadores como Collichon e Schwindt (2019) e De Tílio e Vieira (2021), entre outros – os quais revelam o pertencimento a um grupo minoritário (ou melhor, minorizado) e historicamente marginalizado que acomoda as identidades LGBTQIA+ como marca de

resistência e existência que se implementa pela via da linguagem. Alinham, ainda a essa perspectiva, trabalhos como os de Zacariotti (2021), Pereira (2021).

A já existente segregação social que distingue falantes de comunidades marginalizadas passa a ser potencializada pela inferiorização de seus usos linguísticos. Diante disso, reiteramos como necessária a investigação acerca das avaliações subjetivas – positivas ou negativas - dos colaboradores deste estudo sobre usos emergentes e dissidentes advindos da linguagem não-binária frente a usos que não se enquadram nessa linguagem. A questão central, portanto, emerge: como esses colaboradores não só avaliam as formas que usam como também as que outros falantes usam? Há mais reconhecimento ou estranhamento das formas linguísticas emergentes? Há, nessa proposta, o claro intento de alinhar-se à perspectiva da terceira onda de estudos, buscando compreender de que maneira essas atitudes impactam na construção da identidade pela língua.

Diante disso, há que se abrir espaço para a apreciação das crenças e das atitudes linguísticas, como conceitos importantes para os estudos sociolinguísticos por contemplar a avaliação social dos usos da língua em diferentes contextos sociais, contribuindo para o entendimento de como os falantes não só se percebem, mas também percebem os outros falantes.

As atitudes linguísticas se referem às avaliações ou juízos que os falantes fazem sobre uma variedade linguística ou sobre o uso da língua por outras pessoas. São influenciadas por diversos fatores, como a percepção de prestígio social, a identidade cultural e a história das relações entre os falantes das diferentes variedades. São, para Lambert e Lambert (1975, p. 100) como “uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente”.

Para se compreender as atitudes linguísticas, é preciso incorporar o estudo de crenças, sendo que esta é entendida como uma forma de pensamento, uma maneira subjetiva da realidade que implica experiências resultantes de processos sociais. Barbosa (2004, p.38), ao relacionar crença e atitude, relata que a crença seria “uma opinião de certeza e a atitude uma manifestação dela, mas que ambos os termos estão inter-relacionados”

A linguagem inclusiva não-binária, especificamente, como um fenômeno linguístico, torna-se um tema importante de estudos sociolinguísticos. Logo, é importante entender como o uso de pronomes e nomes generificados fora da normativa gramatical

como todes, todxs, tod@s, maravilhosos, meninos pela comunidade LGBTQIA estão ocorrendo e como a língua está sendo utilizada na prática pelos falantes, bem como as implicações desses usos no contexto social e, conseqüentemente, nas relações de poder entre os diferentes grupos sociais. Os estudos sociolinguísticos podem contribuir, portanto, para uma reflexão crítica sobre as questões sociais e políticas envolvidas na escolha de diferentes usos linguísticos.

No âmbito desta pesquisa, a escola deve empreender esforços para, como condição mínima, compreender os usos mais recentes que constituem um movimento de atualização da língua nos seus diversos contextos comunicativos, vendo isso como algo legítimo e necessário, em especial, quando esses usos se instauram dentro de sua comunidade de fala, buscando, assim, compreender a relevância das condicionantes gramaticais e socioculturais.

2.2 A PSICOLOGIA SOCIAL

Lançar o olhar para a psicologia social faz-se necessário, dado que vemos nessa área de conhecimento com foco nas relações humanas, nas relações sociais, elaborações teóricas que permitem entender, numa dimensão mais subjetiva, como essas afetam os comportamentos e os estados mentais dos indivíduos, ou ainda, das pessoas em grupos e sociedades. Segundo Lyons (1980, p. 99), a linguagem “serve também (...) para o estabelecimento e manutenção de relações sociais e para a expressão das nossas atitudes e personalidades.”

Sob o viés da psicologia social, as atitudes, segundo observa Freitag (2016), são conceituadas como reações, positivas ou negativas, a algo ou alguém, e estão estruturadas em três dimensões: *cognitiva* (pensamentos e crenças), *afetiva* (sentimentos) e *comportamental* (uso). Essa terceira dimensão corresponde, no campo linguístico, à produção, referindo-se a como o falante efetivamente fala, a frequência com que uma dada variante ocorre em uma comunidade, enquanto as demais correspondem à percepção.

A dimensão *cognitiva* relaciona-se a como o falante pensa que fala ou que deve falar. Ou seja, seria a manifestação verbalizada, sem reações afetivas, acerca da sua crença sobre seus usos e sobre os padrões da comunidade. Já o julgamento que o falante faz sobre os que falam de determinada maneira, constitui a dimensão *afetiva*, sendo essa a manifestação de reações afetivas em relação ao objeto em questão.

Constituinte da identidade linguística do falante, a atitude possibilita a compreensão do próprio comportamento linguístico, sendo entendida, no campo da psicologia social, como uma “maneira de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo geral, a qualquer acontecimento no ambiente” (Lambert; Lambert, 1975, p.100). Destaca-se ainda serem os pensamentos e crenças, os sentimentos e as emoções, assim como as tendências para reagir, as componentes essenciais de atitude.

Vale referir que, para mensurar atitudes, no âmbito de um trabalho sociolinguístico, além do tratamento societal com viés etnográfico, as abordagens podem ser de forma *direta* (perguntar aos falantes o que pensam sobre determinado fato da língua), mais propícia a captar a dimensão cognitiva, ou *indireta* (submeter os falantes à apreciação de características linguísticas e pedir que as associem a traços psicossociais atribuídos aos seus falantes, e, por tabela, à variante em questão), mais propícia a captar a dimensão afetiva.

Por sua vez, centrando nossa atenção neste momento no campo das crenças Rokeach (1975, p. 16) apud Cardoso (2015) entende que toda crença que faz parte de uma atitude e constitui-se de três componentes: a) cognitivo, que representa o conhecimento; b) afetivo, em que a crença desperta aspectos de intensidade variável no objeto da crença, em indivíduos ou grupos, na própria crença quando esta é colocada em dúvida, e c) conduta, que configura a ação do indivíduo com relação a um objeto determinado.

É através das atitudes observáveis dos falantes que podemos determinar em que medida uma língua ou variedade linguística é estigmatizada ou prestigiada. E mais, é na direção dos estudos voltados para a atitude linguística que se pode desenhar a noção de identidade e a sua relação com as características diferenciadoras de um grupo, de uma etnia ou de um povo em relação a outro. A identidade, assim, apresenta facetas que a enquadram como sendo (i) objetiva, quer dizer, caracterizada pelas instituições que a compõem (educacionais, artísticas, políticas, culturais, sociais, religiosas) e pelas pautas culturais (usos, costumes, tradições) que lhes dão personalidade e (ii) subjetiva, com demonstração do sentimento de comunidade partilhado por todos os seus membros. (Moreno Fernández, 1998, p. 180 apud Aguilera, 2008, p. 106).

Em síntese, as avaliações de um falante ou grupo de falantes sobre determinada língua ou uso relacionam-se intensamente às atitudes e, para que haja uma compreensão pormenorizada dessas atitudes, é importante que haja um comparativo com as crenças desse falante ou grupo de falante. Conforme enunciado, crenças são entendidas como forma de pensamento ou um caráter subjetivo da realidade que alude a experiências

advindas dos processos sociais vivenciados pelos indivíduos. Partindo dessa compreensão, Barbosa (2004, p. 38), relacionando crença e atitude, relata que a crença seria “uma opinião de certeza e a atitude uma manifestação dela, mas que ambos os termos estão inter-relacionados”.

Diante do exposto, damos conta de que o campo de estudos ao qual nos assentamos conduz à identificação de uma avaliação social da variante cotejada – que inclui os usos de pronomes como “todes, todxs, tod@s e nomes substantivos e adjetivos como menines, menin@s, meninx; bonite, bonitx, bonit@ que lancem mão do recurso de generificar fora do binário masculino-feminino - e compreendê-la, considerando o domínio da percepção e das atitudes, expande sobremaneira essa proposta, levando a uma compreensão que transita na dimensão comportamental frente à língua e seus usos.

Os estudos que se voltam para as contribuições da psicologia social fornecem uma compreensão do comportamento humano, incluindo a forma como as pessoas se comunicam e interagem umas com as outras. Isso é útil para entender, por exemplo, como as variáveis sociais influenciam a linguagem e como esta é usada nas relações sociais e na construção de identidades culturais.

2.3 O TRATAMENTO DO GÊNERO SOB DIFERENTES OLHARES

2.3.1 O gênero gramatical

Refletir sobre o termo gênero leva a examinar, ao menos, três áreas do conhecimento linguístico, segundo Barros (2010, p. 181): (i) a vertente da linguística estrutural voltada a aspectos relacionados, mais especificamente à morfologia, através da qual são enfatizadas duas categorias de gênero: o gênero gramatical e o gênero natural ou biológico dos seres; (ii) a vertente voltada para o texto, relacionando o termo aos *aspectos tipológicos do discurso* e (iii) a vertente de estudos na qual o termo gênero (*gender*) é compreendido sob o viés da interface entre linguagem e sociedade. Com base nessas tendências, centramos nossa atenção na primeira e na terceira vertentes. A partir de agora, discorreremos sobre o gênero gramatical.

Ainda segundo o autor, em se tratando de gênero nas línguas, visto enquanto uma categoria gramatical, se manifesta formalmente ao referenciar pronomes, concordância do adjetivo ou por meio de afixos nominais (prefixos, sufixos ou desinências casuais). São esses os critérios que originam o gênero nas línguas indo-europeias, levando a serem

definidas, no português, duas classes: a dos nomes masculinos e femininos. Há que se referenciar a formação dos neutros no latim e que critérios gramaticais comparáveis aos das línguas indo-europeias geraram, em outras línguas, classes nominais ainda mais numerosas.

Buscamos em Margotti & Margotti (2009, p. 69) uma apreciação sucinta do que tradicionalmente as gramáticas abordam quanto ao gênero. Segundo os autores, limitam-se a afirmar que há, em português, dois gêneros: o masculino e o feminino – havendo, assim, certa superficialidade no trato dessa questão, bem como fazem certa confusão entre gênero e sexo.

Há que se considera uma abordagem mais atual em que muitos teóricos extrapolam o meramente gramatical e normatizado para estender as significações do termo, passando a considera-lo bem mais que sexo. Assim, o gênero é tido, sem essa ampliação do conceito, como uma noção gramatical que se atribui a todo e qualquer substantivo, masculino ou feminino, sendo referências para seres sexuados ou não. Nessa lógica, há palavras que são designadas como masculinas (*lápis, computador, relógio, cabelo*) ou femininas (*caneta, cebola, viola, maré*), mesmo não tendo sexo.

As considerações sobre o gênero feitas por Margotti & Margotti (2009, p. 60-70) destacam, ainda, a mudança de gênero gramatical em certos nomes do latim para o português (exemplo: *carvalho*, originalmente nome feminino em latim; *cor* e *honra*, nomes masculinos em latim). Os neutros latinos, por sua vez, passaram para o português ora como masculinos, ora como femininos. Destacam, ainda, substantivos que têm o que chama de gênero vacilante no português atual, como *o/a cal, o/a chaminé, o/a dinamite, o/a cólera, o/a diabete, o/a grama*, entre outros exemplos que têm seu uso regulado pelo próprio falante, pouco importando a imposição normativa, oscilando entre uma alternativa ou outra conforme região, grupo social, nível de escolaridade entre outras variáveis.

Há que se mencionar, além disso, o registro da ocorrência de substantivos indiferentes quanto ao gênero, usados como masculino ou feminino, sem flexão e tendo a oposição de gênero manifestada pela concordância (*o/a analista, o/a personagem, o/a sentinela*) e aqueles de gênero único, designando seres de ambos sexos e sem apresentar flexão ou concordância (*a onça, o jacaré, a cobra*), bem como a peculiaridade de certos substantivos femininos mudarem para o gênero masculino quando empregados no grau aumentativo (*casarão, salão, facção*), ocorrência observada também nos nomes que referenciam seres femininos (*mulherão, potrancão, cobraão*).

Além do mais, os autores destacam um grupo de substantivos cujo gênero, indicado pela concordância, apresenta uma carga semântica e muda seu significado, porém, ainda sem referência ao sexo. Trata-se de uma alteração de gênero provocada pela alteração de significado, extrapolando o interesse mórfico-descritivo, prestando-se, assim, a aprofundamentos de caráter semântico. Esses são casos em que o masculino tem uma aplicação mais genérica, ao passo que o feminino, mais específica (*o braço - a braça; o cabeça - a cabeça; o capital - a capital*).

Destacamos, por fim, aqueles que apresentam oposição de gênero que se referem a seres do reino animal, com base em motivações de ordem sexual (lobo ≠ loba, cachorro ≠ cachorra, gato ≠ gata), casos em que se aplica, de fato, a flexão de gênero. No entanto, há casos em que são usados heterônimos quando o gênero não é marcado pela flexão, como é o caso de: homem ≠ mulher, cavalo ≠ égua, boi ≠ vaca. Ou seja, mulher não é o feminino de homem, mas tão somente um substantivo que tem a propriedade privativa de se referir às pessoas do sexo feminino.

Há um aspecto a considerar aqui que se volta aos chamados nomes genéricos masculinos que fazem referência, portanto, a seres do sexo masculino e feminino, indistintamente. São ocorrências tais como: “os estudiosos” e “os cientistas”, nos discursos acadêmico e científico, ou ainda, “os parlamentares” e “os cidadãos” no discurso político, entre outros. Barros (2010, p. 183) observa que

O que se tem, aqui, não são nomes de gênero indefinido, como “os indivíduos”, “a população” ou “as pessoas”, que se comportam, efetivamente, como uma classe hiperonímica, mas uma imposição no entendimento dos mesmos como sendo capazes de funcionar como referentes de pessoas cujo gênero natural ou biológico presume-se ser desconhecido, pouco importante ou irrelevante para o contexto situacional em que são empregados.

Nesse sentido, sinaliza-se para uma imposição gramatical que repercute sobremaneira no social, já que ignora o fato de que tais nomes “genéricos” comportam uma referência que lhes é externa. Assim sendo, desconhece o fato de que tais nomes gramaticalmente masculinos e alguns gramaticalmente femininos servem de referentes não apenas para pessoas do sexo masculino ou feminino, mas para grupos cujo gênero é desconhecido ou pouco importante. Trata-se, portanto, de uma questão de ordem semântico-pragmática que carece de ser vista numa perspectiva social de estudo da linguagem.

A autora ainda verifica episódios recorrentes em que documentos de instituições educacionais mencionam, por exemplo, “os acadêmicos do curso de Pedagogia” ou “os estudantes do curso de Letras”, quando se sabe que esses cursos são frequentados majoritariamente por grupos de mulheres, excedendo, em larga escala, os de homens, ignorando-se, assim, os membros prototípicos desses grupos. Trata-se de uma abordagem prescritiva do uso dos chamados genéricos, a qual vem desencadeando uma série de discussões sobre o sexismo linguístico⁴ que desemboca numa outra categoria de gênero nas línguas, o gênero social.

Avançamos nesta discussão a partir de agora, fazendo a necessária referência a alguns usos em que as vogais temáticas designativas de gênero por excelência na língua portuguesa –o e –a, são substituídas, de forma não convencional, por morfema não alfabético como o @. Lau (2017, p.7) menciona sua utilização (@) por Moita Lopes (2013) como expressão de um gesto político que marca uma possível “neutralidade de gênero”, mostrando, assim, algo que seja válido tanto para o masculino quanto para o feminino. Para o autor, “as variações ideológicas influenciam as mudanças linguísticas para além da prática do movimento feminista”.

Este sinal (@), apesar de ser validado em muitos contextos e representar uma forma aglutinada do masculino e do feminino, não viabiliza a pronúncia – isso posto ao tratarmos da fonotaxe convencional, quer dizer, da vertente fonológica que analisa as restrições na cadeia segmental das línguas. Melhor dizendo, especifica as possibilidades de combinações de vogais, as possíveis combinações de consoantes e as combinações de vogais e consoantes que podem ocorrer. Há que se mencionar que as pessoas têm buscado criar pronúncias para os modos não alfabéticos, aproximando-as, nesse caso do (@), a marcações binárias masculinas (todos) ou femininas (todas).

Em igual condição, encontra-se a utilização do *x*, que, ainda de acordo com Lau (2017, p. 8), centra-se em gêneros binários e não escapa da cis-normatividade, pois não facilita a leitura, não remetendo nem a “elas” nem a “eles”, menos ainda em uma terceira forma, quando escrito “el@s”. Visando sanar esses entraves, surgem os neopronomes

⁴ Sobre esse termo, destacamos aqui a reflexão de Gonçalves (2018, p. 101), considerando a possibilidade de, em um outro momento, ampliar e aprofundar a questão, a qual vemos como relevante. O autor afirma que quando se trabalha com a categoria de gênero dentro de gramáticas tradicionais, há diversas contradições. Observa que há a tendência de tentar transmitir teorias relacionando diretamente o sexo ao gênero gramatical. Ou seja, consideram gênero sob o aspecto natural, denotando gênero e sexo como sendo praticamente a mesma coisa, sendo essa uma associação indevida e prejudicial, apesar de ser bem marcada nessas gramáticas.

peçoais elu, delu, nelu, aquele, equivalentes aos pronomes femininos e masculinos existentes na língua, porém neutros em gênero. Trata-se de um uso direcionado a alguém cujo gênero é desconhecido, a pessoas reunidas em grupos de diferentes gêneros ou quando há a pretensão de não incluir gênero na linguagem proferida, garantindo, com essa atitude, uma referência mais geral possível.

‘Elu’ é o neopronome que tem maior representatividade na fala/escrita para referendar o chamado *gênero fluido*, surgindo como “resistência na ordem da língua”. De tal modo, “marca especificamente pessoas que não se auto identificam como homens ou como mulheres num sentido binário, e sim, fogem dessa normatividade, tentando produzir na LP uma marca de visibilidade” (Lau, 2016, p. 20).

O também conhecido como Sistema Elu propõe outras mudanças no vocabulário e na gramática da língua portuguesa para incluir a diversidade de gêneros e evitar a reprodução de estereótipos. Importante, neste estudo, salientarmos que esta alternativa de uso linguístico faz parte de um conjunto de propostas linguísticas criadas com o propósito de introduzir na língua portuguesa um gênero gramatical neutro.

No entanto, ainda é uma proposta recente e está em discussão e experimentação por parte de ativistas, linguistas e falantes da língua portuguesa. Como qualquer implementação de uso em um sistema linguístico, sua adoção dependerá da aceitação e do uso por uma parcela significativa de falantes. Embora apresente uma alternativa mais completa, não abrange apenas pronomes, mas também outras questões linguísticas e sociais relacionadas à diversidade de gêneros.

Importante salientar, na sequência, estudos que refletem sobre essa marcação de gênero na língua. Collichon e Schwindt (2019) defendem que a distinção entre gênero social e gramatical na língua portuguesa é necessária. Embora façam considerações sobre o controverso uso das formas neutras na marcação de gênero gramatical no português brasileiro, os já citados morfemas não-alfabéticos @, *x* ou *e* em substituição aos indicados pela tradição gramatical –a e –o em nomes, adjetivos, pronomes e formas participiais, tais como *alun@*, *alunx*, *alune*; *tod@s*, *todxs*, *todes*; *bonit@*, *bonitx*, *bonite*; *cansad@*, *cansadx*, *cansade*. Argumentam que há uma diferença entre gênero biológico (“natural”) e gênero gramatical, sendo a formatação gramatical do último invariável na língua, pois é estabelecido de forma arbitrária aos nomes das coisas as quais referem, considerando o fato de que apenas uma minoria dos substantivos na língua portuguesa (cerca de 6,5%, de acordo com o artigo) teria referentes animados sexuados:

Não nos parece possível, porém, atribuir-se comprometimento ideológico ao gênero dessas palavras. Ainda nesta pesquisa, em relação aos substantivos terminados em "e", observou-se perfeito equilíbrio entre palavras femininas (a ponte) e masculinas (o pote), não cabendo, portanto, qualquer associação entre essa vogal e um suposto gênero neutro na língua (Collichon; Schwindt (2019).

Os autores, nessa perspectiva, legitimam uma explicação que valida o viés linguístico da questão, ancorando-se na evidência gramatical que a língua nos apresenta, no tocante a gênero, para considerando não haver relação plausível dos morfemas –e, -x, ou -@ com possíveis marcações de neutralidade desses usos.

Em linhas gerais, a marcação do gênero masculino e feminino, através da utilização de diversos recursos linguísticos, integra o sistema do português brasileiro, aplicando-se não apenas ao nos referirmos a pessoas, mas também a objetos, a coisas. Não obstante, essa binariedade dicotomiza tudo em masculino e feminino, não considerando, via de regra, aqueles que não se identificam com esse viés binário. Diante dessa demanda, antes social que linguística, dá-se o surgimento da linguagem não-binária com a finalidade de referenciar indivíduos que não se reconhecem totalmente femininos ou totalmente masculinos, bem como outras identidades de gênero.

Diante disso, compreendemos o pressuposto de se considerar a gramática e suas regras ancoradas na base histórica que a forjou – trata-se de uma língua neolatina -, porém, referimos aqui a uma nova perspectiva para a validação da natureza do gênero para além do binário, posto que há um comprometimento ideológico frente às possibilidades de referenciamos, mediante os usos, aqueles indivíduos que não enquadram sua existência a uma condição binária.

Vemos como oportuno trazer, ainda, uma apreciação da visão de Mattoso Câmara Jr., renomado linguista brasileiro, que propõe uma posição mais aberta no que se refere ao gênero gramatical, uma categoria linguística importante para a estruturação da língua. Sobre esse tópico, afirma Câmara Jr. (1985, p.88), que “*a flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais*”. Tal incoerência se dá em virtude de mais incompreensão semântica da sua natureza e costuma ser associada intimamente ao sexo dos seres.

Sobre essa questão, porém, há que se considerar o que segue: que o gênero abrange todos os nomes substantivos português, quer se refiram a seres animais, providos de sexo, quer designem apenas “coisas”, como *casa, ponte, andaiá*, designativas do feminino, ou como *palácio, pente, sofá*, do masculino e, ademais, mesmo em substantivos referentes a animais ou pessoas, há discrepância entre gênero e sexo, não poucas vezes. Assim,

testemunha é sempre feminino, quer se trate de homem ou mulher, e *cônjuge*, sempre masculino, aplica-se ao esposo e à esposa. Para os animais, temos os chamados substantivos epicenos, como *cobra*, sempre masculino, e *tigre*, sempre feminino. O gênero, dessa forma, é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, assim como o são as conjugações para os verbos, sendo essas ocorrências sem nenhuma implicação semântica.

Nessa perspectiva semântica sobre o gênero, Câmara Jr. (1985) destaca, ainda, que o masculino é uma forma geral, não-marcada e que o feminino indica uma especialização qualquer (*jarra* é uma espécie de “jarro”, *barca* um tipo especial de “barco”, como *ursa* é a fêmea do animal chamado “urso”, e *menina* uma mulher em crescimento na idade dos seres humanos denominados como “menino”).

Vê ainda como incoerência e confusão na descrição do gênero em português não se ter feito a distinção imprescindível entre flexão de gênero e certos processos lexicais ou sintáticos de indicar o sexo. É comum lermos em nossas gramáticas que *mulher* é o feminino de *homem*. Seria mais exato dizer que o substantivo *mulher* é sempre feminino, ao passo que outro substantivo, a ele semanticamente relacionado, é sempre do gênero masculino.

E continua, ao pontuar que na descrição da flexão de gênero em português não há lugar para os chamados “nomes que variam em gênero por heteronímia”, quer dizer, flexões entre o masculino e o feminino que são representadas por vocábulos completamente diferentes, por terem radicais diferentes. O que há são substantivos privativamente masculinos, e outros, a eles semanticamente relacionados, privativamente femininos. O autor demonstra que outros processos tradicionalmente considerados no tratamento do gênero dos nomes nada têm a ver com processos flexionais, advindos de diferentes áreas para a descrição gramatical, tais como derivação (embaixador/embaixatriz), seleção lexical (homem/mulher), e o recurso sintático do emprego de adjetivo qualificativo (tigre fêmea). E afirma: “A *divisão das nossas gramáticas a respeito do que chamam inadequadamente “flexão de gênero” são inteiramente descabidas e perturbadoras na exata descrição gramatical*” (Câmara, 2001, p. 89).

Trata-se, segundo se pode observar também em Schwindt (2019) da possibilidade de adoção de uma visão mais funcionalista sobre o gênero gramatical, em que este não seja uma característica intrínseca das palavras, mas sim uma categoria semântica que ajuda na comunicação. Podemos dizer que ambos os autores reconhecem a importância do gênero gramatical como uma categoria da língua, embora com enfoques distintos.

Câmara Junior foca na descrição da língua portuguesa e na identificação das regras gramaticais que regem a marcação de gênero, considerando alguma arbitrariedade, enquanto Schwindt adentra em uma visão mais ampla e crítica, enfocando como os estereótipos de gênero aparecem na nossa língua e está ligado a uma estrutura social opressiva.

É importante lembrarmos que a implementação de novas formas linguísticas requer tempo e exige esforços coletivos. Pensar o gênero neutro como um fenômeno linguístico é fundamental para que essas questões sejam levadas em consideração na reflexão sobre a língua e suas possibilidades de expressão.

2.3.2 O gênero como construção social

Considerar a necessidade de se conceber o termo gênero no contexto das interações sociais, já que se trata de uma construção social, cultural e histórica, é o pensamento trazido por Butler (2003). Assim, há que ser compreendido em sua forma mais complexa, já que o gênero é múltiplo e se configura pela atuação do sujeito, sendo reflexo de suas práticas sociais, bem como por sua atividade linguística.

É justamente no âmbito das manifestações linguísticas que se pode caracterizar a língua como não sendo neutra, já que, por meio dela se inscrevem discursos que materializam ideologias. Destacamos o relevo dado por Lau & Sanches (2019, p. 90) a essa questão, ao referenciar Moita Lopes (2013), o qual utiliza o sinal arroba (@) como um gesto político para marcar uma possível “equidade de gênero” na linguagem. Trata-se de um uso que não considera tão somente o masculino ou o feminino:

Do ponto de vista dos falantes e escritores, as variações ideológicas da linguagem são importantes porque acabam influenciando as mudanças linguísticas. As ideologias linguísticas de variação de gênero, por exemplo, têm cada vez mais forçado em círculos feministas (e para além dele) o uso de escolhas lexicais no português como “o ser humano” ou “as pessoas”, em contextos nos quais no passado se usaria “o homem” para se referir à espécie humana. Da mesma forma, muitas feministas têm preferido, o uso de “el@” para evitar o uso de “ele (a)” ou o mais comum “ele” para se referir ao ser humano (Moita Lopes, 2013, p. 20).

Assim sendo, a reflexão sobre gênero social é debatida na atualidade a partir da visão de que não é o sexo que determina o gênero, pois este é determinado por práticas sociais, por contextos histórico-culturais representativos da sociedade na qual nos encontramos inseridos. Sobre essa questão, Barros (2010, p. 187) destaca:

A abordagem do gênero social via linguagem encontra respaldo na crença da existência de uma relação estreita entre linguagem e poder nas sociedades. A consciência de que a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas sobre as outras atesta que a linguagem deve ser concebida como imbricada na história, cultura e instituições das quais os indivíduos fazem parte.

Imprescindível destacar também a concepção de gênero adotada por Butler (1990) que se ancora na teoria da performatividade, conceito fundante na consolidação da teoria feminista e dos estudos *Queer* (Pelúcio, 2014; Rocha, 2017; Sutherland, 2014). Sob essa base teórica, o gênero é uma construção cultural, não acabada e que se reformula constantemente através do tempo. É, nessa perspectiva, um fenômeno inconstante, tido, dessa forma, como um ato performativo. Como um construto cultural, está à mercê da realidade circundante, levando-nos a desempenhar diferentes gêneros nas mais diferentes situações a título de nos enquadrarmos em ambientes distintos.

É justamente por transitarem nessas duas esferas, a morfológica, a qual refere-se à construção do gênero gramatical a partir da flexão dos nomes e pronomes no masculino e no feminino; e a ideológica, a qual subsidia o conceito de gênero social e busca assinalar uma grafia que demarque os dois gêneros, que o uso em estudo pode ser entendido como um fenômeno linguístico de variação e justifica a escolha e os propósitos desse estudo, que carrega, ademais, a séria demanda da necessidade de ampliar a percepção de que a linguagem deve manifestar as diferentes identidades de gênero e sexualidade. Neste intento, ratificamos nosso objeto de estudo e o nosso propósito: os usos de pronomes e nomes generificados fora da normativa gramatical como todes, todxs, tod@s, maravilhosos, menines pela comunidade LGBTQIA+ verificando como e se se legitimam em uma comunidade de fala do contexto educacional.

2.3.2.1. Sobre a interseccionalidade: breves incursões

O termo interseccionalidade foi cunhado em 1989 pela intelectual afro-descendente Kimberlé Crenshaw, dada a necessidade de as feministas negras terem suas pautas contempladas pelo feminismo, visto que este contemplava uma pauta branca e eurocêntrica. Desse modo, propôs como sendo imprescindível o debate sobre interseccionalidade para que houvesse discussões sobre questões exclusivas das mulheres negras. Desde então, o conceito foi ampliado e se tornou uma teoria e prática central em diversos campos, incluindo estudos de gênero, direito, política e ativismo social.

O termo é retomado por Akotirene (2022) ao indicar que há opressão exacerbada, principalmente, quando diferentes categorias sociais se intersectam, enfatizando, ainda, serem as condicionantes de opressão mais pautadas sobre a mulher negra. Segundo a autora, “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado, atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.” Ademais, a autora destaca:

(...) há discursos masculinos produzidos pela ordem patriarcal, responsáveis por modelar subjetividades femininas condicionadas a tornar a mulher uma categoria de Outro: obedientes filhas, boas esposas, mães compulsórias e cúmplices das violências praticadas contra elas, conforme assinala Simone de Beauvoir, no livro *O Segundo sexo*, publicado em 1949, e Marilena Chauí, em 1985, no artigo “Participando do debate sobre mulher e violência” (Akotirene, 2022, p. 30).

A interseccionalidade enfatiza, por conseguinte, a interação e intersecção de múltiplas formas de opressão, como gênero, raça e classe social, as quais não são independentes umas das outras, mas interagem e se reforçam mutuamente, criando, assim, experiências de discriminação e desigualdade. Logo, pessoas que têm múltiplas identidades podem enfrentar formas de discriminação diferentes e mais intensas. Para Akotirene (2022), é possível, pela visão interseccional, fazer análise sobre a forma como outras identidades, como classe social e orientação sexual, por exemplo, podem se intersectar e influenciar a experiência de vida de uma pessoa.

Há que se considerar, nessa abordagem, o conceito de ‘marcadores sociais’ entendidos como elementos que possuem conexão com questões relacionadas à desigualdade. Os grupos que são atravessados por algum marcador social tendem a se localizar em situação desigual perante os grupos que não carregam nenhum marcador da diferença, destacando que não aparecem de forma isolada e sim de formas interseccionais.

Tendo em mente que o contexto de escolarização é um dos *locus* privilegiado para sistematização de conhecimento científico e formação cidadã, acreditamos na importância de práticas que promovam, no contexto escolar, a inclusão e o respeito à diversidade, em nosso caso, os usos advindos da linguagem não-binária disruptiva. Para tanto, as ações pedagógicas devem ser embasadas sob o viés da interseccionalidade, promovendo contextos de ensino intencionalmente organizados para não só refletir sobre as complexas experiências de discriminação, mas também para criar soluções mais justas e inclusivas no ambiente escolar.

2.4 TEORIA PÓS-CRÍTICA DO CURRÍCULO

Abrimos espaço para destacar, dado o contexto de escolarização no qual a pesquisa foi desenvolvida, a perspectiva de Silva (2022), que apresenta uma pedagógica que propõe uma mudança de paradigma na educação, possibilitando aos estudantes um papel ativo que rompe com a desigualdade e fortalece uma postura questionadora, desafiando as normas e estruturas sociais injustas. A teoria crítica do currículo, com essa proposição, provoca a considerar as implicações políticas e culturais que uma reorientação epistemológica pode gerar, colocando na pauta estudos tais como gênero, raça, classe social e sexualidade. Surgida na década de 1960 como resposta a uma educação tradicional, promove a importância do conhecimento situado, ou seja, o conhecimento gerado a partir da experiência dos estudantes em seu contexto social. Para tanto, busca incluir no currículo perspectivas históricas e culturais diversas com o intuito de fomentar uma educação interdisciplinar e crítica.

Já a pedagogia pós-crítica é uma abordagem didática que, de igual maneira, busca desenvolver novas formas de educação mais centradas no aprendiz. Essa abordagem procura ir além da simples crítica das limitações da educação moderna e enfatiza a mudança pela ação prática. Nela, destaca-se o papel do educador em criar um ambiente de aprendizagem que envolve a participação ativa dos alunos, apoiando a diversidade e a inclusão, incentiva uma ação, de fato, transformadora. Nessa linha de atuação, também reconhece a existência de uma grande diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais, levando em conta que a escola deve ser um ambiente seguro e inclusivo para todos.

A pedagogia pós-crítica busca promover, portanto, uma educação que valoriza e respeita a diversidade de identidades, culturas e experiências, incluindo aquelas relacionadas a gênero e sexualidade. Tal perspectiva nos autoriza a trazer um rol de pensadores que se alinham a essas demandas educacionais: (i) Paulo Freire - pedagogo brasileiro, criador da pedagogia do oprimido, que inclui a perspectiva crítica e a luta contra a opressão na educação, (ii) Henry Giroux - educador americano, considerado um dos principais representantes da pedagogia crítica e pós-crítica, (iii) bell hooks - escritora e teórica americana, conhecida por seus trabalhos sobre feminismo, raça e educação, e (iv) Judith Butler - filósofa americana, que desenvolveu trabalhos importantes para a compreensão das questões de gênero e sexualidade.

Nesse cenário proposto, vemos como relevante trazer as questões relacionadas a gênero e a sexualidade para as teorias tradicionais da educação, entendendo que alçam suas pautas para além do binarismo, promovendo, nesta direção, avanços na constituição do conhecimento sobre as diferenças e a opressão que ainda domina mulheres e pessoas LGBTQIA+.

Das disposições teóricas que dão base à Teoria Pós-Crítica do Currículo, apreciaremos, a seguir, as que caracterizam a Pedagogia feminista e da Pedagogia *Queer*, articulando esses conhecimentos ao nosso campo teórico, visto que são abordagens que trazem a perspectiva da desconstrução de padrões sobre gênero e sexualidade produzidos socialmente e que são replicados no contexto educacional. São propostas pedagógicas que identificamos como necessárias, ainda que afins a muitas já desenvolvidas no contexto da escola escolhida como campo de pesquisa, a qual sedia um NEG. Por serem muitas as fobias ali replicadas, percebeu-se esse espaço como uma potência no combate a outras violências, além das infligidas contra a mulher, tornando-se um ambiente de fortalecimento das identidades estudantis da escola, e que se estendem a outros contextos.

Essas pedagogias, por conseguinte, ao proporem a desconstrução de binarismos e representações sociais que moldam comportamentos, abrem caminho para a implementação de uma visão mais equitativa, a qual reconhece a existência de outras formas de se exercer as identidades de gênero e a sexualidade, não apenas na escola. Logo, vemos, pela afinidade, duas perspectivas teóricas que subsidiarão uma análise menos intuitiva na observação de características que a elas se alinhem e que, acreditamos, serão identificadas no *corpus* pesquisado.

2.4.1 Pedagogia Feminista

A pedagogia feminista é uma perspectiva curricular que considera questões de gênero, refletindo valores feministas que formam um contraponto às práticas tradicionais, expressões de valores masculinos e patriarcais. Diante disso, destacamos o dizer de Silva (2022), que se centra na crítica do currículo, sugerindo que, para além das dinâmicas capitalistas de classe na reprodução cultural da desigualdade, haja a presença e a necessária reflexão de outras pautas, como a do gênero e da raça no processo de produção e reprodução da desigualdade. Segundo o autor:

Há uma profunda desigualdade dividindo homens e mulheres, com os primeiros apropriando-se de uma parte gritantemente desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade. Essa repartição desigual estende-se, obviamente, à educação e ao currículo (SILVA, 2022, p. 91 e 92).

Diante disso, o autor resgata uma pauta feminista, estabelece serem as linhas do poder da sociedade estruturadas, não somente pelo capitalismo, mas também pelo patriarcado, o que gera crenças e atitudes profundamente entranhadas nas pessoas e nas instituições.

3.4.2 Pedagogia *Queer*

A pedagogia *queer* abordada por Silva (2022) é um conceito que surge a partir do destaque dado às questões tratadas pela teoria feminista, que problematizou as concepções que viam as identidades masculina e feminina como biologicamente definidas, argumentando a necessidade de serem entendidas mediante sua dimensão cultural e social. Aliado a isso, o conceito de gênero passou a enfatizar as identidades masculina e feminina como sendo histórica e socialmente produzidas. A teoria *queer* surge na trilha dessas questões e avança do domínio da construção social para o domínio da sexualidade:

A teoria *queer* começa por problematizar a identidade sexual considerada normal, ou seja, a heterossexualidade. Em geral, é a identidade homossexual que é vista como um problema. A heterossexualidade é a norma invisível relativamente à qual as outras formas de sexualidade, sobretudo a homossexualidade, são vistas como um desvio, como uma anormalidade (SILVA, 2022, p. 106).

A pedagogia *queer* deriva-se dessa pauta e ampara-se nestas questões, desafiando as normas tradicionais de gênero e sexualidade. Busca criar ambientes educacionais mais inclusivos, equitativos e respeitosos para todos os alunos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Para Silva (2022, p. 109):

Um currículo inspirado na teoria e na pedagogia *queer* é um currículo que força os limites das epistemes dominantes: um currículo que não se limita a questionar o conhecimento como socialmente construído, mas que se aventura a explorar aquilo que ainda não foi construído. A teoria *queer* – esta coisa “estranha” – é a diferença que pode fazer diferença no currículo.

Com essa proposta pedagógica direcionada para a pauta *queer*, vemos o advento de novas formas de pensar o contexto educacional atual, propondo uma revisão de conceitos tais como cultura, educação, conhecimento, diversidade, identidade, reorientados para uma perspectiva mais problematizadora e crítica. O estudo que ora propomos busca alinhar-se a isso, pois referenda uma pauta que tem como foco usos linguísticos de uma “minoría” que busca representatividade pela via da linguagem, mas que é presente.

CAPÍTULO 3: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes de abordarmos as etapas metodológicas realizadas, destacamos, de antemão, a consideração de Coelho *et al.* (2010, p. 113) que, ao aludir à coleta de dados referentes ao comportamento linguístico de uma comunidade, salienta que há que se centrar numa quantidade que seja representativa. Estivemos atentos, diante desse aspecto, à possibilidade de realinharmos alguns procedimentos inicialmente planejados para esta fase, considerando a necessidade de refinar nossos critérios de inclusão e exclusão, assim como o tamanho da amostra, conforme será mostrado neste capítulo. Além disso, esclareceremos os tipos de pesquisa, método adotado e os procedimentos que se fizeram necessários ao bom andamento da coleta e análise dos dados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Como se trata de uma pesquisa quali-quantitativa que busca a compreensão das avaliações subjetivas de estudantes de uma comunidade escolar da cidade do Recife-PE sobre usos disruptivos advindos da linguagem não-binária, os dados serão aferidos a partir de respostas gerados pelos colaboradores por meio de dois testes de percepção: o teste de crenças e o teste de atitudes. Há que se mencionar, ainda, a ficha social usada como questionário que, além de mapear o perfil sociolinguístico dos colaboradores.

O teste de crenças é aplicado com o intuito de conferir as crenças acerca de estruturas linguísticas que utilizam pronomes e nomes generificados fora da binariedade masculino-feminino no contexto institucional de escolarização, sendo posteriormente apreciados sob o viés das atitudes linguísticas. Já o teste de atitudes verifica que julgamentos são feitos acerca dessas estruturas linguísticas, sendo estes mensurados a partir de uma escala de 5 (cinco) itens elaborados a partir dos propósitos deste estudo, sendo os que seguem: sentimento de empatia/ inclusão, estética do uso, adequação do uso ao contexto e correção gramatical.

O resultado obtido dos testes possibilitará uma análise descritiva do universo pesquisado, logo, destacamos que não há estatística, há uma amostragem e uma descrição. A análise centra-se nas amostras geradas, num primeiro momento, pelo Questionário Sociocultural que, além de ilustrar o perfil dos colaboradores, facilitará um mapeamento sociolinguístico. Será semiestruturado. Num segundo momento, os Testes de atitudes, compostos por cinco níveis de apreciação que vão desde os julgados como mais negativos

(1 e 2), o considerado neutro (3), e os seguintes, julgados como mais positivos (3 e 4). Nele serão aferidos sentimentos de empatia/ inclusão, estética, adequação ao contexto e correção gramatical. Na sequência, o Teste de crenças, no qual propomos um rol de itens compostos por questões que incluam a variante em estudo. É um questionário fechado. Os testes são uma tendência nos estudos Sociolinguísticos e, foram elaborados mediante uma adaptado do desenvolvido por Pereira (2021).

Na condição de pesquisa quali-quantitativa, volta-se à mensuração das crenças e atitudes e, para tanto, demandará na análise dos resultados, uma avaliação que perpassa a subjetividade na observação das amostras nas duas etapas da pesquisa.

3.2 TIPO DE MÉTODO

Há dois tipos de métodos de análise: os cronométricos e os não-cronométricos. Os cronométricos, ou métodos *on-line*, servem para estudos da linguagem em tempo real e são bastante utilizados na área de processamento linguístico. Já os não-cronométricos, ou métodos *off-line*, aferem efeitos anteriores ao momento de produção. Para a obtenção de dados de julgamento subjetivo, será usado o método não-cronométrico (*off-line*) de análise.

Da diversidade de testes usados para a obtenção de dados experimentais que se enquadram numa metodologia como a não-cronométrica de análise, faremos uso do *questionário*, instrumento que se ajusta ao método *off-line* de Testes de Julgamento com Escala. A escolha justifica-se por ser um dos mais utilizados em pesquisas que medem crenças e atitudes linguísticas.

Na proposta de observação a partir do método indutivo, ancoramo-nos em Marconi & Lakatos (2003, p. 85), segundo os quais as teorias que utilizam esse método partem de “dados particulares, suficientemente constatados [a partir dos quais] infere-se uma verdade geral ou universal”. Para a indução, é necessária a realização de três etapas fundamentais: observação dos fenômenos, descoberta das relações entre eles, e a generalização da relação. Segundo os autores:

(...) como primeiro passo, observamos atentamente certos fatos ou fenômenos. Passamos, a seguir, à classificação, isto é, agrupamento dos fatos ou fenômenos da mesma espécie, segundo a relação constante que se nota entre eles. Finalmente, chegamos a uma classificação, fruto da generalização da relação observada (Marconi; Lakatos, 2003, p. 87).

Diante do exposto, a generalização poderá ser feita mediante observação empírica do fenômeno, quer dizer, observações prévias do que é verificável no campo de estudo escolhido.

Quanto à abordagem comparativa, faremos checagens das avaliações subjetivas entre dois grupos da mesma comunidade escolar, aos quais intuímos divergência entre as percepções, dadas as variáveis Núcleo e Gênero. Faremos uso da metodologia não-cronométrica de análise e o instrumento de coleta usado será o questionário. Os dados de julgamento subjetivo serão, então, coletados à luz do Teste da Escala Likert (Likert, 1932), por este ser o que mais se aproxima da metodologia pretendida.

Trata-se de um instrumento de coleta de dados de atitudes elaborado tendo como base um teste anterior, a Escala Thurstone (1929). A Escala Lickert foi idealizada pelo sociólogo Rensis Likert, em 1932, e possibilita mensurar atitudes, através da utilização do método estatístico, e verificar graus distintos de concordância por intermédio das escolhas dos colaboradores. Estas são feitas através de questionários de múltipla escolha. Com este método de aferição, os integrantes atuam como juízes que julgam as questões apresentadas. Por meio das respostas, o pesquisador tem a possibilidade de verificar o grau de concordância ou discordância do informante quanto ao objeto pesquisado. Trata-se de uma mensuração que, pelo formato e grau de precisão, é uma das mais aceitas entre os pesquisadores e profissionais das mais diversas áreas das ciências humanas e sociais.

O formato metodológico dessa escala, também conhecida como Escala de Julgamento Likert norteará o levantamento de dados. Sobre o questionário como instrumento de aferição, Cardoso (2015) salienta ser este um dos mais adequados instrumentos de coletas de atitudes, pois possibilita obtenção de respostas mais espontâneas, menos artificial, não prejudicando, dessa forma, o conteúdo das respostas. Trata-se de um instrumento de coleta de dados que não apresenta um número exato de opções de escolhas, quer dizer, de escalas, porém, Likert (1932) preconiza uma escala com 5 escolhas, mesmo sendo comum, atualmente, o uso de mais opções de escolhas. Fica a critério do pesquisador, mediante os objetivos de sua pesquisa, definir a quantidade de pontos a serem inseridos na escala.

Portanto, confirmamos que o instrumento terá como finalidade aferir atitudes dos colaboradores do estudo acerca de usos linguísticos disruptivos, os quais, ratificamos, enquadram-se nesta pesquisa, como todo uso não acobertado pela gramática, sendo estes já inseridos em contextos diversos aos da comunidade que os instaurou, a comunidade LGBTQIA+, o qual é tido, por uns, como desvio dos usos linguísticos mais ortodoxos, e

por outros, como uma atualização da língua, gerando, assim, polêmicas e discussões em esferas diversas da sociedade.

Para a mensuração de tais usos, utilizamos uma escala Likert de 5 pontos, por acreditarmos que essa quantidade atende perfeitamente a nossa necessidade. Assim definido o número de pontos, atribuímos as características que seguem aos níveis da escala: as respostas entre 1 e 2 enquadram-se no que julgamos ser atitudes negativas; as situadas em 3, são entendidas como neutras, quer dizer, têm o poder de anular a questão em caso de não aplicação, indecisão ou indiferença do participante com relação ao uso; e as distribuídas em 4 e 5, são analisadas como positivas, o que evidencia uma hierarquia nos níveis da escala dos questionários.

Verificaremos duas variáveis independentes: participação no NEG (NEGPART) e não participação no NEG (NEGNPART) e Gênero (Masculino/ Feminino), havendo, sempre que conveniente, a comparação dos dados, favorecendo uma análise mais precisa dos itens.

3.3 ASPECTOS ÉTICOS

Destacamos nesta subseção o cuidado com a imagem dos colaboradores no intuito de preservá-los de todo e qualquer constrangimento que a sua colaboração possa vir a causar. São, assim, considerados aspectos do rol de procedimentos que prezem pela discrição em relação aos colaboradores do estudo. Reforçamos o objetivo de analisar a percepção linguística de membros uma comunidade escolar sobre usos linguísticos com identificação de gênero fora da binariedade masculino-feminino.

Todo o trabalho foi desenvolvido a partir de uma atuação não invasiva com os colaboradores e só iniciou mediante à aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (CAEE: 58913822.0.0000.9547). Partindo dessa aprovação, os colaboradores foram contatados e deram seu consentimento para participar do estudo, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Destacamos que a identidade dos sujeitos não foi exposta, sendo do conhecimento apenas da pesquisadora responsável por esta pesquisa. Os colaboradores foram identificados por numeração específica no corpo do trabalho e os dados coletados, devidamente armazenados, sob a sua responsabilidade.

3.3.1 Riscos

Atentos ao item V da Resolução CNS 466/2012, ficamos vigilantes quanto à possibilidade de danos causados aos colaboradores tanto no decorrer da pesquisa quanto posteriormente, considerando-os individual ou coletivamente. Logo, sua forma de participação, os instrumentos utilizados para a coleta e, não menos importante, a preservação de dados e a garantia do sigilo, entre outros, foram cuidados que cercaram nossas ações em cada etapa da pesquisa. Buscamos, assim, garantir a aceitabilidade e adesão do participante, promovendo seu esclarecimento sobre todos os procedimentos que envolvem a pesquisa, não omitindo riscos e benefícios que dela se derivem, descritos via TCLE, o qual foi redigido em linguagem adequada, de acordo com o grupo ao qual foi direcionado e onde constam todos os procedimentos metodológicos necessários. O TCLE foi assinado (i) por pais/responsáveis quando se tratasse de pessoas menores de 18 anos e (ii) por para pessoas maiores de 18 anos.

Em se tratando de uma pesquisa que também se filia à área de ciências humanas e sociais, destacamos o item XXV da Resolução CNS 510/2016, estando cientes das considerações quanto aos riscos, os quais definem-se como “possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente” (Cap. I, p. 4). Logo, não descartamos a possibilidade de riscos iminentes para os colaboradores, mas entendemos que as etapas descritas em nossa metodologia buscam mitigar esses riscos.

Assim, enfatizamos que participação ou não na pesquisa é uma decisão única e exclusiva do colaborador e ainda buscamos minimizar riscos ou danos em qualquer dimensão (tais como: possíveis constrangimentos ou ainda desistências durante o processo), esclarecendo todos os propósitos, os procedimentos metodológicos, os testes, bem como o tratamento dado a informações levantadas até a finalização do estudo.

Se sobressaem, nessa proposta, os cuidados com a captação dos dados, a clareza quanto ao processo, a lisura no trato das informações, bem como a relevância da proposta de estudo para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, cabendo aqui o compromisso com a devida devolutiva dos resultados a todos dessa comunidade. Tratar com cuidado cada etapa do processo, desde a arremetida dos colaboradores, inclusive com os devidos cuidados com a sua compreensão até a adesão ao projeto, implicam em zelo, levando-nos a garantir que os benefícios se colocam para além dos riscos.

No tocante às etapas que foram realizadas em ambiente virtual, salientamos que o tratamento dos arquivos gerados com as respostas são arquivos particulares, os quais não há finalidade de compartilhamento, sendo usados, única e exclusivamente, pela

pesquisadora. Consideramos a possibilidades de violação, mas damos ciência da Política de Uso aceitável do Google, dadas algumas fragilidades do ambiente virtual, e asseguramos que a plataforma nos apresenta meios para aumentar a proteção contra atividades abusivas e para manter a segurança *on-line*, protegendo as informações e respeitando a privacidade dos seus usuários. Isto posto, damos ciência e alinhamo-nos aos termos estabelecidos no Ofício Circular nº 2/2021 emitido pela CONEP em seus itens 1.2.1.

Considerada a presença da pesquisadora nas dependências da escola campo, comprometemo-nos com o mínimo e interferência nas ações cotidianas e no contato com os colaboradores do estudo. Logo, buscamos minimizar os riscos nessa ocasião presencial, atendendo rigorosamente aos protocolos instituídos pelo Governo do Estado de Pernambuco para as escolas públicas de sua rede, atendendo às normativas vigentes, que garantem a segurança sanitária dos colaboradores da pesquisa no atual contexto da COVID-19.

Cientes, portanto, do risco potencial de violação, referimos a Política de Uso da plataforma Google, da qual faz parte a ferramenta de captação das respostas aos questionários, o Google Formulários, para garantirmos, como mantenedores dos dados gerados, a privacidade e o sigilo. Amparamo-nos, ainda, nas orientações da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, atendendo às indicações do Ofício Circular nº 2/2021, sobre procedimentos em pesquisas com etapas em ambiente virtual. Ainda como garantias de proteção, os envios dos documentos de aferição da pesquisa foram feitos de forma individualizada aos *e-mails* e/ou *WhatsApps* cadastrados.

3.3.2 Benefícios

Entendemos que, com a realização deste trabalho investigativo, situado num rol de estudos linguísticos ainda escassos, esperamos ampliar o olhar para o que chamamos de causa social advinda da comunidade LGBTQIA+, que busca visibilidade e quebra de paradigmas preconceituosos pelo viés linguístico. Vemos, inclusive, como benefício a própria reflexão sobre o tema, pois pode culminar em uma (re)configuração de valores, crenças e atitudes de toda uma comunidade, gerando compreensão e aceitação.

Consideramos, nessa perspectiva, que um estudo dos usos emergentes e dissidentes provenientes da linguagem não-binária é imperativo, sendo esperadas contribuições relevantes para o ensino à medida que expande o rol de temas transversais

que constituem as bases dos documentos norteadores da educação nacional, já que se trata de um debate em torno do gênero como construção social.

3.4 PERFIL DOS COLABORADORES DO ESTUDO

A seleção da comunidade de uma escola pública secundarista da rede estadual de Pernambuco, situada na região metropolitana da cidade do Recife, dá-se por já ser conhecida pela pesquisadora e por garantir, entre alunos e outros integrantes da instituição, a diversidade de colaboradores desejáveis no intento ora proposto neste estudo, os quais nos possibilitaram, a partir de sua participação, aferir como o fenômeno em questão atua naquele ambiente e como é percebido.

A escola escolhida como nosso campo de pesquisa, é constituída, em sua maioria, por jovens entre 15 e 17 anos, estudantes das 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. Também são membros representativos dessa comunidade, pais, professores, colaboradores, equipes gestora e pedagógica. Esses estudantes são, em sua maioria, advindos de outras escolas públicas da região metropolitana e residentes nos bairros do entorno da cidade, mas há estudantes procedentes de escolas particulares e de nível sociocultural mais elevado.

Desenvolver a pesquisa em uma comunidade escolar situada no centro da cidade do Recife, a qual, por sua localização privilegiada, atende mais de 700 estudantes advindos de diversos bairros do entorno e de cidades circunvizinhas da região metropolitana, nos privilegia acessar um público diverso sob vários aspectos, principalmente no tocante à informação e cultura. Essa prerrogativa nos levou à escolha da escola em que a pesquisa foi desenvolvida. O levantamento de dados foi demorado e desenvolvido virtualmente, porém a presencialidade se deu preliminarmente, já que houve a necessidade de detalhamento da pesquisa, entrega e coleta dos Termos de Consentimento.

Destacamos a decisão de dividir a pesquisa em duas etapas, dadas as dificuldades encontradas para o recrutamento dos participantes e devido ao tempo escasso: Primeira Etapa - colaboradores subdivididos em dois grupos e submetidos ao Questionário Sociocultural – integrantes do NEG e membros da comunidade escolar; Segunda Etapa - colaboradores subdivididos em dois grupos e submetidos aos Teste de Crenças e de Atitudes – integrantes e não integrantes do NEG com duas variáveis controladas: Núcleo e Gênero.

3.5 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Após a devida aprovação do Conselho de Ética, fizemos o recrutamento dos colaboradores presencialmente. Esclareceremos a relevância e as etapas do estudo, os critérios para a aplicação dos testes, os riscos e benefícios. Sendo uma etapa presencial, buscamos atender às normativas vigentes de segurança sanitária, minimizando riscos no então contexto da COVID-19.

Buscamos, a princípio, dados representativos dos usos linguísticos disruptivos advindos da comunidade LGBTQIA+, mais especificamente, nas redes sociais, documentos e em outras esferas da comunicação oficial da escola campo de pesquisa (Instagram, WhatsApp, provas, notas técnicas ou circulares). Observamos esses espaços ou domínios, já de posse da anuência da gestão escolar e dos seus administradores e colaboradores – consideradas as ocorrências potenciais das variáveis em um período que abranja o uso mais intenso desses espaços, quer dizer, no contexto de aulas remotas, desde a pandemia do Covid19 iniciada março de 2020 até o ano de 2022 - e fizemos um mapeamento, identificando aqueles que apresentam ocorrências como as que propomos avaliar. Tal mapeamento nos subsidiou numa posterior captação desses itens, ajudando-nos a constituir um banco de dados preliminar, além de nos subsidiar na elaboração dos testes de percepção que serviram para a coleta de dados sobre as crenças e atitudes dessa comunidade escolar. Destacamos que nem todos os itens dos questionários se originaram a partir das redes e documentos da escola; alguns foram criados com o intuito de atender ao escopo do trabalho.

Criados os testes e após a definição dos participantes aptos, mediante Termos de Consentimento devidamente recolhidos, fizemos o envio individualizados dos *links*, via *e-mails* e/ou *WhatsApps* cadastrados, iniciando a captação do *corpus*. Na primeira etapa, fizemos o mapeamento do perfil sociolinguístico da comunidade. Demos seguimento à etapa de aplicação dos testes de crenças e atitudes, respondidos a partir do envio dos formulários, também de forma individualizada. Nessas etapas remotas, não utilizamos listas que permitam identificação dos colaboradores ou seus dados por terceiros, estando as ações de acordo com o Ofício Circular nº2/2021 – COMEP.

3.5.1 Critério de inclusão e exclusão do colaborador da amostra

Destacamos, a seguir, os critérios para a inclusão dos estudantes colaboradores na Primeira Etapa da pesquisa:

- a) ser pernambucano, menor de 18 anos, estar devidamente matriculado na instituição de ensino campo de pesquisa e estar frequentando uma das séries do ensino médio, enquadrando-se como estudante;
- b) não se enquadrar como funcionário ou prestador de serviço da instituição de ensino.

Justificamos os critérios (a) e (b) pelo fato de estarmos investigando a percepção linguística e as avaliações subjetivas de uma comunidade escolar pública da rede estadual da cidade do Recife. Entendemos, ainda, que as séries selecionadas para uma possível participação na pesquisa estejam acomodadas às rotinas presenciais da instituição, assim como já apresentem uma maior adesão dos estudantes a instrumentos e redes de acesso à informação oficial da escola, inclusive as do espaço virtual.

Por sua vez, destacamos, a seguir, os critérios de inclusão dos membros da comunidade escolar, colaboradores da Primeira Etapa da pesquisa:

- a) ser funcionário da instituição de ensino há, pelo menos, 1 ano, sendo possível a validação de pais de alunos, já que são parte constitutiva da comunidade escolar;
- b) não pertencer à comunidade estudantil da escola campo;
- c) ser maior de 18 anos;
- d) ter, como escolaridade mínima, o Ensino Médio completo.

Justificamos o critério (a) por considerarmos que todos que integram o espaço escolar têm uma coparticipação na formação socioeducacional dos estudantes. Os pais, como responsáveis legais, têm papel na formação familiar, mas também acessam esse espaço escolar, contribuindo, assim, com as ações pleiteadas pela educação formal ali propostas. O item (b) demanda um critério que condiciona a formação de um outro grupo, que não o de estudantes, sendo justificativa, também, para o item (c). Quanto à escolarização, item (d), dá-se por considerarmos a possibilidade de alguns pais, bem como alguns funcionários e colaboradores não terem nível de escolarização superior. Julgamos a formação desse segundo grupo como fundamental, pois deles esperamos uma conduta crítica mais consolidada acerca dos valores histórico-sociais e culturais vigentes, com identidades já formadas e pertencentes a um grupo social e profissional já consolidado. Trata-se também da possibilidade de verificação do padrão de julgamentos subjetivos de

um grupo cuja variante em estudo, não lhes é frequente, sendo acolhida a perspectiva da gramática mais tradicional.

3.5.2 Tamanho da amostra

Para a Primeira Etapa, os colaboradores foram subdivididos em dois grupos submetidos ao Questionário Sociocultural: GRUPO 1, com 19 estudantes integrantes do NEG, e GRUPO 2, com 12 funcionários/ colaboradores da escola campo, ou seja, pais/responsáveis pelos estudantes, equipe gestora e pedagógica e funcionários, perfazendo o total de 31 colaboradores.

Observe-se, a seguir, o quadro-síntese com a distribuição dos colaboradores aptos a participar do estudo, nesta etapa:

Tabela 1: Quantitativo e distribuição dos colaboradores da amostra

DISTRIBUIÇÃO	IDADE	CRITÉRIO DE SELEÇÃO:	SEXO	SUBTOTAL	TOTAL
- GRUPO 1 - - 19 Estudantes (participantes NEG Márcia Dangremon)	- 18 Anos	- Menor de 18 anos; - Estudante da escola campo	Masculino	4	19 Integrantes
			Feminino	15	
- GRUPO 2 - - 10 Funcionários/ colaboradores da escola campo; - 2 Pais ou responsáveis por aluno regularmente matriculado	+ 18 Anos	- Maior de 18 anos; - Escolaridade mínima – Ensino Médio - Funcionário/ colaborador; - Pai de aluno regularmente matriculado	Masculino	3	12 Integrantes
			Feminino	9	

Fonte: Elaboração própria

E importante destacarmos que os colaboradores desta pesquisa poderiam se autodeclarar como cisgêneros, não-binários, trans ou como se der sua orientação sexual. Dessa forma, esta pesquisa considera a possibilidade de constituir dados de julgamentos subjetivos de pessoas das diversas orientações que façam parte da comunidade escolar em estudo, considerando que poderá ser uma variável extralinguística controlada neste trabalho.

Para a Segunda Etapa, os colaboradores foram subdivididos em dois grupos e submetidos aos testes de crenças e atitudes, com duas variáveis controladas: Núcleo e Gênero. Obtivemos um total de 35 colaboradores ao todo. 18 colaboradores integrantes

do NEG Márcia Dangremon (NEGpart), sendo 7 masculinos e 11 femininos; e 17 não integrantes do Núcleo (NEGNpart), sendo 10 masculinos e 7 femininos. Desses, selecionamos 10 respondentes de cada grupo, sendo 5 representantes de cada gênero, levando em conta como esses estudantes se autoidentificaram. Consideramos, ainda, as respostas válidas e as condições para a sua aferição no programa de tratamento dos dados.

Tabela 2: Quantitativo e distribuição dos colaboradores da amostra

DISTRIBUIÇÃO	IDADE	CRITÉRIO DE SELEÇÃO:	SEXO	SUBTOTAL	TOTAL
Integrantes do NEG Márcia Dangremon (NEGpart)	- 18 Anos	- Estudante da escola campo; - Integrante do NEG.	Masculino	7	18 Colaboradores
			Feminino	11	
Não integrantes do Núcleo (NEGNpart)		- Estudante da escola campo; - Não integrante do NEG.	Masculino	10	17 Colaboradores
			Feminino	7	

Fonte: Elaboração própria

3.6 INSTRUMENTOS DE TESTAGEM

O primeiro instrumento utilizado para a coleta dos dados foi a aplicação do *questionário sociocultural* que se prestou ao registro de dados de identificação, hábitos cotidianos para investimento em lazer e informação, referências ao contexto da escola campo e ao tema da pesquisa. Esse, em especial, foi elaborado considerando a informação demandada em cada item ao longo da captação das informações prestadas, sendo configurados na forma de caixa de seleção - possibilitando a marcação de vários itens; de múltipla escolha – possibilitando apenas uma marcação; de lista suspensa – abrindo itens a serem marcados na forma de ampliação ou mesmo gradação, especificando melhor a resposta dada. Vide Anexo 2.

Na próxima subseção, exibimos os testes de crenças e de atitudes, instrumentos compostos por seções que ilustram variados usos linguísticos que constituem nosso objeto de estudo e que foram avaliados pelos colaboradores. Esses instrumentos foram encaminhados aos colaboradores de forma individualizada, via *WhatsApp* e *E-mail*, a partir de um *link* de acesso ao *Google Forms*. Vide Anexos 3 e 4.

3.6.1 Descrição dos itens de testagem de atitudes: teste de escala

O teste de atitudes é composto por 5 níveis: os níveis 1 e 2 são julgados como negativos; o nível 3, considerado neutro, e os níveis 4 e 5, julgados como positivos. Ao longo desse teste, foram testados os seguintes itens:

I - Sentimento de empatia/ inclusão

II - Estética do uso

III - Adequação do uso ao contexto

IV - Correção gramatical

I - Sentimento de empatia/ inclusão

Este item da testagem visou verificar o quanto os colaboradores juízes desta pesquisa sentem-se incluídos/ representados no/ pelo uso linguístico avaliado: pronomes e nomes como todes, todxs ou tod@s, menines, alun(x), maravilhosos, entre outros. Destacamos, aqui, a adoção do método comparativo, pois buscamos investigar também esse sentimento sobre os usos previstos pela gramática tradicional. A partir disso, supomos que sentimentos avaliativos acerca desses registros revelam, em igual medida, o sentimento sobre os sujeitos que tais usos representam. Pereira (2021) reflete sobre essa questão ao afirmar ser a associação um dos princípios que regem as atitudes dos indivíduos, tomando por base Lambert e Lambert (1972, p. 98):

Quando associamos determinada variante ou pessoa a sentimentos negativos, o que observamos são atitudes/julgamentos também negativos acerca do objeto avaliado. Da mesma forma, quando associamos a variante ou o usuário dessa variante a sentimentos positivos, observamos avaliações positivas a seu respeito.

Dessa forma, aferiremos as atitudes dos colaboradores acerca dos usos linguísticos, partindo de uma escala com os seguintes pontos:

1 – Totalmente excluído;

2 – Parcialmente excluído;

3 – Indiferente;

4 - Parcialmente incluído;

5 - Totalmente incluído.

II - Estética do uso

As formas linguísticas também são passíveis de valoração estética por parte dos seus usuários. Trata-se de um julgamento que se alinha com um comportamento social que idealiza a beleza na forma de padrões impostos pela sociedade nas mais diversas esferas do convívio. As variações linguísticas, os dialetos, as gírias e os jargões nem sempre são aceitos em seus usos e são marcados, em muitas regiões ou mesmo grupos sociais, pelo preconceito, sendo julgados como “feios”, “errados”, “engraçados”, etc. Segundo Antunes (2006) *apud* Pereira (2021, p. 99):

As formas que se desviam da norma ideal gramatical, aquela idealizada pela gramática e, por isso, tida como norma a ser seguida, (cf. Antunes, 2006), são criticadas fortemente, sendo consideradas “feias”, “desagradáveis”; já, aquelas que correspondem ao que é prescrito pelos manuais, facilmente recebem valores positivos.

A partir disso, e entendendo que os usos advindos da linguagem não-binária não correspondem aos usos prescritos nos manuais gramaticais, destoando, portanto, da dicotomia de gênero masculino *versus* feminino, buscamos verificar como os colaboradores julgam esses usos, procedendo a uma comparação entre usos emergentes e dissidentes e usos baseados nessa dicotomia. Para tanto, seguem os pontos que compõem a escala:

- 1 – Muito feio;
- 2 – Feio;
- 3 – Indiferente;
- 4 – Bonito;
- 5 – Muito bonito.

Damos destaque ao fato de que essa escala tem por base trabalhos como o de Cardoso (2015 [1989]), em que a autora analisa a percepção de aracajuanos acerca dos dialetos carioca, baiano e alagoano e afirma que as características puramente estéticas são as mais subjetivas, trabalho que pautou a pesquisa de doutoramento de Pereira (2021) que analisou reações subjetivas sobre a variável do uso de artigo definido antecedendo

um antropônimo, sem correspondência de gênero entre os dois elementos, como em “A Pablo”.

Assim sendo, buscaremos verificar as reações subjetivas de nossos colaboradores juízes no que diz respeito à estética da variável.

III - Adequação do uso ao contexto

Este item refere-se ao contexto institucional atrelado ao local escolhido para *locus* da pesquisa. Observamos que, mesmo sendo o contexto predominantemente formal, temos espaço para uma verificação em situações de informalidade, sendo possível essa proposta de aferição da *adequação do uso ao contexto* nos dois níveis, mais e menos formal. Intuímos a possibilidade de rejeição dos usos advindos da linguagem não-binária mesmo nos contextos mais informais voltados para o conjunto da comunidade escolar em que o uso é destinado aos espaços mais flexíveis quanto ao grau de formalidade dos usuários, pelo fato de esses usos não estarem contemplados na gramática tradicional. Essa rejeição poderá ser percebida, também, por se tratar de um uso mais específico, relacionado a um grupo minoritário, a comunidade LGBTQ+. Para a testagem do item, foi elaborada a seguinte escala:

- 1 - Inadequado
- 2 - Pouco adequado
- 3 - Independe
- 4 - Adequado
- 5 - Muito adequado

IV - Correção gramatical

Este item diz respeito às impressões dos colaboradores quanto ao aspecto da correção gramatical ligada ao que está prescrito nos manuais de gramática, tomando por base o nível morfológico para o entendimento do gênero gramatical. Há que se avaliar não só os usos que estão fora do padrão normativo vigente (cuja estrutura morfológica passa por modificações), como também os usos prescritos pela gramática tradicional. Para testagem deste item, segue-se a escala formulada:

- 1 – Incorreto
- 2 – Incorreto, mas válido
- 3 – Independe
- 4 – Correto, mas inválido
- 5 – Correto e válido

3.6.2 Descrição dos itens de testagem de crenças

O questionário é o instrumento de coleta que será utilizado para compor as amostras de crença linguística. Elaborado a partir de questões objetivas e diretas, limitando as respostas a “sim” ou “não”, avaliamos respostas que evidenciam um nível mais consciente da percepção, levando o colaborador a revelar crenças e preconceitos conforme o imaginário social que partilham (Vassoler; Camacho, 2016).

Elaborado aos moldes do proposto por Pereira (2021), o instrumento tem o propósito de possibilitar a observação das crenças que os colaboradores possuem sobre os usos selecionados para análise – pronomes e nomes generificados fora da binariedade masculino-feminino, como todes, todxs ou tod@s, meninas, alun(x), maravilhosos, entre outros, em um contexto de escolarização – acrescentadas as formas prescritas pela gramática tradicional – todos e todas – a título de comparação.

Para a delimitação das crenças, propomos um rol de itens compostos por questões que incluam os usos em análise. A título de ilustração, seguem enunciados que compõem o questionário de crenças: *“Para mim, falar todos, todas e todes está errado”* ou *“Quem utiliza construções, como, por exemplo, “tod@s” deve policiar sua fala em um contexto formal”*, *“Quem fala “todes, todxs ou tod@s” é uma pessoa que desrespeita a língua portuguesa”*, *Vejo como respeito à diversidade de gênero usos como “Sejam todes/as/os bem-vindes/as/os!”*. Trata-se de uma adaptação da criação do quadro de Pereira (2021) e constitui-se das assertivas escolhidas para a aferição das crenças.

3.6.3 O tratamento estatístico dos dados

Após a obtenção das respostas, realizamos a apresentação e a análise dos dados, sendo o capítulo 4 voltado apenas para o Questionário Sociocultural, que propiciou o mapeamento do perfil sociolinguísticos dos colaboradores.

Em seguida, no capítulo 5, centraremos nossa atenção na avaliação subjetiva dos colaboradores sobre os usos disruptivos da linguagem inclusiva não-binária. Para tanto, tomamos por base os trabalhos já realizados por Cardoso (2015 [1989]) e Pereira (2021), constituindo um de nossos intentos, adotar um pacote especializado de tratamento de dados. Tais pacotes são indicados por pesquisadores como Freitag (2020) que valorizam seu uso como solução às questões de pesquisa.

Partimos da pesquisa de Pereira (2021) e elegeremos a ferramenta JASP (Jeffrey's Amazing Statistics Program) para fazer o tratamento estatístico dos dados. Trata-se de um pacote de estatísticas de código aberto multiplataforma gratuito, desenvolvido e atualizado por um grupo de pesquisadores da Universidade de Amsterdã. Pode ser baixado gratuitamente no site <https://jasp-stats.org/>. De fácil manuseio, traz uma série de opções fundamentais às análises, como técnicas de correlação, regressão, inferência e modelos de equação estrutural. Faremos uma análise descritiva e pontuamos as considerações a partir da observação do universo pesquisado, via testes de crenças e atitudes.,

CAPÍTULO 4: PERFIL DOS COLABORADORES: POR UM MAPEAMENTO SOCIOLINGUÍSTICO

Neste capítulo, centramos nossa atenção na análise do perfil sociolinguístico dos colaboradores deste estudo, tomando por base suas respostas advindas do Questionário Sociocultural.

Passamos a descrever os dados levantados nesta ETAPA 1, com respostas captadas do *GRUPO 1 - Estudantes integrantes do NEG Márcia Dangremon*. Estimamos, inicialmente, a participação de 20 colaboradores, porém 22 tiveram participação efetiva, após lançada a proposta de pesquisa e feito o convite⁵. Destacamos que, desses 22 colaboradores, 3 são maiores de 18 anos e tiveram suas respostas desconsideradas, visto que aplicamos o critério de exclusão, perfazendo um total de 19 colaboradores aptos. Definimos o código do participante para identificá-los e garantir o sigilo da informação prestada. Para esse grupo, eis o formato adotado⁶:

Tabela 3: Código do colaborador estudante

A1 NEG+: Aluno 1 - NEG – Participante +.
--

Fonte: Elaboração própria

Considerando, especificamente, as respostas captadas do *GRUPO 2*, representado por outros colaboradores na comunidade escolar, a saber: a equipe gestora, a equipe pedagógica, funcionários da unidade escolar e pais. O questionário foi respondido por, ao menos, um representante de cada setor e a adesão de 2 pais. Produzimos, assim, um total de 13 colaboradores nesse Grupo. Desses 13 colaboradores, 1 apresentou grau de escolaridade Ensino Médio incompleto ou cursando e teve sua resposta desconsiderada a partir do critério de exclusão. Teremos no GRUPO 2, 12 colaboradores aptos. Em sua maioria, dedicam-se apenas ao trabalho.⁷

⁵ Alguns estudantes não participaram devido à falta de autorização dos responsáveis. Os motivos não foram esclarecidos.

⁶ Os envios dos questionários tentam abranger o quantitativo de colaboradores inicialmente planejado. Há que se destacar, porém, que nem todos os contatados aptos concluíram sua participação, devido a justificativas e motivações diversas. Logo, alguns questionários foram devidamente enviados, mas não respondidos.

⁷ Devido a dificuldades geradas pela demora no início do trabalho de levantamento do *corpus* e outras surgidas no contexto da pesquisa de campo, reorientamos o plano inicial, para essa seção, de gerar dados de dois grupos de estudantes, considerando captar respostas também dos não integrantes do Núcleo, o que

Tabela 4: Quantitativo de colaboradores. Ilustra o número de respostas válidas e o dado percentual gerado

PARTICIPANTE	RESULTADO G2	
	RESPOSTAS VÁLIDAS	PERCENTUAL
<i>Pai, mãe ou responsável</i>	2	16,7 %
<i>Funcionário/ colaborador</i>	4	33,3 %
<i>Equipe gestora/ pedagógica</i>	5	41,7 %
<i>Professor</i>	1	8,3 %

Fonte: Elaboração própria

Os códigos definidos seguiram o critério do sigilo e da identificação do participante, relacionando o seu cargo/ setor e uma referência numérica do quantitativo de colaboradores. Elaboramos, para este grupo, o formato que segue:

Tabela 5: Códigos de identificação dos colaboradores do Grupo 2.

<i>G-01</i>	<i>GESTÃO</i>
<i>S-01</i>	<i>SECRETÁRIA</i>
<i>AP-01</i>	<i>APOIO PEDAGÓGICO</i>
<i>AS-01</i>	<i>APOIO SOCIOEDUCACIONAL</i>
<i>CB-01</i>	<i>COORDENAÇÃO BIBLIOTECA</i>
<i>CM-01</i>	<i>COORDENAÇÃO MUSEU</i>
<i>CV-01</i>	<i>COLABORADOR VIGILÂNCIA</i>
<i>CP-01</i>	<i>COLABORADOR PORTARIA</i>
<i>CL-01</i>	<i>COLABORADOR LIMPEZA</i>

Fonte: Elaboração própria

Os representantes do grupo de pais tiveram código gerado, atrelando-o ao do seu filho, participante da pesquisa e integrante do NEG, como segue:

Tabela 6: Códigos de identificação dos colaboradores pais/ responsáveis do Grupo 2.

<i>R14 NEG+</i>	<i>RESPONSÁVEL PARTICIPANTE A14 NEG +</i>
<i>R17 NEG+</i>	<i>RESPONSÁVEL PARTICIPANTE A17 NEG+</i>

Fonte: Elaboração própria

Esclarecidas essas questões prévias, passaremos a descrever, então, os dados referentes aos dois grupos, alternando o levantamento entre o GRUPO 1 e o GRUPO 2. Faremos, na sequência, quando pertinente, uma apreciação das respostas

não foi possível. Procedemos, assim, à análise de dados apenas dos estudantes do Núcleo e de membros da comunidade escolar.

correlacionando-as para apontar padrões nos grupos de respostas e encaminhando-as a uma análise quali-quantitativa.

Lançamos o olhar, inicialmente, para a variável *Idade*.

Gráfico 1: Ilustração da faixa etária – Grupo 1

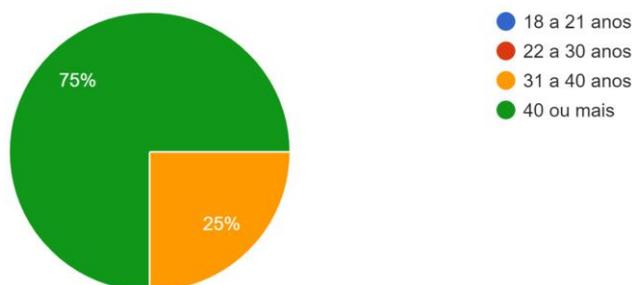
FAIXA ETÁRIA:
19 respostas



Fonte: Google Forms

Gráfico 2: Ilustração da faixa etária – Grupo 2

FAIXA ETÁRIA:
12 respostas



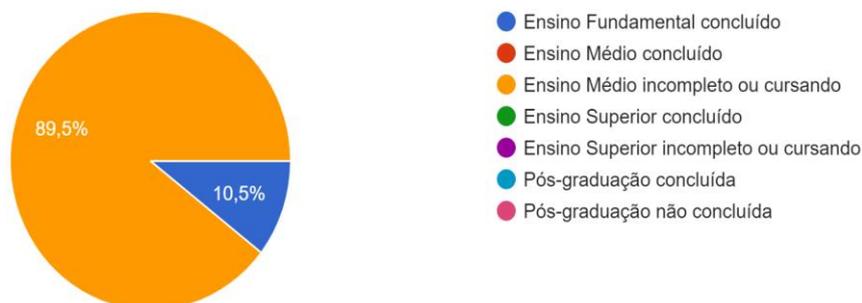
Fonte: Google Forms

No que se refere à *Grau de instrução*, todos do GRUPO 1 se enquadram na comunidade escolar como estudantes, com indicação de Ensino Médio incompleto ou cursando, e dedicados, em sua maioria, apenas aos estudos. Compreendemos, neste caso, os 100% esperados, embora, por uma questão de interpretação equivocada do item, já que esse pleiteava resposta referente ao grau de instrução atual, algumas respostas assinalaram uma pequena variação do dado gerado.

Gráfico 3: Ilustração do grau de instrução – Grupo 1

QUAL O GRAU DE INSTRUÇÃO EM QUE VOCÊ SE ENCONTRA ATUALMENTE?

19 respostas

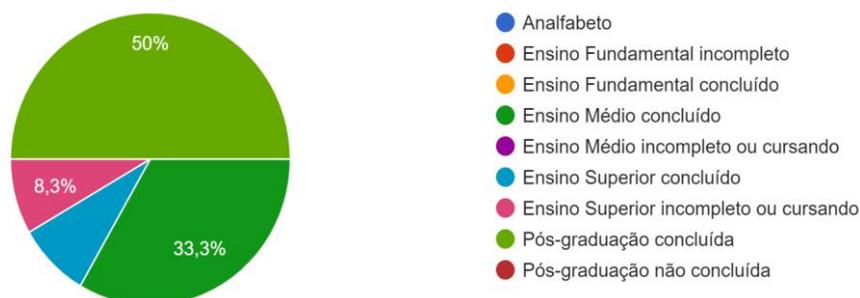


Fonte: Google Forms

Gráfico 4: Ilustração do grau de instrução – Grupo 2

QUAL O GRAU DE INSTRUÇÃO EM QUE VOCÊ SE ENCONTRA ATUALMENTE?

12 respostas



Percentuais: 50% - Pós-graduação concluída; 33,3% - EM concluído; 8,3% - Ensino Superior concluído; 8,3% - Ensino Superior incompleto

Fonte: Google Forms

Retomamos Cardoso (2015) para destacar a heterogeneidade linguística como um fator natural decorrente da própria heterogeneidade social atribuída, entre outras coisas, ao contato intergrupar das diferentes comunidades. Isto posto, acrescentamos ser, segundo a autora, o fator social responsável pelas divergências linguísticas entre subgrupos distintos em uma dada comunidade. Assim, estratificação social, faixa etária, ocupação profissional, sexo são fatores que garantem a manutenção ou mesmo demarcação das características linguísticas de diferentes grupos.

Gráfico 5: Ilustração sobre a ocupação atual – Grupo 1

SOBRE SUA OCUPAÇÃO, NO MOMENTO ATUAL

19 respostas

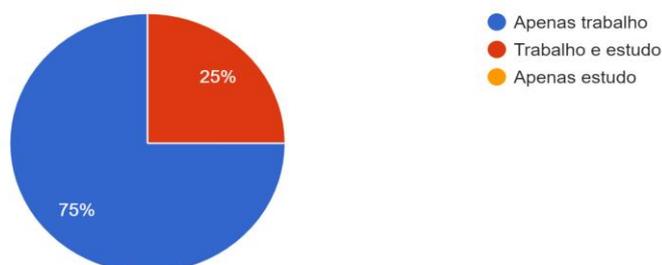


Fonte: Google Forms

Gráfico 6: Ilustração sobre a ocupação atual – Grupo 2

SOBRE SUA OCUPAÇÃO, NO MOMENTO ATUAL

12 respostas



Fonte: Google Forms

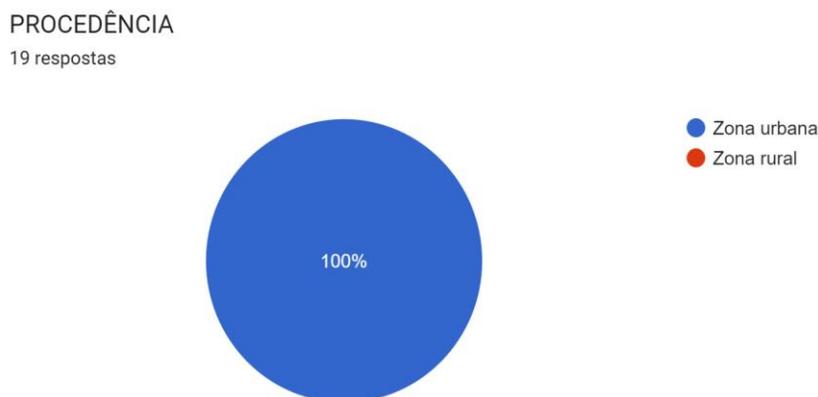
A partir das ilustrações acima, refletimos que, comparados os Grupos 1 e 2, a partir das variáveis *Faixa Etária, escolaridade e ocupação* pode não haver crenças e atitudes com julgamentos convergentes, dada a ocorrência de serem grupos visivelmente distintos, ainda que da mesma comunidade. Logo, cumpre observarmos se dentro de um mesmo grupo é possível haver atitudes e crenças diferentes sobre os usos disruptivos, ou mesmo quanto aos usos prescritos pela gramática tradicional. Buscamos evidências sobre a ocorrência dessas diferenças mediante a observação dos dados gerados pelas respostas dessa sesso.

Nas próximas subseções, nosso olhar estará voltado a itens do questionário que contemplam: (i) identificação; (ii) grau de instrução; (iii) informações socioculturais e (iv) convívio escolar.

4.1 IDENTIFICAÇÃO

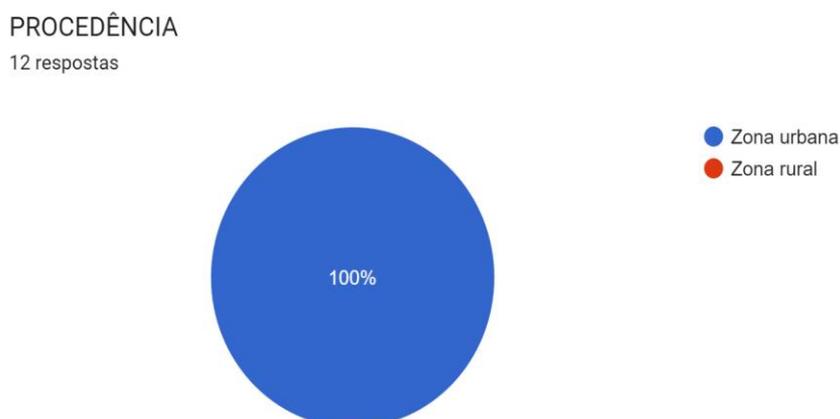
Os colaboradores dos dois grupos residem predominantemente em bairros do entorno e em cidades da região metropolitana, sendo sua procedência advinda da *zona urbana*.

Gráfico 7: Ilustração sobre a procedência – Grupo 1



Fonte: Google Forms

Gráfico 8: Ilustração sobre a procedência – Grupo 2



Fonte: Google Forms

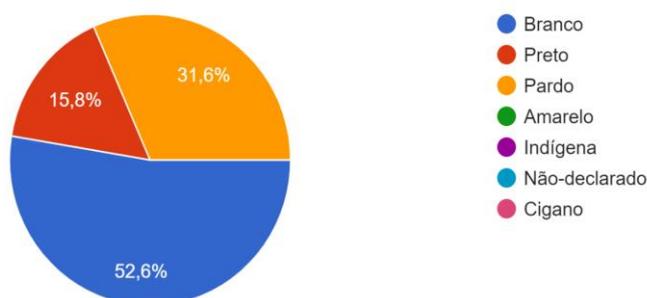
O item *cor/etnia* nos dá um indicativo interessante ao observarmos que os colaboradores, em sua maioria, se declaram brancos. Chama a nossa atenção não haver enquadramento majoritário em uma característica fenotípica ou a elementos de tradição cultural pertencentes à maioria da população. Não temos, a princípio, o objetivo de usar

as variáveis raça/cor/etnia, embora enxerguemos a relevância dessa categorização nas análises, visto que soa como um alijamento do peso desses atributos, como se pode supor que ocorra frente ao peso de determinados aspectos linguísticos, sexuais ou de gênero, na sociedade atual.

Gráfico 9: Ilustração sobre a cor/etnia – Grupo 1

COMO VOCÊ SE DECLARA QUANTO A COR/ETNIA?

19 respostas

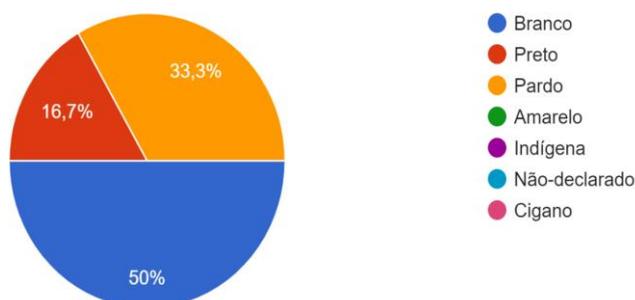


Fonte: Google Forms

Gráfico 10: Ilustração sobre a cor/etnia – Grupo 2

COMO VOCÊ SE DECLARA QUANTO A COR/ETNIA?

12 respostas



Fonte: Google Forms

No que se refere aos itens *sexo/ gênero/ sexualidade*, nos pareceu conveniente observar como as respostas aludem umas às outras, entendendo-as como variáveis correlacionadas. Assim observamos que, dos 19 colaboradores do GRUPO 1, 16 se identificaram como LGBTQIA+ e 06 como Não-LGBTQIA+ (heterossexual).

Referindo especificamente aos 06 colaboradores Não-LGBTQIA+ (heterossexual), percebemos um alinhamento sexo-gênero, a saber: *mulher-feminino; homem-masculino*. Já os 16 estudantes identificados como LGBTQIA+, 12 demonstraram alinhamento sexo-gênero, a saber: *mulher-feminino; homem-masculino* e outros 04, sem alinhamento sexo-gênero, identificando-se como segue: *mulher - bigênero; mulher - não-binário; mulher - gênero fluido; homem - feminino*.

A observação dos dados do GRUPO 2, no entanto, nos encaminha para respostas que os enquadra de forma mais convencional, inclusive quanto às denominações de gênero. Dos colaboradores identificados como Não-LGBTQIA+, 09 têm total alinhamento sexo-gênero: *mulher-feminino; homem-masculino*, ocorrência também observada entre os 02 colaboradores identificados como LGBTQIA+. Destacamos que 02 colaboradores não fizeram a identificação de sexualidade, o que gerou um dado percentual de 100% equivalente aos 10 respondentes nesse item, especificamente.

Não podemos deixar de destacar essas variáveis como de suma relevância para este estudo, já que o recorte *sexo-gênero-sexualidade* nos sinaliza para reflexões bastante sugestivas dos possíveis resultados do estudo dos usos advindos da linguagem inclusiva não-binária que passaremos a investigar de forma mais centralizada, visto que a representatividade da comunidade LGBTQIA+ se faz presente no contexto escolar.

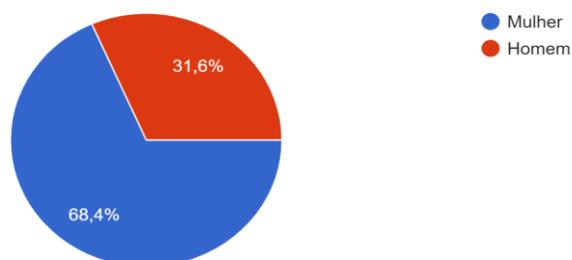
A partir da autoidentificação observada, é possível conjecturarmos que para os colaboradores GRUPO 1, crenças as atitudes evidenciadas por eles sobre os usos dissidentes serão mais positivas.

Intuímos haver divergências linguísticas entre esses subgrupos, por se caracterizarem tão distintamente a partir das variáveis em tela, levando-nos, ainda, a conjecturar, apesar do mesmo espaço de convívio, que os participantes pertencem a comunidades distintas.

Destacamos a ocorrência de uma maioria de mulheres, conforme mostram os seguintes gráficos:

Gráfico 11: Ilustração sobre o sexo – Grupo 1

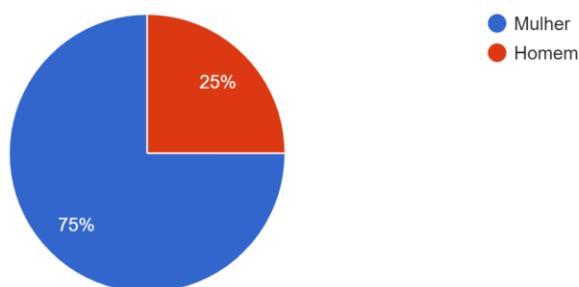
SEXO:
19 respostas



Fonte: Google Forms

Gráfico 12: Ilustração sobre o sexo – Grupo 2

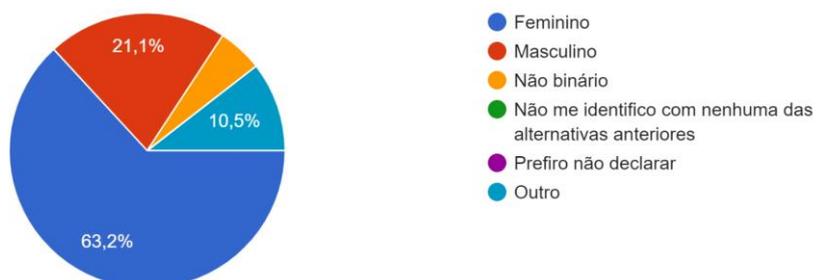
SEXO:
12 respostas



Fonte: Google Forms

Gráfico 13: Ilustração sobre o gênero – Grupo 1

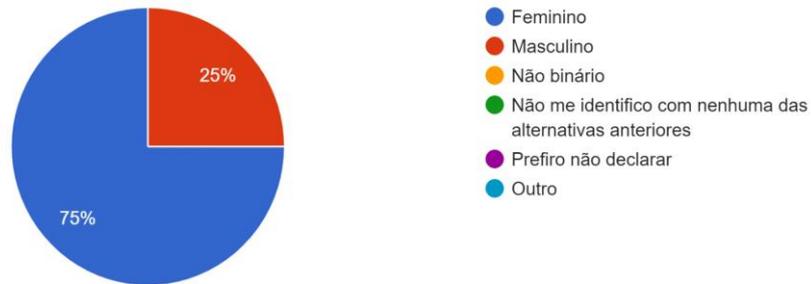
GÊNERO:
19 respostas



Percentuais: 63,2% - Feminino; 21,1% - Masculino; 5,3% - Não-binário; 10,5% - Outro
Fonte: Google Forms

Gráfico 14: Ilustração sobre o gênero – Grupo 2

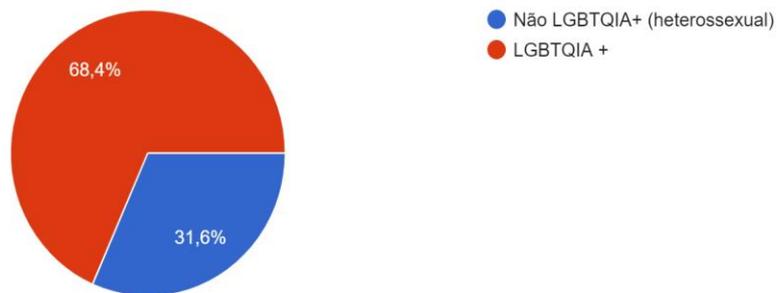
GÊNERO:
12 respostas



Fonte: Google Forms

Gráfico 15: Ilustração sobre a sexualidade – Grupo 1

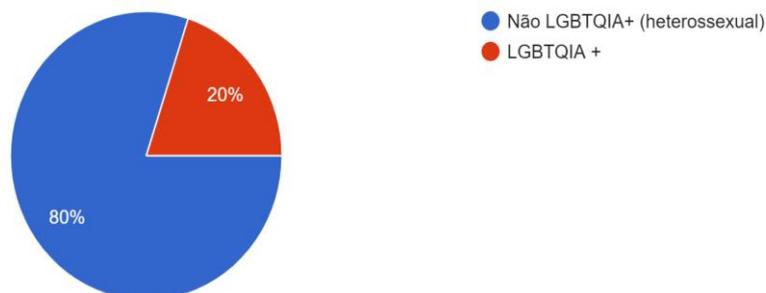
SEXUALIDADE:
19 respostas



Fonte: Google Forms

Gráfico 16: Ilustração sobre a sexualidade – Grupo 2

SEXUALIDADE:
10 respostas



Fonte: Google Forms

As variáveis até aqui apontadas, bem como outras que descreveremos na sequência, constituem fatores externos ao sistema linguístico que podem motivar diferentes formas linguísticas já que estão associados a padrões de comportamento dos indivíduos. Ainda que os usos advindos da linguagem inclusiva não-binária estejam condicionados a um contexto ainda eventual, trata-se de uma realidade linguística presente e saber o quanto tais variáveis interferem nos julgamentos dos colaboradores da pesquisa, nos sinalizam para respostas, dadas as evidências observadas nesta etapa da análise.

4.2 GRAU DE INSTRUÇÃO

O *grau de instrução* foi um item para a realização do mapeamento dos colaboradores, dado o fato de ser uma das variáveis escolhidas para os nossos critérios de inclusão e exclusão.

Destacamos aqui o *Grau de instrução do pai/mãe ou responsável* e valorizamos essa informação, pois direciona-se a uma variável que, em alguma medida, sinaliza a constituição de valores socioculturais, entre outros advindos do contexto familiar e que podem interferir sobremaneira nas crenças e atitudes. Indivíduos com maior escolarização, de acordo com Pereira (2021, p. 112) são dinamizadores de regras, ou seja, são aqueles que têm capacidade de entender, refletir acerca da atual conjuntura da sociedade e iniciar um processo de mudança na língua, o que não se dará sem o

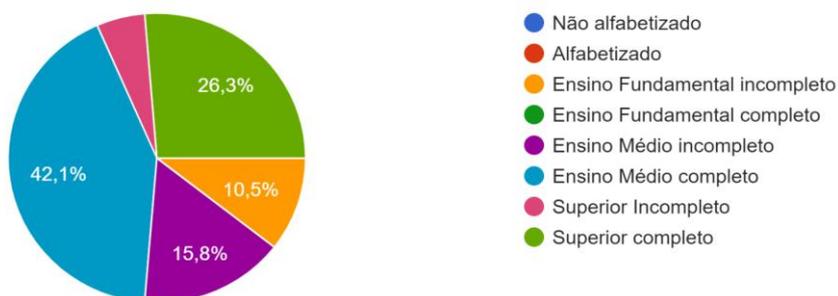
entendimento e o acolhimento dos usos linguísticos disruptivos como partilhados e comuns entre seus pares, sem distinção entre seus usuários.

As respostas do Questionário Sociocultural mostram que as mães possuem um maior nível de escolarização em relação aos pais:

Gráfico 17: Ilustração grau de escolaridade pai/responsável legal – Grupo 1

GRAU DE ESCOLARIDADE DO PAI OU RESPONSÁVEL POR SUA CRIAÇÃO:

19 respostas



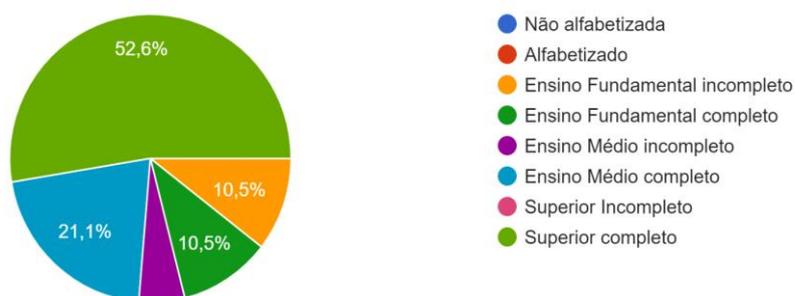
Percentuais: 42,1% - Ensino Médio completo; 5,3% - Superior incompleto; 26,3% - Superior completo; 10,5 – Ensino Fundamental incompleto; 15,8% - Ensino Médio Incompleto

Fonte: Google Forms

Gráfico 18: Ilustração grau de escolaridade mãe/responsável legal – Grupo 1

GRAU DE ESCOLARIDADE DA MÃE OU RESPONSÁVEL POR SUA CRIAÇÃO:

19 respostas



Percentuais: 52,6% - Superior completo; 10,5 – Ensino Fundamental incompleto; 10,5% - Ensino Fundamental completo; 5,3% - Ensino Médio incompleto; 21,1% - Ensino Médio completo

Fonte: Google Forms

4.3 INFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

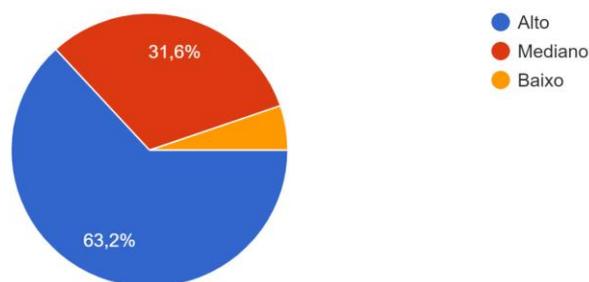
O questionário solicitou ao GRUPO 1 informações referentes às *atividades com as quais mais ocupam seu tempo* e não nos surpreendeu observar *Lazer e cultura (música, cinema, teatro, museus, espetáculos, viagens e passeios, etc.)* como o item mais mencionado, seguido por *Leitura, Política, Arte e tecnologia, Saúde beleza e sexualidade*, também com índices de apreciação destacados:

Gráfico 19: Ilustração de acesso à cultura e lazer – Grupo 1



QUAL SEU NÍVEL DE INTERESSE NAS ATIVIDADES SELECIONADAS?

19 respostas



Percentuais: 63,2% – Alto; 31,6% - Mediano; 5,3% - Baixo

Fonte: Google Forms

No GRUPO 2, pudemos observar a predominância dos itens *Leitura, Lazer e cultura (música, cinema, teatro, museus, espetáculos, viagens e passeios, etc.)* e *Religião* como os itens mais mencionados. Respondendo pela indicação de 7 – 53,8 %

dos colaboradores. A esse dado, seguem-se os itens *Séries de TV* e *Educação*, que respondem pela predileção de 5 – 41,7 % dos colaboradores, no que se refere à ocupação de seu tempo. *Artes* e *Esportes* não foram indicados: 0 – 0%. *Política*, com apenas 1 – 8,2%. *Tecnologia*: 3 – 25 %, *Namoro e diversão*: 2 – 16,7 %, *Saúde beleza e sexualidade*: 3 – 25 %, assim como *Outros*: 3 – 25 % obtiveram números percentuais, também com pouca expressividade na rotina desse grupo. A despeito dos itens não mencionados e dos pouco representativos percentualmente, destacamos o *Alto nível de interesse*: 8 – 6,7 %, a maioria dos respondentes, seguido de um interesse *Mediano*: 4 – 33,3 % pelas atividades sugeridas.

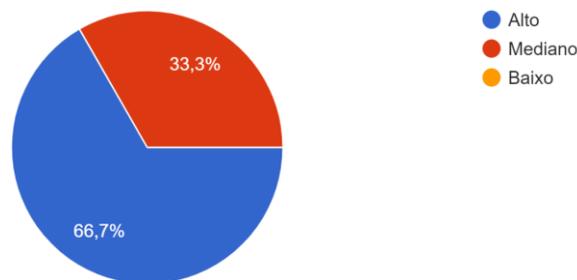
Tais dados nos indicam a maneira como os indivíduos ocupam seu tempo e, nesse ínterim, como se informam ou formam seu repertório cultural, acessando temas e áreas diversas que nos favorecem, umas mais que outras, o acesso a um conjunto de novos conhecimentos, ideias, crenças, assim como a chegada de novos hábitos e costumes que, como um fenômeno da atualidade, são acessados fora do convencional material impresso. Exceto os itens *Leitura*, *Lazer e cultura* e *Religião*, percebemos uma maior fragmentação dos interesses no GRUPO 2, fato que pode condicionar o desconhecimento pontual de questões, tais como a da linguagem inclusiva não-binária.

Gráfico 20: Ilustração de acesso à cultura e lazer – Grupo 2



QUAL SEU NÍVEL DE INTERESSE NAS ATIVIDADES SELECIONADAS?

12 respostas



Fonte: Google Forms

O consumo de serviços de streaming e redes sociais, seguido por Livros, TV e Tictoc sinalizou os interesses e a frequência com que tomam seu tempo com esses passatempos no GRUPO 1. Dos colaboradores, 12 – 63,2 % sinalizou *Sempre* como indicativo de frequência e 7 – 36,8 % – com *Quase sempre* como indicativo de frequência.

A observação das informações sobre o uso de serviços digitais do GRUPO 2, no entanto, seguiu na contramão do observado entre os estudantes, mostrando-se mais conservadores. TV e Redes sociais ocupou a preferência de 10 – 8,3 % dos colaboradores, seguido de Livros: 6 - 50 %. O consumo de Serviços de streaming: 4 – 33,3 % seguiu-se ao de Revistas e jornais: 1 – 8,3 %. O Tictoc, uma preferência da maioria dos colaboradores menores de 18 anos, foi desconsiderado pelos colaboradores desse grupo: 0 – 0%. Quanto à indicação da frequência de consumo, deu-se como segue: *Sempre*: 6 - 50 %, ao passo que 6 - 50 % indicaram *Quase sempre*.

Gráfico 21: Ilustração de acesso a informações – Grupo 1

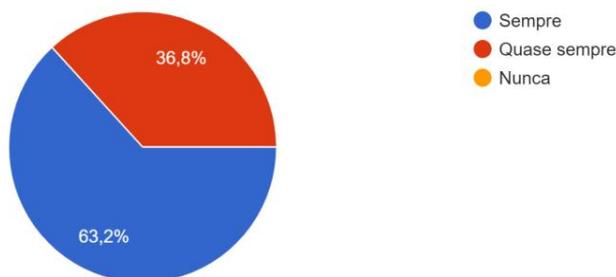
INDIQUE, ENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAL(IS) A(S) QUE VOCÊ CONSOME?

19 respostas



COM QUE FREQUÊNCIA?

19 respostas



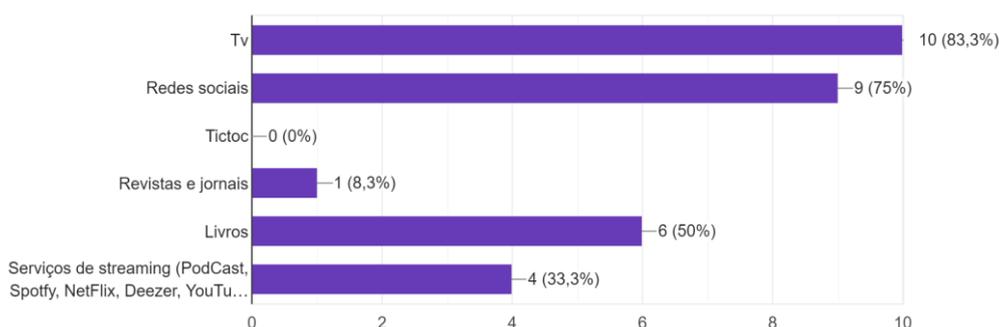
Fonte: Google Forms

O fator *Idade*, aqui, é preponderante na constituição desses resultados. A variável sinaliza para hábitos mais convencionais do GRUPO 2, logo, para acesso mais restrito a temas de uma perspectiva mais engajada, principalmente numa era de transformações digitais, em que a juventude pleiteia a experiência e é uma geração mais conectada. A dinamicidade das informações a que os mais jovens têm acesso, e aqui evidenciadas pelos dados do GRUPO 1, nos leva a supor maior adesão dos estudantes aos usos disruptivos, se não pela maior representatividade LGBTQUA+ desses respondentes, mas pelo acesso e consumo mais intenso dessa variante, advinda das redes sociais.

Gráfico 22: Ilustração de acesso a informações – Grupo 2

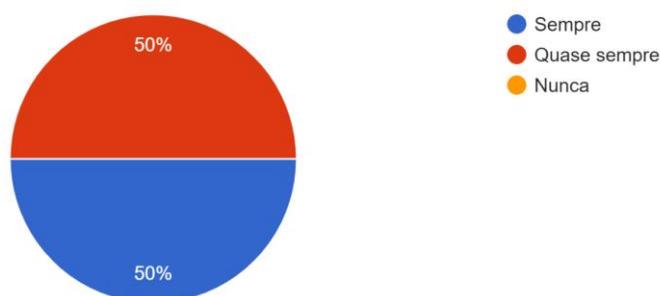
INDIQUE, ENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAL(IS) A(S) QUE VOCÊ CONSOME?

12 respostas



COM QUE FREQUÊNCIA?

12 respostas



Fonte: Google Forms

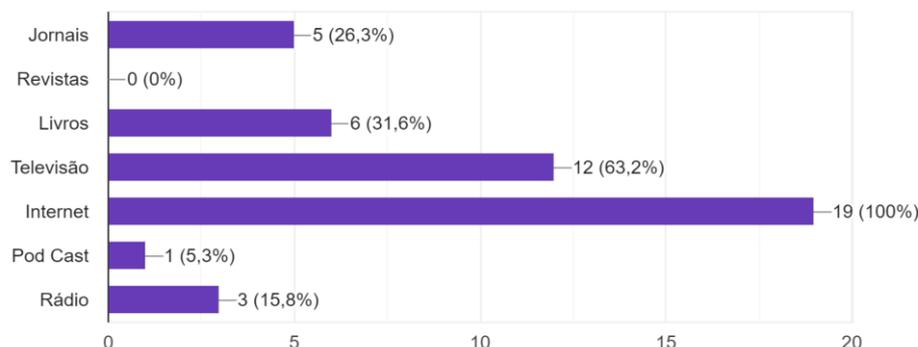
A leitura de impressos e outros recursos mais antigos de comunicação e informação já não são o *meio para manter-se atualizados*. Segundo pudemos verificar no GRUPO 1, a informação é atualizada, majoritariamente, por meio da *Internet*: 19 – 100 % dos colaboradores. Na sequência, *Televisão*: 9 – 75% e *Livros*: 5 – 41,7 % foram elencados como tendo maior adesão por parte dos colaboradores. *Sempre*: 8 – 6,7%; *Quase sempre* – 4 – 33,3 %.

Chama-nos atenção que o *Podcast*, conteúdo em áudio, disponibilizado através de um arquivo ou *streaming*, bastante acessado como alternativa de lazer e informação, não foi um dos mais indicados pelos colaboradores: 1 – 5,3 %. Desses, 12 – 63,2 % indicaram que Sempre acessam, ao passo que 7 – 36,8 % indicaram Quase sempre. São dados que se alinham com a informação anterior, fazendo-nos inferir que são respostas produzidas pelos mesmos colaboradores.

Gráfico 23: Ilustração sobre acesso a atualizações – Grupo 1

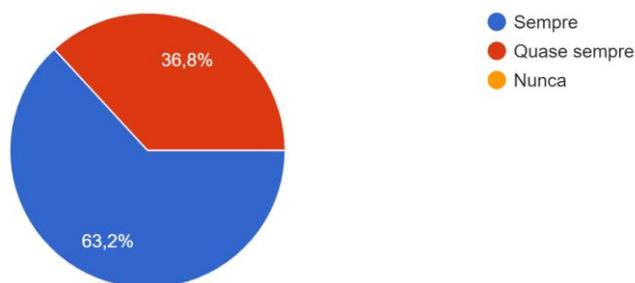
QUAL O TIPO DE LEITURA OU MEIO DE COMUNICAÇÃO VOCÊ MAIS UTILIZA PARA SE MANTER ATUALIZADO?

19 respostas



COM QUE FREQUÊNCIA?

19 respostas



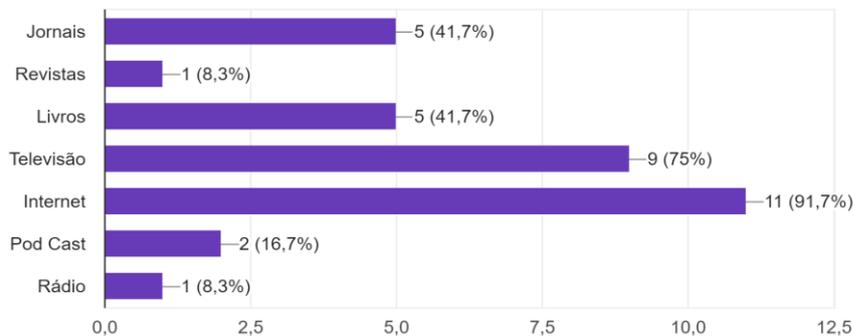
Fonte: Google Forms

O GRUPO 2 se mantém atualizado basicamente pela *Internet*: 11 – 91,7 %, seguido da *Televisão*: 9 - 75 %. O material impresso, *livros e jornais* – sendo o acesso a este último, mais modernamente, pelo acesso na forma digital - são recursos com uso ainda relevante entre os colaboradores: 5, 41,7 % % respectivamente. O *Podcast*, também não está entre os mais usuais na busca de informações e atualização: 2 – 16,7 %. *Revistas* e *Rádio* não são descartados, mas pouco representativos: 1 – 8,3% respectivamente. A frequência indicada foi a seguinte: *Sempre*: 8 – 66,7 %; *Quase sempre*: 54 – 33,3 %:

Gráfico 24: Ilustração sobre acesso a atualizações – Grupo 2

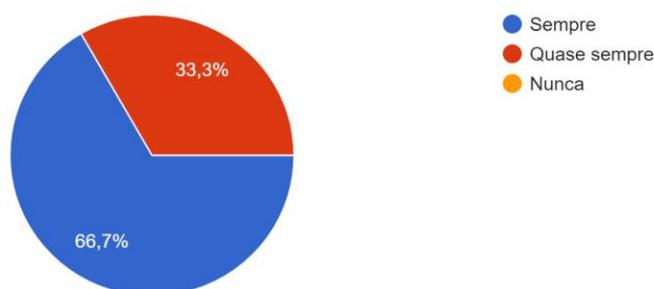
QUAL O TIPO DE LEITURA OU MEIO DE COMUNICAÇÃO VOCÊ MAIS UTILIZA PARA SE MANTER ATUALIZADO?

12 respostas



COM QUE FREQUÊNCIA?

12 respostas



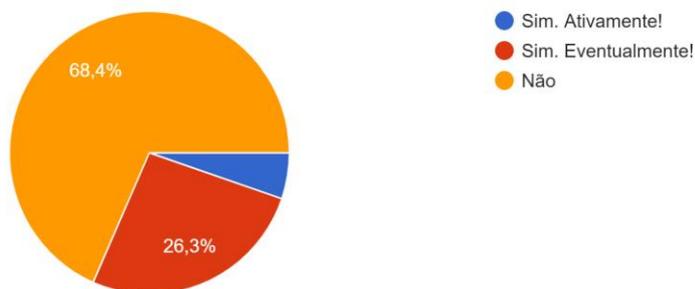
Fonte: Google Forms

A *participação em grupo religioso* nos encaminha para um dado, a princípio, interessante do GRUPO 1, já que a maioria: 13 – 68,4 %, não referenciam *nenhum vínculo a grupo religioso*, seguido dos que se vinculam *apenas eventualmente*.

Gráfico 25: Ilustração sobre participação em grupo religioso – Grupo 1

PARTICIPA DE ALGUM GRUPO RELIGIOSO?

19 respostas



Percentuais: 68,4% – Sim. Ativamente!; 26,3% - Sim. Eventualmente!; 5,3% - Não

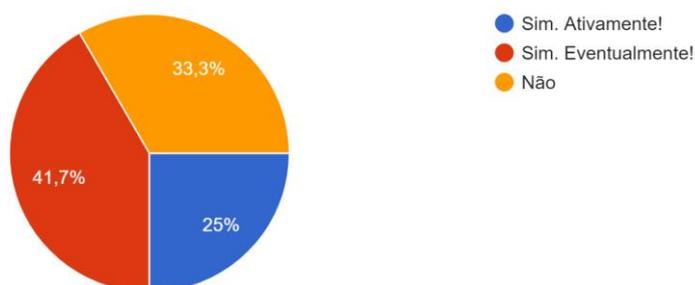
Fonte: Google Forms

Nessa questão, o GRUPO 2 mostrou-se mais propenso a uma demarcação de seus costumes religiosos, estando mais evidente uma maior participação em alguma denominação religiosa. Assim, a *participação em grupo religioso* é mais *eventual*: 5 – 41,7 %, sendo esse o dado mais destacado. Esse resultado é seguido pela indicação de *nenhum vínculo a grupo religioso*: 4 – 33,3 %. Já os *praticantes ativos*: 3 – 25% :

Gráfico 26: Ilustração sobre participação em grupo religioso – Grupo 2

PARTICIPA DE ALGUM GRUPO RELIGIOSO?

12 respostas



Fonte: Google Forms

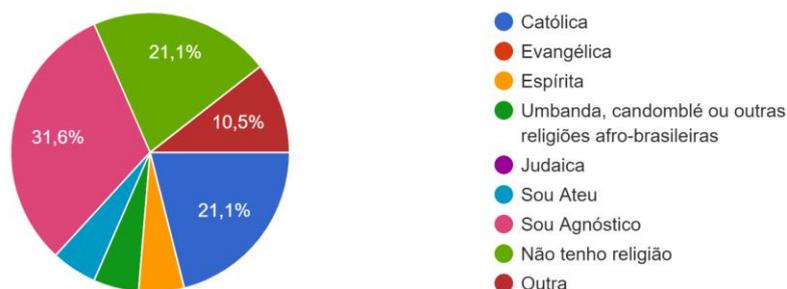
Quanto à definição de uma *denominação religiosa*, segue-se um rol de respondentes do GRUPO 1 que, majoritariamente, não referencia uma denominação à qual se vincula ou, de fato, não se vincula a nenhuma. Há, ainda, os que se auto-referenciam *cristãos, mas sem religião definida*, os identificados com denominações não

catalogadas pelo questionário, como *bruxaria* e os que simpatizam com *umbanda* e *wicca*, mas não direcionando sua fé a uma religião fixa.

Gráfico 27: Ilustração sobre denominação de religiosa do colaborador – Grupo 1

QUAL DENOMINAÇÃO?

19 respostas



Percentuais: 31,6% – Sou agnóstico; 21,1% - Não tenho religião; 10,5% - Outra; 21,1% - Católica; 5,3 – Espírita; 5,3 – Umbanda; 5,3 – Sou Ateu

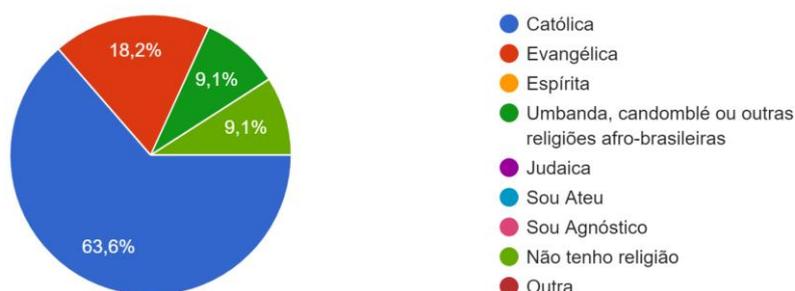
Fonte: Google Forms

O GRUPO 2 mantém-se numa postura mais ortodoxa, indicada na opção de a maioria ser *Católica*: 7 – 63,6 % ou, ainda que, em bem menor proporção, *Evangélica*: 2 – 18,2 %:

Gráfico 28: Ilustração sobre denominação de religiosa do colaborador – Grupo 2

QUAL DENOMINAÇÃO?

11 respostas



Fonte: Google Forms

Destacamos, mais uma vez, a questão dos dogmas como importantes na constituição dos valores de cada indivíduo. Tendendo a uma visão mais tradicional ou

não, traz implicações ao exercício da tolerância nas mais diversas questões. A depender da ligação a preceitos mais tradicionais, maior a possibilidade de uma expressão de crenças e atitudes pouco positivas sobre questões menos convencionais.

A linguagem disruptiva pode ilustrar isso ao ser alvo de julgamentos negativos que se voltam proporcionalmente para os indivíduos aos quais faz menção e representa. Sobre isso, destacamos a afirmação de Lambert e Lambert (1972), segundo a qual a associação, por exemplo, de determinada pessoa a sentimentos negativos culminará em julgamentos também negativos sobre o objeto avaliado, assim como sua associação a sentimentos positivos gera avaliações positivas.

4.4 – CONVÍVIO ESCOLAR

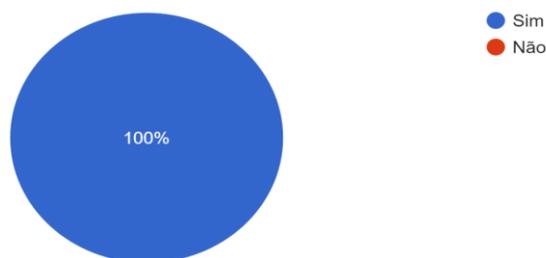
É nesta etapa final do *Questionário Sociocultural* que passamos a abordar o tema linguagem inclusiva não-binária no contexto da escolarização. O objetivo aqui é não apenas situar os colaboradores, introduzindo-os no contexto da reflexão que o trabalho traz ao propor investigar esse uso tão controverso, mas também verificar indícios de seu posicionamento, conhecimento, acolhimento ou aversão no que se refere ao tema em sua abrangência, haja vista ser de cunho linguístico e social. Há, aqui, uma preparação para a abordagem do objeto de estudo, o uso dos pronomes generificados fora da binariedade como “todes, todxs, tod@s”, bem como nomes e adjetivos tais como “maravilhosos”, “menines”, “alun(x)”, entre outras ocorrências.

Propusemos os questionamentos que seguem: ***“você reconhece a diversidade existente no contexto escolar? Quer dizer, a convivência de indivíduos diferentes em relação à etnia, religião, orientação sexual, cultura, gênero?”*** A totalidade dos colaboradores, considerados os GRUPOS 1 e 2, sinalizou positivamente: *Sim: – 100 %*.

Gráfico 29: Ilustração sobre diversidade no contexto escolar – Grupo 1

VOCÊ RECONHECE A DIVERSIDADE EXISTENTE NO CONTEXTO ESCOLAR? QUER DIZER, A CONVIVÊNCIA DE INDIVÍDUOS DIFERENTES EM RELIGIÃO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, CULTURA, GÊNERO?

19 respostas

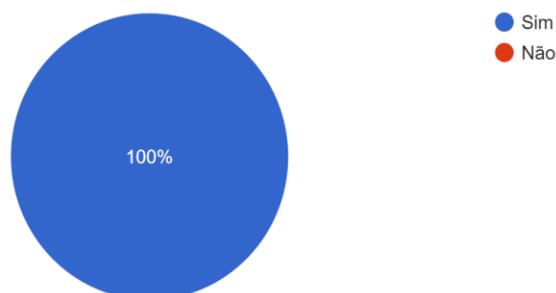


Fonte: Google Forms

Gráfico 30: Ilustração sobre diversidade no contexto escolar – Grupo 2

VOCÊ RECONHECE A DIVERSIDADE EXISTENTE NO CONTEXTO ESCOLAR? QUER DIZER, A CONVIVÊNCIA DE INDIVÍDUOS DIFERENTES EM RELIGIÃO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, CULTURA, GÊNERO?

12 respostas



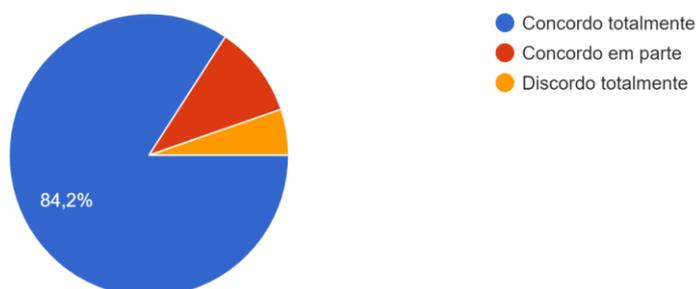
Fonte: Google Forms

Na sequência, propusemos o que segue: *Como qualquer outro tema social, as questões de sexualidade e de gênero estão presentes nas escolas e fazem parte do processo de vivência de muitos alunos. Qual o seu grau de concordância com essa afirmação?* Houve um alinhamento quanto à concordância assinalada nos dois grupos. Destacamos, porém, o fato de não haver proporcionalidade entre as opiniões expressas:

Gráfico 31: Ilustração sobre reconhecimento das temáticas de gênero e sexualidade no contexto escolar – Grupo 1

COMO QUALQUER OUTRO TEMA SOCIAL, AS QUESTÕES DE SEXUALIDADE E DE GÊNERO ESTÃO PRESENTES NAS ESCOLAS E FAZEM PARTE DO PAQUADRO DE CONCORDÂNCIA COM ESSA AFIRMAÇÃO?

19 respostas

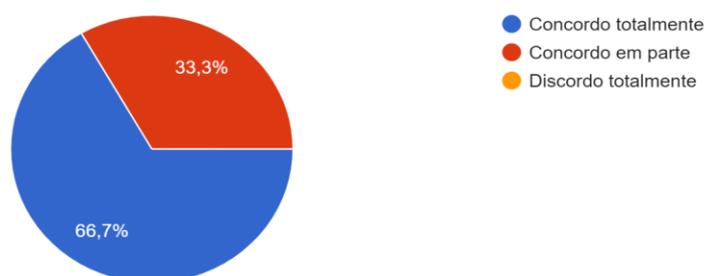


Percentuais: 84,2% – Concordo totalmente; 10,5% - Concordo em parte; 5,3% - Discordo totalmente
Fonte: Google Forms

Gráfico 32: Ilustração sobre reconhecimento das temáticas de gênero e sexualidade no contexto escolar – Grupo 2

COMO QUALQUER OUTRO TEMA SOCIAL, AS QUESTÕES DE SEXUALIDADE E DE GÊNERO ESTÃO PRESENTES NAS ESCOLAS E FAZEM PARTE DO PAQUADRO DE CONCORDÂNCIA COM ESSA AFIRMAÇÃO?

12 respostas



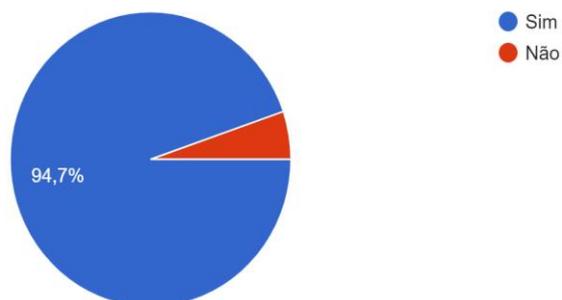
Fonte: Google Forms

Na proposição do item: *Você conhece a sigla LGBTQIA+?*, observamos não haver unanimidade em nenhum dos grupos. Intuímos que os colaboradores assimilaram estarmos questionando sobre as representações de gênero e sexualidade expressas na nomenclatura e não, como pretendido, sobre a própria nomenclatura:

Gráfico 33: Ilustração sobre reconhecimento da sigla LGBTQIA+ – Grupo 1

VOCÊ CONHECE A SIGLA LGBTQIA+?

19 respostas



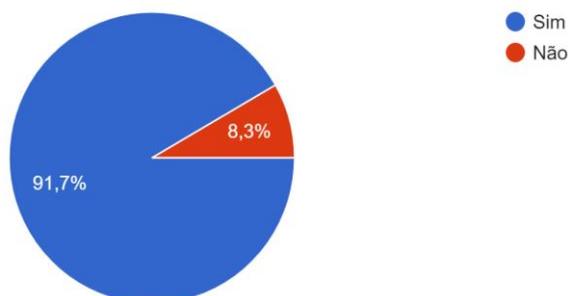
Percentuais: 94,7% – Sim; 5,3% - Não

Fonte: Google Forms

Gráfico 34: Ilustração sobre reconhecimento da sigla LGBTQIA+ – Grupo 2

VOCÊ CONHECE A SIGLA LGBTQIA+?

12 respostas



Fonte: Google Forms

Na seguinte proposição: *Você reconhece as orientações sexuais e as identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade? Poderia indicá-las?* deu-se que um participante assinalou desconhecimento da nomenclatura: *Não reconheço*: 1 – 5,6 %, logo, o dado percentual de 100% caiu para 18 colaboradores.

Sobre esse item do questionário, chamou-nos a atenção o fato de que, no GRUPO 1, apenas as denominações mais comumente utilizadas são reconhecidas como integrantes da comunidade de forma unânime entre os colaboradores: *Gays, Lésbicas e Bissexuais*: 18 – 100%. *Assexuais e Queer*: 17 – 94,7 % vêm na sequência como mais assinalados, seguidos de *Pansexuais*: 16 – 88,9 %. Esse termo é um advento recente no rol de termos designativos de sexualidade, porém melhor enquadrados no vocabulário

atual da comunidade⁸. As demais nomenclaturas referentes às orientações sexuais e de identidades de gênero não apresentaram um padrão de resposta.

A sigla LGBTQUA+ é um desdobramento da sigla GLS da década de 1990 voltada para a definição dos espaços, serviços e eventos da comunidade *gay*. Hoje, abre-se a uma variedade de denominações busca não excluir ou ignorar a variedade de orientações sexuais e identidades de gênero, as quais, conjecturamos, não foi atualizada no contexto vocabular da maioria das pessoas, mesmo daquelas que se enquadram na comunidade LGBTQIA+⁹.

Gráfico 35: Ilustração sobre as identidades de gênero reconhecidas na comunidade LGBTQIA+ – Grupo 1

VOCÊ RECONHECE AS ORIETAÇÕES SEXUAIS E AS IDENTIDADES DE GÊNERO USADAS PELOS MEMBROS DESSA COMUNIDADE? PODERIA INDICÁ-LAS?

18 respostas



Fonte: Google Forms

Referindo-nos, agora, ao GRUPO 2, destacamos que, como ocorreu no GRUPO 1, nenhum informante assinalou desconhecimento da nomenclatura. Observamos um posicionamento alinhado ao dos estudantes, dada a observação de que denominações mais

⁸ Itens adaptados das informações fornecidas pelo portal virtual portaldobicentenario.org.br.

⁹ Associação Brasileira LGBT (ABGLT) atualizou a nomenclatura para a versão LGBTQIAP+, incluindo *pansexuais*. Porém, há algumas correntes que indicam para uma sigla completa. É composta por: LGBTQQICAAPF2K+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Questionando, Intersexuais, Curioso, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Familiares, 2-espíritos e *Kink*).

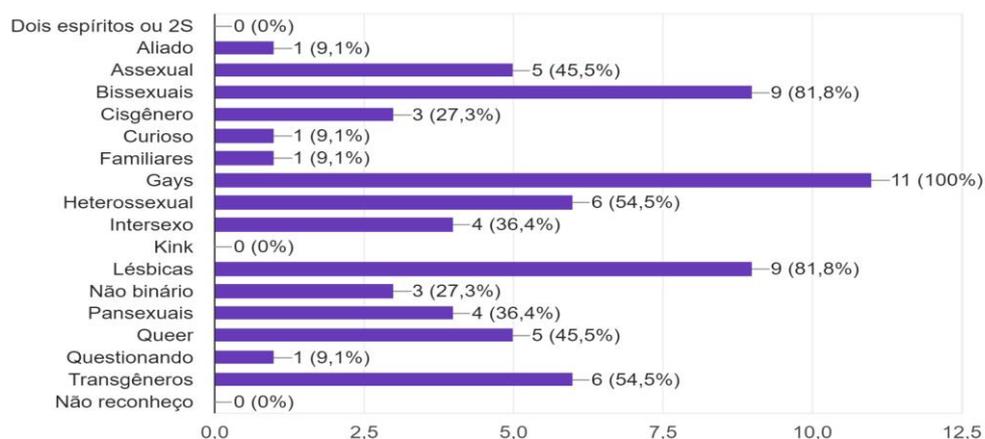
consolidadas são mais reconhecidas como integrantes da comunidade. Assim, *Gays*: 11 – 100 %, *Lésbicas*: 9 – 81,8 % e *Bissexuais* 9 – 81,8 %, são os mais mencionados. *Transgênero*: 6 – 54,5 %, *Queer*: 5 – 45,5 % e *Assexual*: 5 – 45,5 %, ainda que, em menor proporção, são bastante sinalizados, constituindo a escolha de um número considerável de colaboradores.

Heterossexual, sexualidade que não constituiu a seleção de nenhum integrante do GRUPO 1, foi considerado neste segundo grupo, sendo sinalizado por metade dos colaboradores: 6 – 54,5 %. Vejamos os resultados:

Gráfico 36: Ilustração sobre as identidades de gênero reconhecidas na comunidade LGBTQIA+ – Grupo 2

VOCÊ RECONHECE AS ORIETAÇÕES SEXUAIS E AS IDENTIDADES DE GÊNERO USADAS PELOS MEMBROS DESSA COMUNIDADE? PODERIA INDICÁ-LAS?

11 respostas



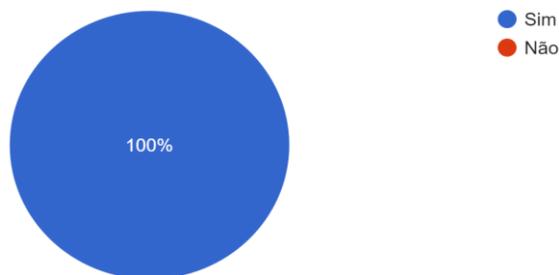
Fonte: Google Forms

Dando continuidade, destacamos, para o GRUPO 1, o item: ***Você conhece e tem contato frequente com pessoas da comunidade LGBTQIA+? Se sua resposta foi ‘sim’, poderia especificar o contexto?*** Todos os colaboradores pontuaram suas respostas direcionando-as para o *Sim*: 19 – 100 %.

Gráfico 37: Ilustração sobre conhecimento e contato com pessoas LGBTQIA+ – Grupo 1

CONHECE E TEM CONTATO FREQUENTE COM PESSOAS DA COMUNIDADE LGBTQIA+?

19 respostas

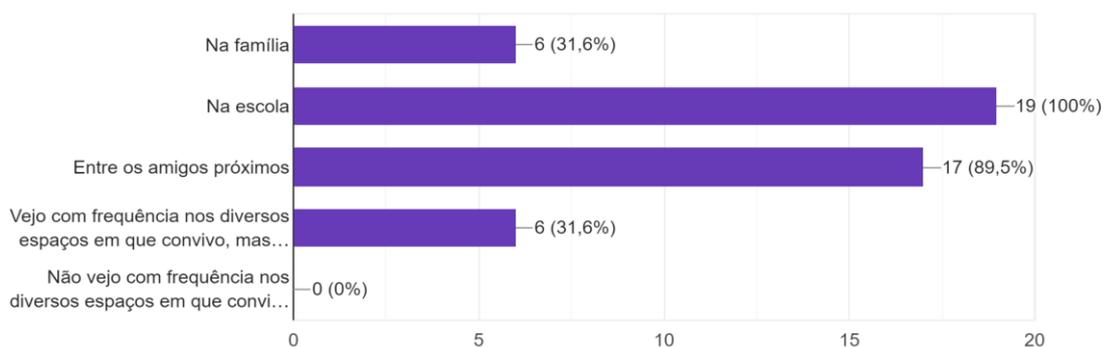


Fonte: Google Forms

Gráfico 38: Ilustração sobre especificação do contexto com o qual se relaciona com pessoas LGBTQIA+ – Grupo 1

SE SUA RESPOSTA FOI 'SIM', PODERIA ESPECIFICAR O CONTEXTO?

19 respostas



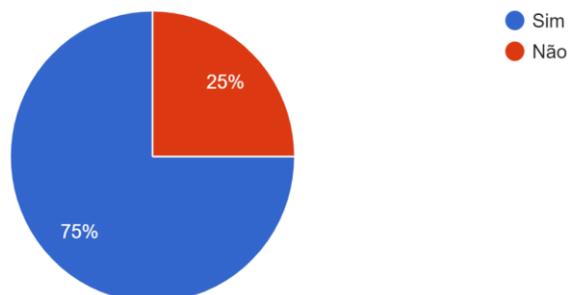
Fonte: Google Forms

Esse fato é diverso no GRUPO 2, havendo indicação do *Não*. Isso assinala um não reconhecimento do convívio com os pares dessa comunidade, ainda que não intimamente, haja vista estarem presentes e serem representativos no contexto da escola campo. Ilustramos, com isso, o percentual: *Sim*: 9 – 75 %; *Não*: 3 – 25 %.

Gráfico 39: Ilustração sobre conhecimento e contato com pessoas LGBTQIA+ – Grupo 2

CONHECE E TEM CONTATO FREQUENTE COM PESSOAS DA COMUNIDADE LGBTQIA+?

12 respostas

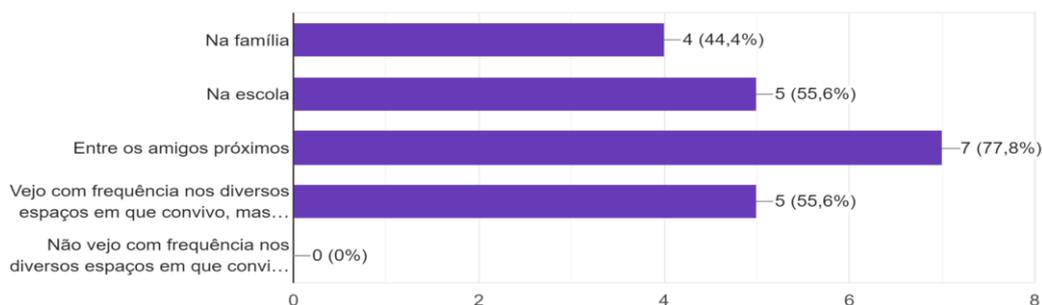


Fonte: Google Forms

Gráfico 40: Ilustração sobre especificação do contexto com o qual se relaciona com pessoas LGBTQIA+ – Grupo 2

SE SUA RESPOSTA FOI 'SIM', PODERIA ESPECIFICAR O CONTEXTO?

9 respostas



Fonte: Google Forms

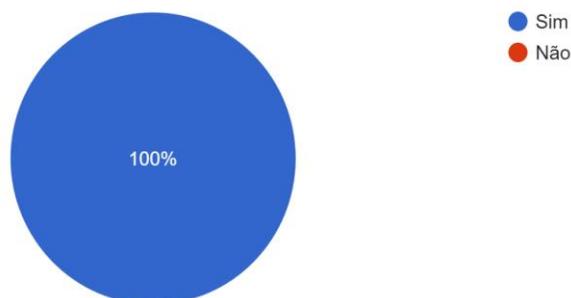
No GRUPO 2, os dados ilustrados são os que seguem: *Sim*: 9 – 75 %; *Não*: 3 - 25 %. chama-nos a atenção a ilustração do Gráfico 36, que busca especificar o contexto de convívio com pessoas LGBT+. Apenas 9 colaboradores responderam.

Fazendo, enfim, a aproximação do tema, trouxemos o item *conhece ou já ouviu falar em linguagem não-binária ou neutra?* todos os colaboradores sinalizaram para o *Sim*: 19 – 100 %.

Gráfico 41: Ilustração sobre conhecimento da linguagem inclusiva não-binária – Grupo 1

CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR EM LINGUAGEM NÃO BINÁRIA OU NEUTRA?

19 respostas

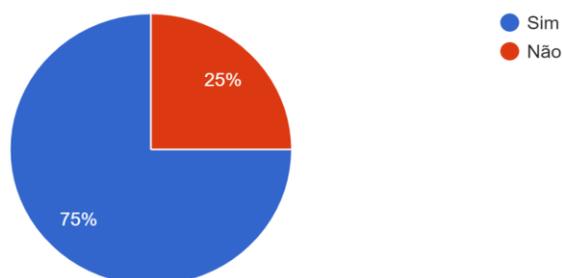


Fonte: Google Forms

Gráfico 42: Ilustração sobre conhecimento da linguagem inclusiva não-binária – Grupo 2

CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR EM LINGUAGEM NÃO BINÁRIA OU NEUTRA?

12 respostas



Fonte: Google Forms

Constituída no formato semiestruturado, a questão final abre-se para a possibilidade de os colaboradores do estudo especificarem melhor suas respostas, dando-nos pistas mais pontuais de seu convívio e conhecimento sobre a questão dos usos dissidentes provenientes da linguagem inclusiva não-binária. Apresentamos o seguinte item: *a linguagem não-binária é também chamada de linguagem neutra ou inclusiva. Ela abarca uma série de formas para indicar o gênero das pessoas, sem identificá-las no feminino ou masculino. Você já presenciou esse uso em algum contexto? Poderia dizer onde?* A seguir, elencamos as respostas abertas dadas pelos colaboradores:

Tabela 7: Respostas abertas indicando contexto em que o colaborador presenciou o uso da linguagem inclusiva não binária - Grupo 1

G1	RESPOSTA ABERTA
A22 NEG+	<i>Presenciei em eventos do núcleo do gênero onde as pessoas falavam na linguagem neutra.</i>
A18 NEG+	<i>Sim. Em diversas palestras que estive presente, movimentos sociais, aulas da escola, posts na internet e conversa entre grupos.</i>
A12 NEG+	<i>Os pronomes neutros mais aceitos pela comunidade são o "elu/delu", uma forma neutra do "ele" ou "ela" mas também de discute muito o uso do "ile/dile", forma que eu, particularmente, acho a mais correta pois soa mais neutra que o elu delu</i>
A8 NEG+	<i>Sim. Em palestras, redes sociais e conversas em rodas de amigos.</i>
A21 NEG+	<i>Sim, em diversos contextos como escola, músicas, palestras, e principalmente na internet</i>
A13NEG+	<i>Sim, na escola e em redes sociais como o Twitter.</i>
A14 NEG+	<i>Sim, Em textos informativos ou de pessoas que aderiram a linguagem neutra (por ela se identificar com a linguagem ou com pessoas de seu convívio). Também já tive contato com o uso do "Alunxs" em algumas provas.</i>
A11NEG+	<i>Sim, em algumas postagens do Instagram e Twitter.</i>
A9 NEG+	<i>Já sim, numa atividade em sala de aula, o professor passou uma atividade com uma linguagem neutra!</i>
A10 NEG+	<i>acho necessário a linguagem não-binare pois a identificação de gênero é imposta a nós ao nascer algo que não se dá a realidade cabível pois muitas pessoas não se identificam com a gênero imposto pela sociedade do macho e fêmea podendo ir além disso.</i>
A17 NEG+	<i>Não estou lembrada</i>
A20NEG+	<i>sim, nas redes sociais e conversas do dia a dia</i>
A7 NEG+	<i>Na prova de matematica: alun(x)</i>
A15NEG+	<i>Em conversações pela internet.</i>
A6 NEG+	<i>presenciei na escola e na rua, quando puxavam conversa comigo e não sabiam meus pronomes, então usavam "delu"</i>
A1 NEG+	<i>sim, mas só em séries que eu assisto, mas pessoalmente não.</i>
A16NEG+	<i>Sim, nas redes sociais</i>
A23 NEG+	<i>Sim. Já vivenciei essa linguagem durante palestras.</i>
A4 NEG+	<i>Sim</i>

Fonte: Elaboração própria

Tabela 8: Respostas abertas indicando contexto em que o colaborador presenciou o uso da linguagem inclusiva não binária - Grupo 2

G2	RESPOSTA ABERTA
CV-01	<i>Na escola</i>
CL-05	<i>Não</i>
CB 01	<i>Sim</i>
CM-01	<i>Sim</i>
G-02	<i>Em alguns escritos de livros e artigos lidos.</i>
CL-03	<i>Sejam bem vind@s</i>
AP-01	<i>Sim. Em aulas de alguns professores e muitos estudantes já usam normalmente nos discursos orais</i>
S-01	<i>Elu/delu</i>
CP-01	<i>NÃO</i>
AS-01	<i>Sim, palestra</i>
R13NEG+	<i>Não presenciei pessoalmente, apenas já ouvi falar pela Internet</i>
R17NEG+	<i>Nao estou lembrada</i>

Fonte: Elaboração própria

Vemos que há conhecimento prévio dos usos linguísticos da linguagem não-binária, porém com maior apropriação do GRUPO 1. Por sua vez, o GRUPO 2 não ignora, mas limita-se a demonstrar conhecimento. As apreciação de aspectos socioculturais e uma aproximação ao objeto de estudo, o uso dos pronomes generificados fora da binariedade como “todes, todxs, tod@s”, bem como nomes e adjetivos tais como “maravilhosos”, “menines”, “alun(x)”, possibilitou-nos engajar os colaboradores da pesquisa e verificar seu acolhimento ao tema.

Fica evidente a diferenciação dos grupos quanto ao acesso e ao acolhimento dos usos linguísticos em apreciação neste estudo. Se diferenciam, em muitos aspectos, por costumes que lhes são característicos. A língua, assim, também os individualiza, já que está sumamente atrelada à identidade, assim como às atitudes. Trazemos, nessa linha de compreensão, Rodrigues (2012, p. 363) *apud* Cordeiro e Parceró (2019):

A atitude em relação a uma língua ou ao seu uso é mais facilmente identificável quando se tem em mente que as línguas não são apenas portadoras de formas e atributos linguísticos determinados, mas que também transmitem, por exemplo, conotações sociais, traços culturais, valores sentimentais e éticos. É possível afirmar que as atitudes linguísticas dizem respeito às próprias línguas e à identidade dos seus falantes. Consequentemente, é lógico pensar que, uma vez que exista um elo entre língua e identidade, a atitude linguística há de se manifestar no comportamento dos indivíduos em relação não apenas a essas línguas, mas também em relação a seus usuários.

Os resultados aqui apresentados revelam que, apesar de o tema ser promissor, pioneiro e necessário, o espaço escolar ainda enseja abertura às questões que perpassam diversidade, numa perspectiva linguística e reflexiva entre seus membros. Explorado na perspectiva pedagógica, voltando-se para o corpo discente nos variados contextos comunicativos e educacionais, o tópico que refere especificamente à não-binariedade tem sido pouco explorado nas esferas de convívio diverso, visto como uma via alternativa em contextos externos à sala de aula ou explorado sutilmente enquanto temática que chega a outros contextos.

Podemos atribuir ao contexto da comunidade um movimento de acolhimento e cuidado com a diversidade que nela se constitui enquanto um espaço coletivo de convívio. Isso se reproduz nas práticas comunicativas, que já acessam usos da linguagem inclusiva, em projetos diversos que promovem a cultura e a diversidade, na presença do Núcleo de Gênero, entre outros movimentos pedagógicos que promovem formas de educação mais centradas no aprendiz. Ou seja, é nesse contexto que se volta para as interações com o estudante, seja pela via das redes sociais ou em contextos didáticos, que isso é mais

produtivo. Destacamos não termos conseguido viabilizar a participação de professores na pesquisa.

Consideramos toda e qualquer escola um espaço privilegiado para usos linguísticos diversos, intrinsecamente relacionados à existência de sujeitos agentes em seu entorno sociocultural. Por meio dela, atestamos ou desatestamos a existência das coisas, os comportamentos, os costumes e, inclusive, os usos linguísticos substancialmente carregados de valores, como é o caso dos usos disruptivos advindos da linguagem não-binária. Logo, é um espaço profícuo para um estudo que aponte indícios de como as instituições acolhem esses usos, que direcionamento didático vem sendo dado para alinhar esse tópico aos conhecimentos mais tradicionais e, principalmente, como os estudantes – parcela com grande representatividade, que expressa, a partir de seu comportamento, o corpo social - acessam e compreendem esses usos.

Outras questões centrais surgem: os colaboradores do estudo avaliam as formas linguísticas disruptiva que usam assim como as que outros falantes usam? Há mais reconhecimento ou estranhamento dessas formas linguísticas emergentes? Para esses questionamentos, testes de crenças e atitudes foram aplicados cujos resultados encontram-se no próximo capítulo. Consideramos, ao longo deste trabalho investigativo, que essas formas constituem um movimento de atualização vívido da nossa língua. É preciso, portanto, compreendermos esse fenômeno como algo legítimo e necessário.

CAPÍTULO 5: AVALIAÇÕES SUBJETIVAS: ENTRE O ESTRANHAMENTO E O RECONHECIMENTO

A partir deste capítulo, apresentaremos os resultados obtidos por intermédio da observação dos dados resultantes da aplicação dos testes: o de julgamentos com escala, a Escala Likert, para a obtenção dos dados de atitudes linguísticas; e o de perguntas e respostas objetivas, para a captação das crenças linguísticas dos participantes desta pesquisa. Ressaltamos que o teste de atitudes é composto por 5 níveis: os níveis 1 e 2 são julgados como negativos; o nível 3, considerado neutro, e os níveis 4 e 5, julgados como positivos.

O *corpus* levantado para verificação das reações subjetivas na aferição das Crenças foi constituído por 35 colaboradores aptos. Desses, 18 são integrantes do NEG Márcia Dangremon (7 masculinos e 11 femininos) e outros 17 não têm acesso direto ao referido Núcleo (10 masculinos e 7 femininos).

Todos acessaram o questionário por via *on-line* e responderam a 30 assertivas que ilustraram modelos de uso da linguagem inclusiva de gênero, as quais foram enquadradas em dois grupos de percepção, que se subdividiram em *Positivas* - expostas por meio de aceitação e acolhimentos dos usos linguísticos disruptivos; e em *Negativas* - expostas por meio de rechaço/ rejeição desses usos.

Para o teste de Atitudes, recebemos 16 colaborações válidas dos estudantes do NEG (10 masculinas e 6 femininas) e 17 de estudantes que não integram o referido núcleo (9 masculinas e 8 femininas), os quais submeteram sua apreciação a 42 itens de assertivas dos usos linguísticos em estudo, as quais foram, na sequência, rodados no programa de tratamento estatístico de dados, o JASP.

Desses, selecionamos 10 respondentes de cada grupo, com 5 representantes por gênero, e que atendessem ao critério de enquadramento às variáveis escolhidas para o estudo. Assim, verificamos participação (NEGPart) e não participação no NEG (NEGNPart); e a variável Gênero (Masculino/ Feminino), havendo a comparação dos dados, quando conveniente, entendendo que a associação das informações condicionará uma análise mais precisa.

Importa-nos esclarecer, sobre as variantes usadas nos testes, que são modelos de usos linguísticos não inventariados pela gramática normativa, sendo assim, considerados não padrão (usos com @, e, x). Atribuímos o valor de padrão à díade '-os/ -as', '-as/ -os', por terem reconhecimento dentro das convenções do nosso sistema linguístico – ainda

que a díade lexical ‘-as/ -os’ (como em *todas e todos*) possa ser considerada disrupção dada a visibilidade do feminino.

5.1 REAÇÕES SUBJETIVAS: DESVENDANDO AS ATITUDES

Aqui, apresentaremos as informações gerais da rodada de dados, em seguida, uma descrição e uma breve análise dos *boxplots*, que desenham os gráficos gerados a partir das respostas dos participantes, dando relevo às evidências numéricas, atrelando-as às avaliações que nelas subjazem, elicitando-as.

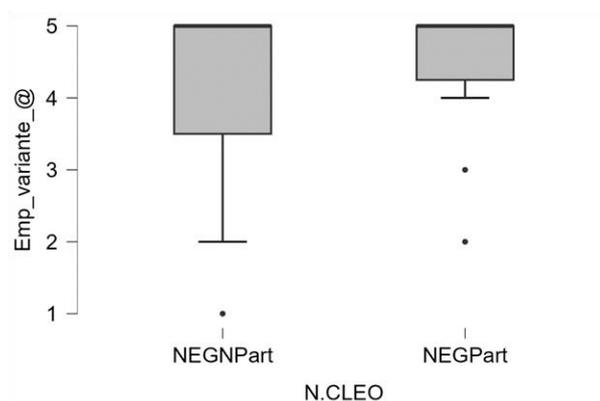
A testagem foi organizada em quatro sessões, tanto para a variável Núcleo quanto para a variável Gênero: I - Sentimento de empatia/ inclusão, II - Estética do uso, III - Adequação do uso ao contexto e IV - Correção gramatical e foram aferidas as variantes *padrão* - @ - e - *x*. Advertimos, porém, que a variante *x* foi excluída da verificação, visto que não foi contemplada, dado engano da pesquisadora, em todas as sessões do teste.

5.1.1 Descrição e análise: Variável Núcleo

Nesta seção, as observações serão feitas, a princípio, comparando as informações geradas pelas respostas, considerando participação e não participação no NEG para, em seguida, fazermos a leitura das respostas referentes às assertivas de uso padrão. Em seguida, as disruptivas - aqui entendidas como todo uso linguístico não acobertado pela gramática, considerados emergentes, não padrão. Examinaremos ainda as disruptivas frente ao padrão, no intento de obtemos uma análise mais precisa. Vejamos:

I - Sentimento de empatia/ inclusão

Figura 1 – *Boxplot das reações subjetivas – variante @:*



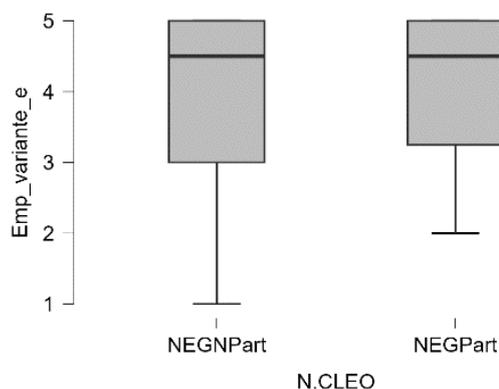
4. Pessoal... nos próximos dias, vamos ficar atentos para mobilizar **tod@s** que perderam o prazo ou deixaram de se inscrever. Oportunidade de ouro!! 🙌🙌🙌

Passamos a descrever e analisar a Figura 1 - *Boxplot das reações subjetivas -*, a qual aponta uma distribuição não proporcional quanto aos usos que acomodam morfemas que generificam nomes e pronomes fora da binariedade masculino-feminino. Corresponde, nesse caso, a uma amostragem com nível de aceitação/ concordância díspares, já que os julgamentos podem ser lidos com uma oscilação considerável das respostas para o item Empatia.

Entre os não participantes do NEG, as respostas para a variante que faz uso do @ como forma de neutralizar o gênero, apontam uma incidência de respostas que oscilam na escala – amplitude de 1 e 5 com mediana 4.1. Entre os participantes do NEG, a amplitude diminui ficando entre 2 e 5, com mediana 4.4.

Essa é uma variante mais aproximada da marca morfológica do gênero, feminino e masculino, o que sinaliza, pese a clara oscilação, para uma maior aceitação entre os não participantes, que a associação ao uso canônico.

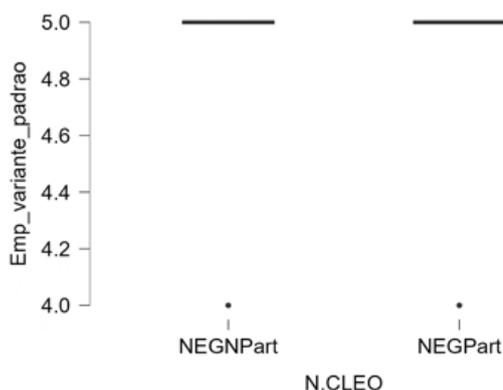
Figura 2 – *Boxplot das reações subjetivas – variante e:*



10. @xxx: Olá, menines! Estamos abrindo uma caixinha de perguntas para que vocês deixem sugestões de temas, para discutirmos no Núcleo.

A observação apresentação estatístico da Figura 2 oscila, observando-se para os *não participantes* uma amplitude de 1 e 5, com mediana 3.7 e para os *participantes*, amplitude de 2 e 5 com mediana 4.1 em nível de aceitação/ concordância. A distribuição das respostas para essa variante evidencia uma aceitação relativa nos dois grupos, considerando a média de respostas tendendo para a escala positiva. Se postas em paralelo, podemos medir a oscilação entre as duas amostras de variantes disruptiva quanto a possíveis variações no nível de aceitação. Observamos que há maior amparo à variante @, dada a concentração de respostas para Empatia na mediana 5.

Figura 3 – *Boxplot das reações subjetivas – variante padrão:*



3. Bom dia a *todas e todos!*

O gráfico para a variante padrão – Figura 3 - não evidencia oscilação da resposta no desenho da escala, revelando uma amplitude entre 4 e 5 com mediana 4.9. Não havendo dispersão, vemos que o nível de aceitação é alto e positivo, como suposto.

Se posta em paralelo com o uso disruptivo, essas medianas do nível de aceitação apresentam-se mais elevadas positivamente sempre que a variável está mais aproximada do padrão imposto pela gramática normativa. Isso nos leva a conjecturar a prevalência do gradiente (grau de variação) de formalidade, assinalando, neste caso, a consideração do uso da linguagem não-binária, associada à informalidade ou à não correção, havendo, assim, julgamentos menos positivos sobre ela, superando um possível sentimento de afinidade ou representatividade dos respondentes.

Neste recorte, foi evidente a validação do uso previsto pela gramática tradicional, porém sem repelir completamente outros usos. Entre os usos que rompem com a demanda

gramatical mais clássica, nunca serão imparciais, ou entendidos como vemos na denominação como “neutros”, pois advém de usos demandados pela inclusão social e têm, em grande medida, avaliações positivas no espaço em que foi pontuada a sua presença.

Ao compararmos os resultados, confirmamos que sentimentos avaliativos acerca desses registros revelam, em igual medida, o sentimento sobre os sujeitos que tais usos representam. De acordo com Pereira (2021), a associação é um dos princípios que regem as atitudes dos indivíduos, tomando por base Lambert e Lambert (1972, p. 98):

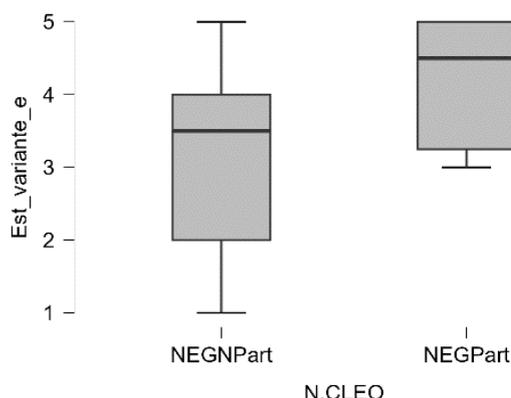
Quando associamos determinada variante ou pessoa a sentimentos negativos, o que observamos são atitudes/julgamentos também negativos acerca do objeto avaliado. Da mesma forma, quando associamos a variante ou o usuário dessa variante a sentimentos positivos, observamos avaliações positivas a seu respeito.

Entre os grupos avaliados, podemos identificar uma comunidade de prática inserida na escola, ou seja, os integrantes do NEG. Entre esses, as variantes não padrão oscilam menos na ilustração dos resultados, corroborando a evidência de que se sentem mais representados e se fazem representar nesse espaço. Logo, os não participantes geraram medianas semelhantes, o que nos leva a supor a interferência do contexto da comunidade escolar intervindo positivamente para a prevalência do sentimento de Empatia dos respondentes. Ou seja, comunidades distintas que se integram a uma comunidade maior – a escola – a qual dá espaço para o grupo, dando visibilidade ao tema, dado que pode ser visualizado na apresentação dos dados.

II - Estética do uso

As reações para o item Estética do uso apontam uma distribuição em que não há regularidade das respostas nesse tipo de avaliação, ainda que tendendo ao julgamento positivo. Trata-se, dessa forma, de uma amostragem com nível de valoração estética não proporcional, tanto entre os grupos quanto em relação às variantes independentes.

Figura 4 – *Boxplot das reações subjetivas - variante e:*

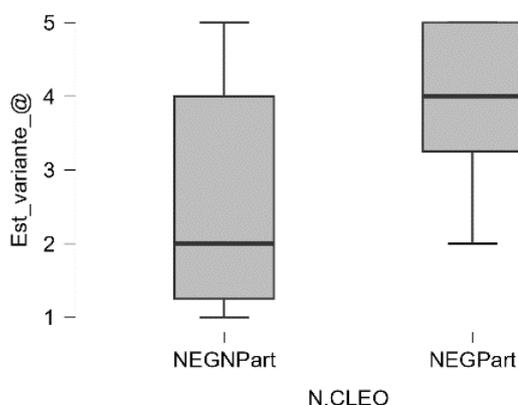


*1. @xxx: Chegou mas um ano e isso significa mais um ano de Núcleo de estudos. O ano de 2021 foi incrível e somos agradecidos a todos que estiveram presentes (...) Mas seguimos e temos mais um ano pela frente pra fazer nossas ações, debater temas importantíssimos e de trocas maravilhosas. Sejam **todes/as/os bem-vindes/as/os!***

Apreciando a Figura 4, vemos que entre os não participantes do NEG, as respostas para a variante *e* apontam uma incidência de respostas que oscilam na escala, com amplitude de 1 e 5, tendendo para a mediana 3. Entre os participantes, a amplitude diminuiu ficando entre 3 e 5, com mediana 4.2.

Incide o fato de que essa variante é mais marcadamente usada como forma de neutralizar o gênero, pronunciável e distanciada do modelo canônico, sendo, assim, menos apreciada esteticamente pelos não participantes, mas mais referenciada, mais usada na modalidade oral, visibilizando seu uso nas diversas esferas.

Figura 5 – *Boxplot das reações subjetivas – variante @:*

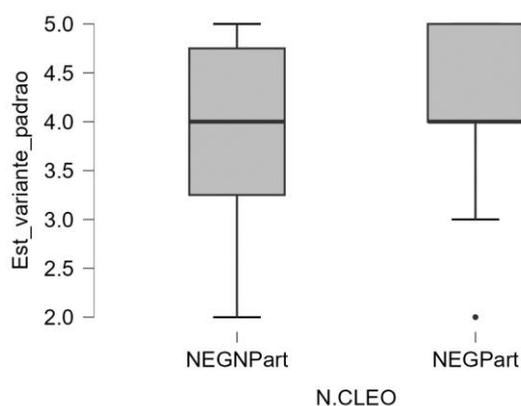


*8. (...) Beijinhos no coração de **tod@s**, meus queridos colegas de trabalho.*

Já na Figura 5, as apreciações feitas para a variante @ pelos não participantes do NEG apontam uma incidência de respostas que oscilam na escala, demonstrando tendência a uma depreciação, com amplitude entre 1 e 5, mas uma concentração de respostas na mediana 2.6. Entre os participantes, a amplitude aumenta positivamente, sinalizando uma clara apreciação da estética desse uso, ficando entre 2 e 5, com mediana 4.

Confrontando os resultados para as duas variantes, não identificamos significativa apreciação positiva para as variantes não padrão, ilustrando escores tendendo para o negativo nos gráficos. As medianas oscilando pouco, entre o neutro e o negativo, para o grupo não integrante do NEG. Observamos, porém, que há maior amparo a essas variantes entre os integrantes do NEG, dada a concentração de respostas para Estética do uso na mediana 4.

Figura 6 – *Boxplot das reações subjetivas – variante padrão:*



5. (...) as matrículas iniciam na próxima segunda e encerram no dia 14 de janeiro. Organizem a documentação, vejam a questão do horário de matrículas e desde já, **bem-vindas e bem-vindos!**

O uso da variante padrão, observado na Figura 6, evidencia grande oscilação na apresentação do gráfico, ainda que com medianas indicando concentração de respostas mais positivas. Entre os não participantes, oscila de 2 a 5, com mediana 3.9. Já os participantes sinalizaram oscilação entre 3 e 5, com mediana 4,1. O quesito em análise, Estética do uso, apresenta uma concentração do resultado tendendo a uma apreciação positiva, mas a amplitude do gráfico indica não haver unanimidade, sendo visíveis os dados de informantes que destoam, causando um desvio na impressão geral referente ao item.

Se posta em paralelo com o uso disruptivo, varia pouco, em termos de concentração de respostas. Cogitamos que gráfico, assim posto, ilustra uma possível interferência da marca de redundância desse uso padrão, o que o associa à não representatividade dos gêneros, já que continua a enfatizar a binariedade. Logo, não há consenso quanto ao aspecto estético.

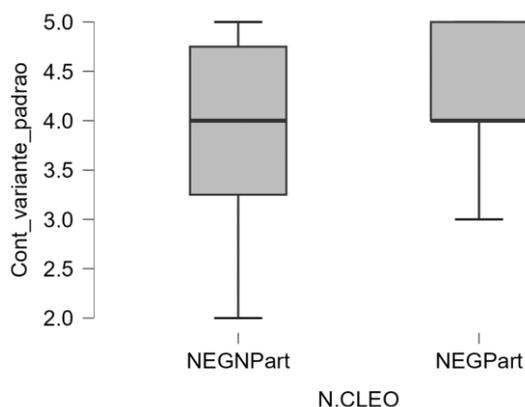
A valoração estética das formas linguísticas é uma realidade na observação do quadro de análise desenhado. Comprovamos, assim, que os respondentes transferem para os usos linguísticos o comportamento social que idealiza a beleza a partir de padrões sociais, julgando-os de igual maneira.

Retomamos, assim, Antunes (2006) *apud* Pereira (2021, p. 99), ao apontar as formas que se desviam da norma ideal gramatical são fortemente criticadas; já as que correspondem ao que é prescrito pelos manuais, facilmente recebem valores positivos. As variantes aqui apreciadas são também julgadas, contudo, para além do aspecto estético, podem ser repelidas por não serem representativas.

III - Adequação do uso ao contexto

Este item está atrelado à escola, que orbita em um contexto predominantemente formal, enquanto instituição, mas aberto a situações de informalidade que eventualmente estão voltadas para o conjunto da comunidade escolar.

Figura 7 – *Boxplot das reações subjetivas – variante_padrão:*

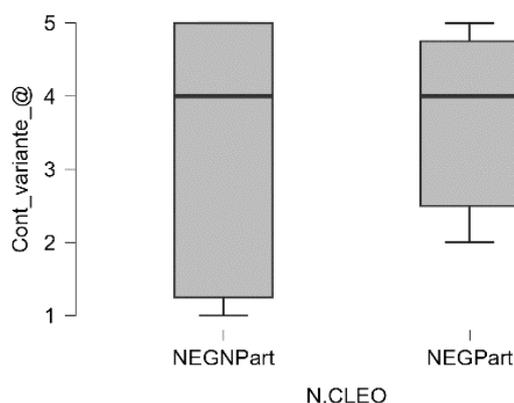


6. (...) O uso da máscara cobrindo a boca e o nariz continua sendo obrigatório. Agradecemos a compreensão de **todas e todos**.

Passamos a descrever e analisar a Figura 7, que mostra uma oscilação dos dados, partindo da amplitude do gráfico das respostas. Avaliamos, porém, que a dispersão frente aos usos que acomodam morfemas fora da binariedade masculino-feminino, inclusive os não alfabéticos como o @, não aludem a uma inadequação, já que não são identificados erros amostrais.

Entre os não participantes do NEG, as respostas para a assertiva que faz uso da variante padrão apontam para uma incidência de respostas que oscilam na escala – amplitude de 2 a 5, com mediana 3.8. Entre os participantes do NEG, a amplitude diminui ficando entre 3 e 5, com mediana 4.3. Ou seja, variam entre o adequado e o muito adequado. Essa é uma variante de marca morfológica de gênero binário - feminino e masculino, o que sinaliza, embora haja oscilação, para uma maior aceitação inclusive entre os não participantes.

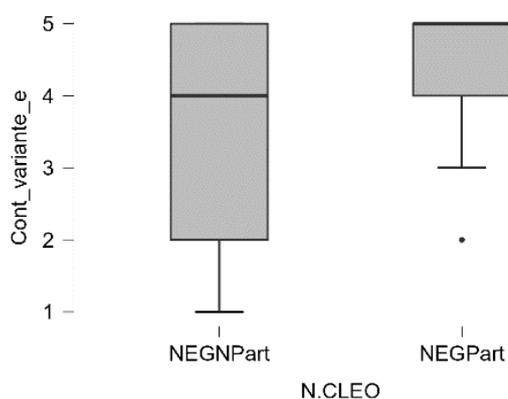
Figura 8 – Boxplot das reações subjetivas - variante @:



8. *Muito obrigado a **tod@s** que se fizeram presentes, tanto no Meet como em pensamento.*

A Figura 8 mostra haver grande oscilação das respostas, conforme verificado pela amplitude do desenho das respostas. A dispersão frente aos usos com a variante @ alude a uma inadequação do uso, já que não percebemos uma concentração que sinalize julgamentos lidos como mais positivos para as respostas ao item Contexto. Entre os não participantes do NEG, as respostas para a assertiva com variante @ apontam para uma incidência de respostas que oscilam na escala – amplitude de 1 a 5, com mediana 3.3. Entre os participantes, a amplitude diminui ficando entre 2 e 5, com mediana 3.7. Ou seja, alternam sua percepção entre o inadequado e o muito adequado. A variante, assim, nos indica uma maior aceitação entre os participantes.

Figura 9 – *Boxplot das reações subjetivas – variante e:*



10. @xxxx, você é sempre **bem-vinde!**

A Figura 9 aponta para uma oscilação dos dados, desenhando uma amplitude dos resultados que referendam uma dispersão frente aos usos com a variante *e*, aludindo a uma leitura geral sem simetria. Ao parearmos os gráficos, não há uma concentração das respostas que sinalize julgamentos lidos como adequados, no que se refere a Contexto.

Entre os não participantes do NEG, as respostas apontam para uma incidência de respostas que oscilam na escala – amplitude de 1 a 5, com mediana 3.4. Entre os participantes, a amplitude diminui ficando entre 3 e 5, com mediana 4.3. No geral, alternam entre o “inadequado” e o “muito adequado”, mas a variante, ainda assim, é tida com maior aceitação entre os participantes.

Postas em paralelo, é visível a oscilação entre as duas amostras de variantes disruptivas quanto à adequação ao contexto, concentrando suas respostas na mediana 3, neutra. Há, assim, a demonstração de avaliações mais positivas, as quais acolhem no contexto da escola a referência a seus membros mediante recursos linguísticos de neutralização de gênero.

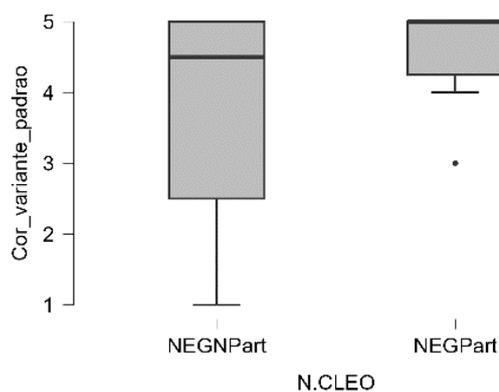
Segundo Schwindt (2020), trata-se, de fato, de uma estratégia de neutralização de gênero o uso de caracteres como *x* ou *@* e o uso de *e* fechando substantivos e adjetivos, sendo a proposição do emprego de uma terceira marca além da masculina e da feminina. Salienta o uso diferenciado do *-e* para fins de neutralização, referendando que *x* e *@* só se aplicam à escrita, pois são caracteres que não encontram correspondência conhecida no sistema fonológico do português. Há que se considerar, segundo o autor, de várias condicionantes e empecilhos para tais usos, que transitam entre a sua pronúncia, a definição da referência semântica, a determinação por artigos e pronomes, a retomada pronominal, mas acolhe, por fim, essa estratégia como sendo produtiva.

Vemos que o nível de adequação é lido mediante julgamentos mais positivos, ainda que a verificação considere uma leve oscilação das respostas. Atentamos para o dado revelado pelas respostas dos não pertencentes ao NEG para a variante padrão que, tanto nessa como em outras amostras, se apresentavam com oscilação do desenho das respostas. Todas acomodavam os morfemas de gênero padrão (-as/-os respectivamente), levando-nos a uma leitura de que houve reconhecimento de uma redundância, lida como sendo desnecessária, dada a possibilidade do masculino genérico, mais corrente no uso geral. Ou, ainda, foi dado foco à presença do morfema feminino iniciando a assertiva, uma clara marca ideológica dos que fazem uso dessa variante, já que prestigia o feminino. Levamos, assim, a uma leitura que alude à intolerância.

IV - Correção gramatical

Aqui, mapearemos as avaliações subjetivas dos participantes quanto ao aspecto da correção gramatical das assertivas no intuito de compreendermos se as relacionam ao prescrito nos manuais gramaticais. Fazem julgamentos não só dos usos que estão fora do padrão normativo vigente, mas também dos usos permitidos pela gramática tradicional.

Figura 10 – *Boxplot das reações subjetivas – variante padrão:*



*1. Essa semana teremos três episódios e nosso podcast imperdíveis! Fiquem **atentas e atentos!** Confiram! Gratidão!*

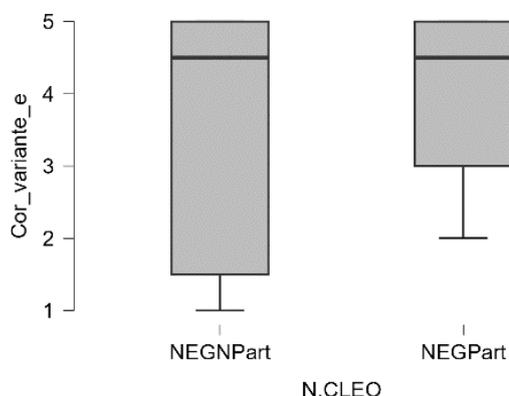
Passamos a descrever a Figura 10, a qual ilustra uma amplitude do desenho das respostas. Entre os *não participantes* do NEG, as respostas para a assertiva que faz uso da variante padrão apontam para uma incidência de respostas que oscilam na escala – amplitude de 1 a 5, com mediana 3.8. Entre os *participantes* do NEG, a amplitude diminui

ficando entre 3 e 5, com mediana 4.6. A assertiva apresenta uma marca morfológica de gênero binário - feminino e masculino e sinaliza, embora haja oscilação, uma conformidade com o uso, caracterizado como correto, haja vista a não unanimidade para o quesito aqui avaliado.

É importante salientar como os não participantes fazem uma leitura de erro, ainda que não fira a estrutura gramatical da língua. Diante disso, e por se tratar de uma perspectiva gramatical, trazemos Schwindt (2020, p.15) o qual postula ser cada vez mais recorrente o emprego de formas femininas e masculinas em vez do uso genérico, não sendo essa formulação um recurso de neutralização. Segundo o autor, “trata-se, ao contrário, como no caso de presidenta, da afirmação da binariedade no sistema de gênero, neste caso numa oposição equipolente, ou seja, duplamente marcada.”

É justamente o uso linguístico com foco no feminino a causa do estranhamento e o que leva a um posicionamento mais neutro quanto à correção. Esse ordenamento, segundo já observado antes, parece-nos ser a motivação para o julgamento aqui expresso, mais especificamente pelos não participantes do NEG. Ainda pela ótica de Schwindt (2020, p.19), “empregos inclusivos de gênero como os estudados, neste caso, a adoção concomitante de formas femininas e masculinas, sobretudo em vocativos e pronomes, em lugar do uso genérico do masculino, encontram-se em pleno uso na língua. Tais empregos se classificam melhor, como uso neutro de gênero do que exatamente como uso de gênero neutro”.

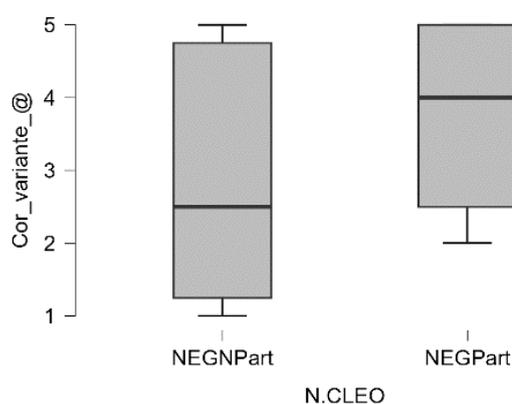
Figura 11 – *Boxplot das reações subjetivas – variante e:*



2. @xxxx: *Eu realmente não sei lidar com o orgulho que sinto do amadurecimento de vocês! Muito obrigada pela confiança e obrigada por embarcarem nessa missão junto comigo. Vocês são maravilhosos!*

A Figura 11 mostra uma grande oscilação dos dados, dada a amplitude do desenho das respostas. Entre os *não participantes* do NEG, as respostas para a assertiva com variante *e* apontam para uma incidência de respostas que oscilam na escala – amplitude de 1 a 5, com mediana 3.5. Entre os *participantes*, a amplitude diminui ficando entre 2 e 5, com mediana 3.9, ou seja, alternam entre o neutro e o muito adequado.

Figura 12 – *Boxplot das reações subjetivas – variante @:*



9. Boa noite a *tod@s!* (...) Vi que entraram novos professores no quadro. Sejam muito bem-vindos(as)!

A Figura 12 assinala uma oscilação dos dados, ilustrando uma amplitude dos resultados que aludem uma dispersão frente aos usos com a variante @. Ao compararmos os gráficos, não há uma concentração das respostas que indiquem julgamentos mais positivos para o quesito correção.

Entre os não participantes do NEG, as respostas apontam para uma incidência de respostas que oscilam na escala – amplitude de 1 a 5, com mediana 2.9. Entre os participantes, a amplitude diminui ficando entre 2 e 5, com mediana 3.8. No geral, alternam entre o incorreto, o independente e o correto, mas inválido, item mais aproximado da validação dos participantes do estudo.

Postas em paralelo, se assemelham quanto à similaridade dos resultados, indicando um padrão do julgamento entre os respondentes. As respostas, assim, oscilam negativamente. Não há a impressão de conformidade gramatical para as variantes. A impressão geral relaciona a variante a um erro frente ao padrão.

Trazemos os estudos da Psicologia Social para esta reflexão (Lambert; Lambert, 1975, p. 63), já que buscam explicação a respeito das condições cotidianas de julgamentos e acontecimentos sociais e, ainda, interessam-se por “[...] estados de emoções em outros, intenções das pessoas, bem como pelas percepções que os indivíduos têm de ordens

sociais hierárquicas em seus grupos”. Ademais, assinalam que, pelo fato de as pessoas não revelarem abertamente suas atitudes, são necessárias inferências de comportamentos sutis, às reações, pensamentos e sentimentos. Disso decorre que nem sempre os sujeitos têm consciência de suas atitudes, ou as percebem de maneira tal que chegam a escondê-las ou até mesmo a mascará-las. Logo, a depender da importância que as atitudes têm na determinação de nossos comportamentos, processam-se as reações. Influenciam, assim, nos nossos juízos e percepções acerca das outras pessoas, sendo esse um comportamento que aprendemos nos grupos aos quais nos ligamos. De acordo com os psicólogos, trata-se de uma aprendizagem das atitudes por meio de transferências, que podem ser favoráveis ou não:

[...] alguém poderia transferir uma atitude inteiramente favorável a imigrantes ao descrevê-los como “maltratados”, “trabalhadores”, “amistosos” e “alegres”. Ou poderia transferir uma atitude negativa ao descrevê-los como “estranhos”, “não-merecedores” de confiança”, “sujos” e “mentirosos” (Lambert; Lambert, 1975, p. 120).

Assim, direcionamos nossas reflexões a essa perspectiva, entendendo que são as nossas interações, vivências e relações que definem nossos juízos e percepções acerca das outras pessoas e do que as representa. Essas redes de relações que nos constituem nos dão pista desses julgamentos e sinalizam explicações possíveis no estudo que ora ilustramos. Entendemos, assim, que são julgamentos advindos dos recortes de nossas vivências, seja no contexto de escolarização, aparentemente mais aberto para o diverso, seja em outros contextos de nosso convívio cotidiano. Esses que de fato nos forjam. Sobre isso, refletem Sella e Corbari (2012, p. 727 *apud* Cortez, 2021, p. 349, 350):

As pessoas geralmente fazem atribuições positivas ou negativas com relação a falantes que têm sotaque diferente ou que falam uma variedade diferente. Tais atribuições, no entanto, não dizem respeito a características inerentes do sotaque do falante ou da variedade que utiliza, mas estão estreitamente ligadas às atitudes das pessoas em relação à região, ao país ou ao grupo linguístico ao qual o falante pertence.

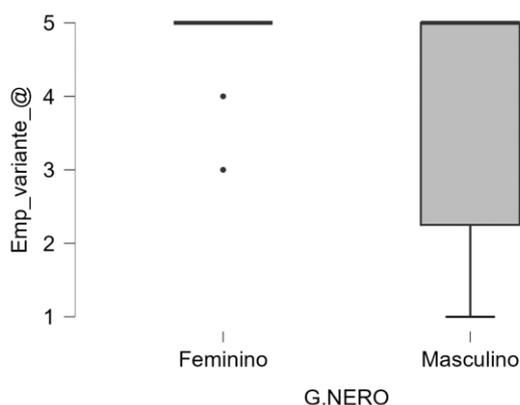
O ambiente escolar considera os usos válidos e, via de regra, a comunidade escolar interfere positivamente nos usos, validando-os quanto à correção gramatical.

5.1.2 Descrição e análise – Variável Gênero

A exemplo da seção anterior, as observações serão feitas recorrendo ao método comparativo para verificar os resultados gerados pelas respostas, observando-os, agora, pela variável do Gênero. Em seguida, verificaremos as respostas referentes aos modelos de linguagem disruptivas entre si e frente à forma padrão. Vejamos:

I - Sentimento de empatia/ inclusão

Figura 13 – *Boxplot das reações subjetivas – variante @:*



4. Pessoal... nos próximos dias, vamos ficar atentos para mobilizar tod@s que perderam o prazo ou deixaram de se inscrever. Oportunidade de ouro!! 🤝🤝🤝

A Figura 13, com apresentação dos resultados voltada para os julgamentos sobre o uso da variante @, indica uma distribuição não proporcional das respostas. Assim sendo, corresponde a uma amostragem dispersa do nível de aceitação/ concordância, já que os julgamentos podem ser lidos com uma grande oscilação das respostas para o item Empatia.

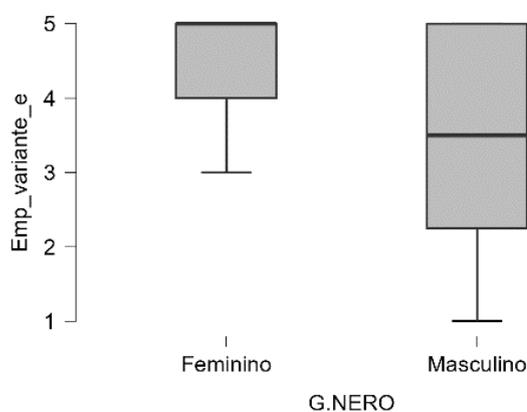
Entre os participantes que se autoidentificam com o gênero feminino, as respostas apontam uma concentração dos dados com mediana 4.7, indicando no gráfico uma unanimidade. Aos que se autoidentificam com o gênero masculino, as respostas apontam uma concentração dos dados com mediana 3.8, mas com amplitude de variação entre 1 e 5. Destacamos que, para a análise, os erros amostrais não são considerados.

A variável gênero, que encabeça outros marcadores sociais que se conectam com a desigualdade, tais como classe social e sexualidade, é determinante para explicar o fenômeno de aceitação e empatia dessa seção, advindo da participação feminina. Há, segundo podemos observar, uma identificação com os usos que não acomodam as regras normativas da gramática pelo fato de haver entendimento do que representam ou de quem

representam, não apenas no contexto da escola. São entendidos como discursos de luta de um grupo. Logo, associados a experiências de opressão que carecem de acolhimento.

Essas observações alinham-se à pauta trazida por Akotirene (2022) ao referir o cruzamento de diferentes categorias sociais condicionando a opressão e referendados pelos discursos masculinos produzidos pela ordem patriarcal. Isso reforça o quão determinantes são os valores que carregamos, condicionantes dos julgamentos que fazemos do outro ou daquilo que o representa, evidenciando-se na demonstração do sentimento de Empatia sobre os usos em estudo nessa seção, destacados positivamente para além do uso padrão.

Figura 14 – *Boxplot das reações subjetivas – variante e:*



10. @xxx: Olá, menines! Estamos abrindo uma caixinha de perguntas para que vocês deixem sugestões de temas, para discutirmos no Núcleo.

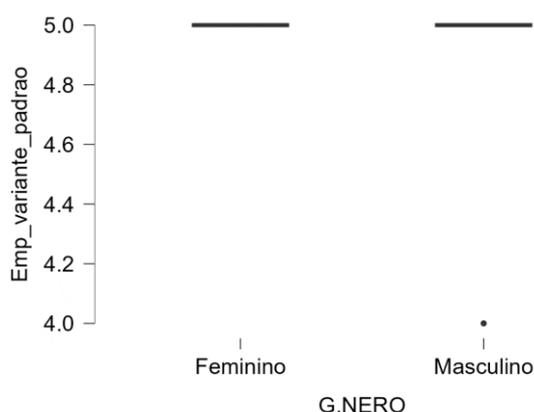
O desenho estatístico da Figura 14 oscila para a variante *e*. Ao observarmos os dados do gênero feminino, temos uma amplitude entre 3 e 5, com mediana 4.4 e para os participantes masculinos, entre 1 e 5 com mediana 3.4. Há, assim, uma distribuição das respostas que evidencia uma aceitação considerável nos dois grupos com clara tendência a respostas mais positivas na escala. Pese o fato de que os participantes masculinos são menos acolhedores quanto ao uso.

Se postas em paralelo, há uma pequena oscilação na empatia expressa para as duas amostras que se evidencia apenas pela mediana dos respondentes masculinos – 4, e uma maior amplitude dos dados. São, assim, mais resistentes ao acolhimento irrestrito das variantes.

Trazemos a perspectiva de Silva (2022) ao legitimar as pedagogias pós-críticas que propõem romper com a desigualdade, acolhendo pautas como diversidade e

desigualdade de gênero, por exemplo. O Contexto escolar, no geral, reforça os valores que condicionam o sentimento de empatia expresso pelas respostas do grupo feminino, o que se evidencia no sentimento de Empatia sobre os usos em estudo nessa seção, destacados positivamente para o padrão, sem repelir completamente os outros usos, mas não reorienta a dispersão das respostas da participação masculina, mais resistentes ao acolhimento dos usos disruptivos.

Figura 15 – *Boxplot das reações subjetivas – variante padrão:*



3. Bom dia a *todas e todos!*

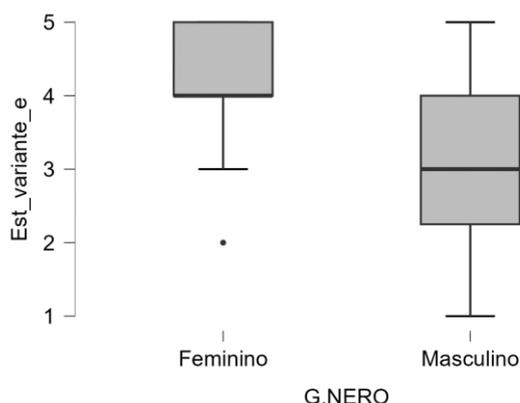
A Figura 15 não evidencia oscilação da resposta, com mediana 5 para os dois grupos respondentes. Não havendo dispersão das respostas, o nível de aceitação é alto e positivo, como suposto. Se postas em paralelo com os usos disruptivos, as medianas apontam um nível de aceitação mais elevado para o uso padrão, que é mais positivamente apreciado pelas respondentes.

Mais especificamente as participantes validam suas impressões, o que nos leva a supor que as normas mais severas que lhes imputam socialmente, seja pelo gênero ou pela sexualidade, podendo associar a isso outros elementos sociais, demandam uma postura reativa e combativa frente aos preconceitos. Vemos, entre as colaboradoras, um sentimento de maior abertura, mais acolhimento e identificação com a causa que os nomes e pronomes em estudo carregam. Isso reforça a perspectiva acolhida pela visão interseccional defendida por Akotirene (2022), que enfatiza como como outras identidades podem se intersectar, influenciando a experiência de vida de cada um.

II - Estética do uso

A distribuição das respostas ilustradas nas figuras para a apreciação da Estética das variantes leva a uma amplitude nos dados gerais da rodada, o que nos direciona a uma oscilação das impressões dos participantes. Ainda assim, analisadas as concentrações das respostas pela mediana, entendemos haver a tendência a um julgamento positivo.

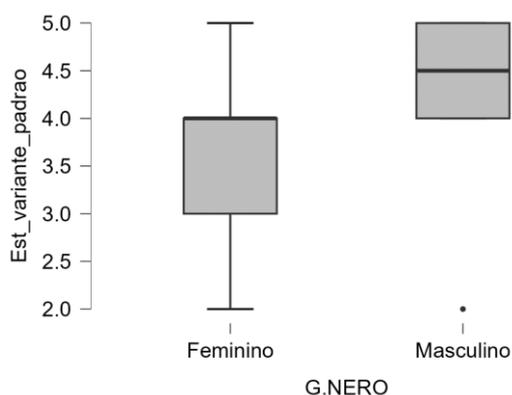
Figura 16 – Boxplot das reações subjetivas – variante e:



1. @xxxx: Chegou mas um ano e isso significa mais um ano de Núcleo de estudos. O ano de 2021 foi incrível e somos agradecidos a todos que estiveram presentes (...) Mas seguimos e temos mais um ano pela frente pra fazer nossas ações, debater temas importantíssimos e de trocas maravilhosas. Sejam todes/as/os bem-vindes/as/os!

A Figura 16 indica um relativo acolhimento das respostas para a variante e, observado pela variação na escala, registrando, para as participantes femininas, uma amplitude entre 3 e 5, tendendo para a mediana 4.1. Entre os participantes masculinos, a amplitude aumenta, ilustrando resultados que variam na escala entre 1 e 5, com mediana 3.1.

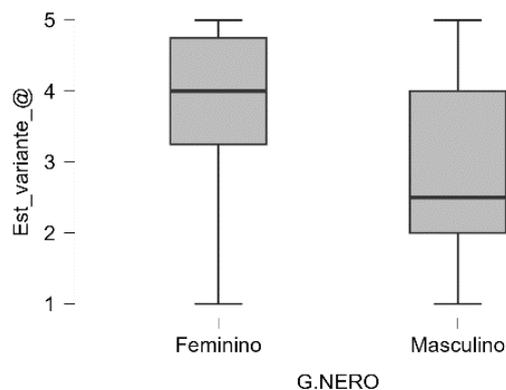
Figura 17 – Boxplot das reações subjetivas – variante padrão:



5. (...) as matrículas iniciam na próxima segunda e encerram no dia 14 de janeiro. Organizem a documentação, vejam a questão do horário de matrículas e desde já, **bem-vindas e bem-vindos!**

O uso do variante padrão ilustrado na Figura 17 também evidencia oscilação das respostas na escala. Logo, no quesito Estética do uso, concentra-se o resultado numa apreciação positiva, ainda que com uma amplitude apontando irregularidade, ocasionando uma dispersão das respostas. Para a participação feminina, temos uma amplitude entre 2 e 5 e uma mediana 3.7. Para a participação masculina, a amplitude aumenta, esboçando resultados que oscilam na escala entre 2 e 5, com mediana 4.3.

Figura 18 – Boxplot das reações subjetivas – variante @:



8. (...) *Beijos no coração de tod@s, meus queridos colegas de trabalho.*

A ilustração dos dados na Figura 18, para a variante @, indica uma amplitude considerável. A participação feminina sinaliza oscilação das respostas, as quais se concentram entre 1 e 5, com mediana 3.6, centrando-se no ponto neutro da escala. Para a participação masculina, a amplitude se mantém igual à feminina, mas é visível uma queda da mediana, que estaciona na linha média, indicando, também, uma concentração de respostas neutras, com mediana 3.

Confrontando os resultados para as duas variantes, identificamos significativa apreciação positiva para os usos não padrão, dado que se mostra, inclusive para a padrão, igualando-as no quesito Estética do uso. Em todas, houve grande oscilação dos dados, mas com avaliação tendendo ao positivo.

Chama-nos a atenção haver uma clara tendência dos respondentes masculinos a uma maior apreciação dos modelos de uso da variante padrão. Ademais, vemos que a valoração de usos linguísticos pela via estética pode ser comprometida quando atrelada

ao erro, nos modelos linguísticos disruptivos, por exemplo, logo, são observadas as amplitudes dos resultados.

Isso leva as variantes a apresentarem um padrão de resposta muito amplo na escala, induzindo a supor uma associação dos itens, inclusive do padrão, a algo errado. Por um lado, pode estar relacionada a uma expressão redundante, sendo, assim, considerado um uso desnecessário, já que a língua nos apresenta alternativa do uso que contempla a todos, como o masculino generalizante. Sobre isso, Schwindt (2020) afirma que “O português, prevê algumas possibilidades de uso genérico por meio do masculino, uma forma já existente no sistema. É por exemplo, o caso do emprego do masculino plural em português ou de formas coletivas do masculino singular”.

Por outro, apesar de acolhida pela gramática, trata-se de uma variante que considera a disposição do feminino antes do masculino, o que consideramos esse um uso ideológico. Para Schwindt (2020) “é um uso cada vez mais recorrente, em vez do uso genérico, e também não se classifica como um expediente de neutralização. Trata-se, da afirmação da binariedade no sistema de gênero, neste caso numa oposição duplamente marcada”.

Além de ratificamos, com essa análise, a compreensão de que os respondentes transferem para os usos linguísticos o comportamento social que idealiza a beleza a partir de padrões sociais, julgando-os de igual maneira. A partir disso, supomos que sentimentos avaliativos acerca desses registros revelam, em igual medida, o sentimento sobre os sujeitos que tais usos representam. Lambert; Lambert (1972, p. 98) afirmam o que segue:

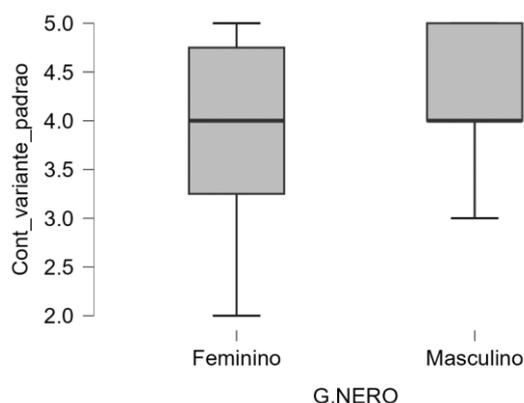
Quando associamos determinada variante ou pessoa a sentimentos negativos, o que observamos são atitudes/julgamentos também negativos acerca do objeto avaliado. Da mesma forma, quando associamos a variante ou o usuário dessa variante a sentimentos positivos, observamos avaliações positivas a seu respeito.

Logo, as formas linguísticas são também julgadas, pela perspectiva ideológica, para além do aspecto meramente estético, podendo ser repelidas, neste caso, por serem representativas de um gênero.

III - Adequação do uso ao contexto

Item que considera uma apreciação dos usos linguístico pertinentes aos contextos comunicativos da escola, bem como a adequação desses usos quando direcionados à comunidade escolar em domínios diversos. Vejamos como se apresentam os dados:

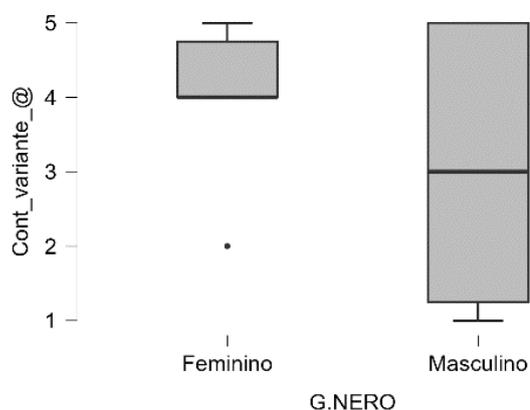
Figura 19 – *Boxplot das reações subjetivas – variante padrão:*



6. (...) O uso da máscara cobrindo a boca e o nariz continua sendo obrigatório. Agradecemos a compreensão de **tod@s e tod@s**.

Indicando haver uma oscilação dos resultados, a Figura 19 ilustra a abrangência do das respostas. A participação feminina para a variante padrão aponta para uma incidência de respostas que oscilam na escala – amplitude de 2 a 5, com mediana 3.8. Na participação masculina, a amplitude diminui ficando entre 3 e 5, com mediana 4.3. Ou seja, basicamente alternam entre o adequado e o muito adequado.

Figura 20 – *Boxplot das reações subjetivas – variante @:*



8. Muito obrigado a **tod@s** que se fizeram presentes, tanto no Meet como em pensamento.

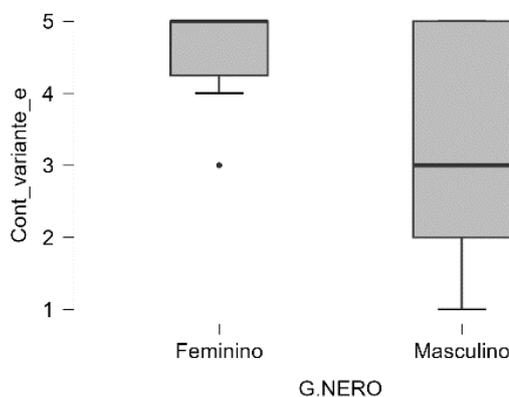
A Figura 20 apresenta oscilação dos resultados entre os grupos de participantes, com grande amplitude do das respostas entre os participantes masculinos, havendo uma dispersão frente aos usos com a variante @, aludindo à inadequação, apenas na amostra da participação masculina. Assim sendo, a participação feminina acolhe a variante, entendendo-a como totalmente adequada – amplitude de 4 a 5, com mediana 4.9. Na participação masculina, a amplitude aumenta, ficando entre 1 e 5, com mediana 3.1.

Essa substituição de formas convencionais de referência ao gênero por outras não convencionais, como o uso do @ pode ser lido como um gesto político. Lau & Sanches (2019, p. 90) dão relevo a essa questão, ao referenciar Moita Lopes (2013), o qual utiliza o sinal arroba (@) para marcar uma possível “equidade de gênero” na linguagem. Trata-se de um uso que não considera tão somente o masculino ou o feminino:

Do ponto de vista dos falantes e escritores, as variações ideológicas da linguagem são importantes porque acabam influenciando as mudanças linguísticas. As ideologias linguísticas de variação de gênero, por exemplo, têm cada vez mais forçado em círculos feministas (e para além dele) o uso de escolhas lexicais no português como “o ser humano” ou “as pessoas”, em contextos nos quais no passado se usaria “o homem” para se referir à espécie humana. Da mesma forma, muitas feministas têm preferido, o uso de “el@” para evitar o uso de “ele(a)” ou o mais comum “ele” para se referir ao ser humano (Moita Lopes, 2013, p. 20).

Vemos a menção como relevante pela relevância dada ao papel ideológico que este e outros usos não convencionais de marcação de gênero carregam, a despeito ser menos recomendado e já cair em desuso por não encontram correspondência conhecida no sistema fonológico do português.

Figura 21 – *Boxplot das reações subjetivas – variante e:*



10. @xxxx, você é sempre **bem-vinde!**

A Figura 21 praticamente reproduz a anterior na participação feminina, incidindo na escala entre os índices 4 e 5, mediana 4.5. A participação masculina, por sua vez, oscila entre 1 e 5, com mediana 3.3. Logo, se parearmos as respostas desta forma disruptiva e, não haverá uma concentração das respostas que sinalize julgamentos lidos como uso adequado, no que se refere a Contexto, havendo uma clara disparidade das avaliações nos dois grupos respondentes.

Postas em paralelo com a padrão, essa é mais bem posicionada, mesmo com a oscilação nos dados das respostas dos dois grupos. A isso, mais uma vez, atribuímos à presença da marcação de gênero ter acolhido os morfemas feminino e masculino, respectivamente: *todas e todos*, levando-nos a uma leitura de repulsa à redundância, tida como sendo desnecessária.

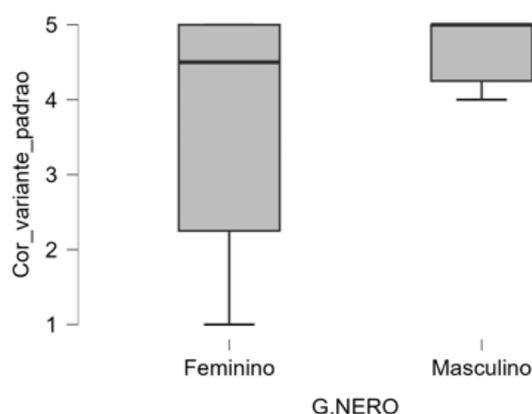
Diante dessa constatação, destacamos a pauta necessária da pedagogia feminista, a qual possibilita explicação para o fenômeno identificado entre os respondentes masculinos, os quais posicionam-se com certo rechaço mesmo perante à variante enquadrada no padrão. Trata-se de uma proposta inspirada pelas reflexões feministas que consideram haver uma profunda desigualdade dividindo homens e mulheres, sendo essa partição desigual estendida à educação e ao currículo. Silva (2022) traça um panorama dessa perspectiva pedagógica e a posiciona como necessária para romper essa desigualdade que se evidencia nas respostas das participações masculinas, principalmente.

Vemos como oportuno trazer a visão Mattoso Câmara Jr., renomado linguista brasileiro, o qual propõe uma posição mais aberta no que se refere ao gênero gramatical, uma categoria linguística importante para a estruturação da língua. Sobre esse tópico, afirma Câmara Jr. (1985, p.88), que “*a flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais*”. Defende, assim, que o gênero gramatical não é uma categoria linguística essencial e pode ser repensado para tornar a língua mais inclusiva. Ou seja, para o autor, o gênero gramatical é uma convenção da língua e pode ser modificado ou eliminado para atender às demandas da sociedade.

IV - Correção gramatical

Este item está ligado à atitude dos estudantes quanto aos usos padrão e não padrão no quesito correção gramatical. Vamos aos resultados:

Figura 22 – *Boxplot das reações subjetivas – variante padrão:*

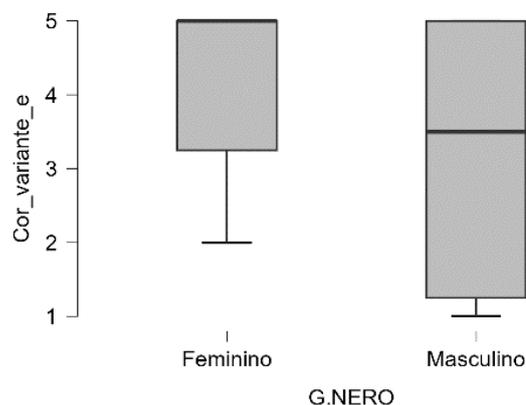


*1. Essa semana teremos três episódios e nosso podcast imperdíveis! Fiquem **atentas e atentos!** Confiram! Gratidão!*

A amplitude das respostas na Figura 22 apresenta-se considerável, tendo a participação feminina amplitude de 1 a 5, com mediana 3.7. Para a participação masculina, as respostas apontam para uma concentração das respostas, sendo de 4 e 5, com mediana 4.7. A forma avaliada apresenta uma marca morfológica que alude ao gênero binário, empregando as formas feminina e masculina no lugar do recorrente uso genérico.

Ainda que não haja regularidade nas respostas dos dois grupos e seja visível uma diferenciação na percepção de cada grupo, a mediana nos sinaliza uma apreciação do uso entre o “correto” e o “correto, mas inválido”. Fazemos uma leitura do componente ideológico validando o uso entre as respondentes, mas reconhecendo uma marcação da binariedade, não sendo essa formulação, segundo já posto por Schwindt (2020, p.15) um recurso de neutralização. Ratifica-se, assim, uma percepção muito proeminente de que o público feminino da pesquisa se mostra mais coerente e seguro dos seus posicionamentos frente ao tema em estudo.

Figura 23 – Boxplot das reações subjetivas – variante e:



2. @xxxx: *Eu realmente não sei lidar com o orgulho que sinto do amadurecimento de vocês! Muito obrigada pela confiança e obrigada por embarcarem nessa missão junto comigo. Vocês são maravilhosos!*

A Figura 23 mostra uma grande oscilação dos resultados a partir da amplitude das respostas. A participação feminina para as respostas que julgam a assertiva com variante -e apontam para uma incidência de respostas que oscilam na escala – amplitude de 2 a 5, com mediana 4.2; já para a participação masculina, a amplitude aumenta ficando entre 1 e 5, com mediana 3.2, ou seja, alternam entre o “incorreto” e o “correto, mas inválido” concentrando as respostas na escala neutra.

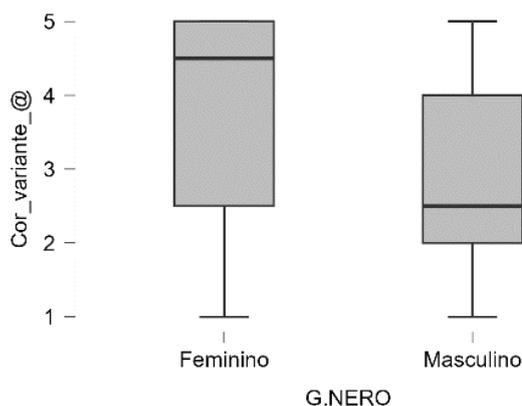
Avaliamos ser a decorrência de uma concepção linguística que se associa apenas à sua relevância gramatical ou a uma primazia do masculino – haja vista o masculino genérico ou os nomes genéricos, o que pode exacerbar a opressão pela via da linguagem. Trata-se, supomos, da evidência de uma visão que mais acolhe o binário, pontuando nas respostas uma maior rejeição que se estende aos usos disruptivos.

Trazemos as considerações de Barros (2010) que, ao considerar os chamados nomes genéricos masculinos, por exemplo, que fazem referência a seres do sexo masculino e feminino, indistintamente, tais como: “os estudiosos” e “os cientistas”, nos discursos acadêmico e científico, ou ainda, “os parlamentares” e “os cidadãos” no discurso político, entre outros, observa haver uma imposição no entendimento dos mesmos, funcionando como referentes de pessoas cujo gênero natural ou biológico presume-se ser desconhecido, pouco importante ou irrelevante para o contexto situacional em que são empregados.

De tal modo, sinaliza-se para uma imposição gramatical que repercute sobremaneira no social, já que ignora o fato de que tais nomes “genéricos” comportam

uma referência que lhes é externa. Trata-se de uma abordagem prescritiva do uso dos chamados genéricos, a qual vem desencadeando uma série de discussões sobre o sexismo linguístico que desemboca numa outra categoria de gênero nas línguas, o gênero social.

Figura 24 – *Boxplot das reações subjetivas – variante @:*



9. Boa noite a *tod@s!* (...) Vi que entraram novos professores no quadro. Sejam muito bem-vindos(as)!

As respostas centram-se, novamente, numa oscilação dos resultados das respostas. Converte a percepção dos grupos de respondentes, que se concentra na amplitude entre 1 e 5, mas oscilam na concentração das respostas, com mediana 3.8 para as respostas da participação feminina e 2.9 para a participação masculina. A Figura 24, assim, apresenta um julgamento quanto à correção que coloca essa variante entre o correto, mas inválido e o incorreto, mas válido. A exemplo a leitura anterior, não há uma concentração relevante das respostas que indiquem julgamentos mais positivos para o quesito correção. Postas em paralelo, vemos um acolhimento maior da variante @ frente à variante e, além de termos uma impressão geral que as relaciona a um erro frente ao padrão.

Isso posto em relação ao padrão - que apresentou uma concentração de respostas que reconhece uma maior legitimidade desse uso, entendendo-o como correto entre os respondentes masculinos - assegura que há entre eles forte influência da abordagem mais prescritiva da gramática.

Sobre os julgamentos dos participantes para esta seção, confirmamos uma percepção muito acentuada de que as colaborações femininas se mostram mais coerentes em seus posicionamentos sobre o tema em estudo, sendo observado, inclusive, não haver avaliação majoritariamente positiva no trato com o modelo padrão, aqui avaliado. Identificamos, nessa postura, que se voltam para o viés linguístico as junções das

múltiplas identidades, impactando as impressões sobre esse uso. Há o entendimento de que ele não é, necessariamente, representativo.

Retomamos Akotirene (2020) para destacar a interseccionalidade e reforçar que a opressão pode ser exacerbada ou mitigada quando diferentes categorias sociais se intersectam. Dessa forma, o impacto da discriminação não é uniforme, sendo visível que questões de gênero são, aqui, mais intensamente sentidas quando o uso padrão é cotejado. Destacamos seu dizer a pontuar o que segue:

(...) há discursos masculinos produzidos pela ordem patriarcal, responsáveis por modelar subjetividades femininas condicionadas a tornar a mulher uma categoria de Outro: obedientes filhas, boas esposas, mães compulsórias e cúmplices das violências praticadas contra elas, conforme assinala Simone de Beauvoir, no livro *O Segundo sexo*, publicado em 1949, e Marilena Chauí, em 1985, no artigo “Participando do debate sobre mulher e violência” (Akotirene, 2022, p. 30).

Logo, nossos atravessamentos podem assinalar-se mais fortemente nas percepções subjetivas que fazemos, não apenas dos usos linguísticos, mas do outro.

5.2 REAÇÕES SUBJETIVAS: DESVENDANDO AS CRENÇAS

Nesta etapa da análise, o intento é observarmos as crenças dos participantes a partir do que é evidenciado nos gráficos gerados pelos padrões de respostas, os quais servirão de indicativos das suas concepções frente aos usos linguísticos disruptivos. O teste de crenças propõe um rol de itens compostos por questões que ilustram as variantes em estudo. Dado como um questionário fechado, tem como respostas possíveis, *sim* ou *não*, o que possibilita, pela objetividade, uma percepção mais clara do imaginário social que partilham, e que originam suas crenças.

Para a constituição dos dados, seis assertivas, de trinta avaliadas, foram selecionadas para verificação das crenças, sendo enquadradas em dois grupos de percepção, que se subdividiram em *Positivas* - expostas por meio de aceitação e acolhimentos dos usos linguísticos disruptivos, e em *Negativas* - expostas por meio de rechaço/ rejeição desses usos. Utilizamos, para a análise, as duas variáveis usadas na verificação das atitudes, a saber: Núcleo e Gênero. Na sequência, exibiremos os resultados advindos dos testes aplicados. Os resultados, dessa forma, serão apresentados a partir da Quadro de Contingência, a qual destaca as informações gerais das respostas e subsidia a descrição e a análise.

Ressaltamos, ademais, a apreciação do teste Qui-quadrado para verificamos quando há, estatisticamente, associação entre a crença em apreciação e a variável independente. Para tanto, há que se considerar os valores que referenciam no resultado obtido pela rodada de dados, atentando para os valores de p , que devem estar iguais ou acima do valor de α (alfa) ($p =$ ou $> \alpha$ 0,05) para que se configure a *não interferência da variante*.

A não associação das respostas à variante orienta nosso olhar sobre os dados, buscando, assim, as possíveis explicações para o que de fato significa o conjunto de respostas obtidas e que refletem as crenças dos colaboradores. No caso de a resposta apontada pelo gráfico sofrer interferência direta da variável, importa-nos saber como se dá essa associação. Assim, daremos relevo às evidências numéricas, buscando demonstrar padrões ou mesmo dispersões que justifiquem as crenças expressas pelos colaboradores do estudo.

Como um requisito da análise que propomos fazer, advertimos que, caso o teste de Qui-quadrado informe *não haver interferência das variáveis nas respostas obtidas*,

faremos a apreciação mais pontual dos valores referentes à coluna do total de ocorrências, o dado externo. Em contrapartida, *havendo interferência das variáveis nas respostas obtidas*, focaremos a apreciação dos valores referentes à coluna da variável, o dado interno da Quadro. Consideraremos um exame dos dados que compõem o Quadro como um todo, sempre que avaliado como relevante.

5.2.1 Descrição e análise – Variável Gênero

5.2.1.1. Assertivas positivas

Quadro 1: *Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante_e:*

<i>Teste de qui-quadrado</i>			
	Valor	df	p
X²	3.529	1	0.060
N	20		

Quadro 2: *Teste de contingência*

Crença_variante_e	GÊNERO		
	Feminino	Masculino	Total
1	10	7	17
2	0	3	3
TOTAL	10	10	20

6. *Vejo como respeito à diversidade de gênero usos como “Sejam todes/as/os bem-vindes/as/os!”.*

Fonte: JASP

Os dados expostos no teste de Qui-quadrado indicam não haver associação entre as respostas dadas pelos colaboradores e a variável controlada. O valor de p está acima do valor de α (alfa): $p = 0,06 > 0,05$. Logo, a resposta obtida para a referida crença independe da variável gênero, em análise.

Quanto aos dados do Quadro do Teste de contingência, observamos que a maioria dos nossos informantes se colocam favoráveis à crença 6. *Vejo como respeito à diversidade de gênero usos como “Sejam todes/as/os bem-vindes/as/os!”*, 85% (17/20) da amostra. Em número consideravelmente menor, 15% (3/20) sinalizaram não serem favoráveis.

Não menos relevante é a observação pontual dos resultados internos do Quadro, relacionados especificamente à variável gênero, em que 100% (10) das informantes acolheram a assertiva, manifestando aceitação aos usos linguísticos emergentes, frente aos 30% (3/10) dos colaboradores declarados masculinos que fizeram julgamento negativo.

Fomos cuidadosos ao garantir a igualdade do número de colaboradores, tanto no que se refere ao gênero, variável em tela, quanto no que diz respeito à participação no NEG, garantindo, assim, a não ocorrência de discrepâncias nos resultados. Logo, o resultado está relacionado, de fato, a uma crença que se constitui de valores que percebem positivamente usos com a presença da variante disruptiva.

Isto posto, vemos que a concentração de respostas nos leva a conjecturar a maior interferência do ambiente escolar e das ações dos projetos educativos do NEG. Ainda que outros valores e outras vivências sejam acentuados e fundantes, quer dizer, os nossos atravessamentos ideológicos, o convívio com pares que imprimem, nesse contexto de escolarização, o elemento da diversidade, assim como o trabalho pedagógico desenvolvido, garantem a prevalência dos resultados ora assinalados, tanto na ilustração do total do Quadro, como nas variáveis.

As avaliações dos colaboradores sobre os usos relacionam-se intensamente às atitudes e, recuperando a teoria que subsidia este estudo, é importante que haja um comparativo com suas crenças para que haja uma compreensão pormenorizada dessas atitudes. Crenças são entendidas como forma de pensamento ou um caráter subjetivo da realidade que alude a experiências advindas dos processos sociais vivenciados pelos indivíduos. Logo, Barbosa (2004, p. 38), relacionando crença e atitude, relata que a crença seria “uma opinião de certeza e a atitude uma manifestação dela, mas que ambos os termos estão inter-relacionados”.

Com isso, supomos a identificação da avaliação social feita para a variante apresentada – que inclui os usos de pronomes, nomes e adjetivos que lancem mão do recurso de generificar fora do binário masculino-feminino – considerando que os resultados desta seção nos levam a uma compreensão que transita na dimensão comportamental frente à língua e seus usos.

Quadro 3: *Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante inclusiva*

<i>Teste de qui-quadrado</i>			
	Valor	df	p

X ²	5.000	1	0.025
N	20		

Quadro 4: *Teste de Contingência*

Crença_variante_inclusiva	GÊNERO		
	Feminino	Masculino	Total
1	10	6	16
2	0	4	4
TOTAL	10	10	20

26. A nossa língua faz uso de construções linguísticas consideradas neutras, que não marcam o gênero. Escolher esse uso é inclusivo recomendável. Exemplos: "todo mundo" em vez de "todos" ou "todas", "estudantes" no lugar de "alunos" ou "alunas", "pessoas" em vez de "homens" e "mulheres", entre outros.

Fonte: JASP

Diferentemente do que pudemos ilustrar na rodada anterior, o teste de qui-quadrado apontou uma interferência entre a resposta favorável à crença e à variável controlada, estando o valor de p inferior ao valor de α (alfa): $p = 0,02 < \alpha = 0,05$. Logo, a resposta obtida para a referida crença depende da variável gênero, em análise, permitindo a leitura de que a crença sofre interferência da variável que envolve os colaboradores do estudo. Vamos à distribuição dos resultados no Quadro de contingência:

A maioria dos informantes se colocam favoráveis à crença 26. A nossa língua faz uso de construções linguísticas consideradas neutras, que não marcam o gênero. Escolher esse uso é inclusivo recomendável. Exemplos: "todo mundo" em vez de "todos" ou "todas", "estudantes" no lugar de "alunos" ou "alunas", "pessoas" em vez de "homens" e "mulheres", entre outros, sendo 80% (16/20) da amostra. Em número consideravelmente menor, 20% (4/20) sinalizaram não serem favoráveis.

Numa observação dos resultados internos do Quadro, relacionados especificamente à variável gênero, 100% (10) das informantes concordaram com a assertiva, manifestando uma clara aceitação dos usos linguísticos emergentes, frente a 60% (6/10) dos informantes declarados masculinos. Há que destacarmos os que fizeram julgamento negativo, 40% (4/10.)

Isto posto, intuímos ser a pertença a um grupo, ou mesmo o sentimento de pertencimento em um espaço ou comunidade, agenciadores das respostas dos indivíduos, visto que são meios onde se estabelecem diálogos entre pares com os quais se identificam.

A comunidade escolar, assim, é um dos grupos sociais de convivência identificado com a causa da diversidade. Associada à comunidade do NEG, cria um alinhamento nas relações intergrupais. Mesmo que dissonante de outros espaços de pertencimento, tais como o familiar, o religioso, etc. referenda a diversidade e suas demandas, inclusive as linguísticas, dentro e fora do contexto desse convívio coletivo, provocando, assim, uma apreciação majoritariamente favorável, dado que é observado na prevalência das respostas assinaladas tanto na ilustração do total do Quadro, como nas variáveis.

Estudos sobre as relações intergrupais (Hewatone; Rubin; Willis, 2002) apontam para uma tendência comum a se avaliar o grupo de pertença, o chamado endogrupo, de forma mais favorável do que grupos aos quais o indivíduo não pertença, os exogrupo. Há que se mencionar Marcelino (2007, p. 17) que considera o papel essencial dessas relações intergrupais na compreensão dos processos motivacionais e perceptivos que governam as respostas dos indivíduos a membros dos exogrupos. Evidencia-se nesse estudo que, havendo um grupo social no qual o indivíduo não se identifica, haverá referência a uma repulsa expressa por meio dos resultados.

5.2.1.2. Assertivas Negativas

Quadro 5: *Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante e*

<i>Teste de qui-quadrado</i>			
	Valor	df	p
X²	3.529	1	0.060
N	20		

Quadro 6: *Teste de contingência*

Cren.a_variante_e	GÊNERO		
	Feminino	Masculino	Total
1	0	3	3
2	10	7	17
TOTAL	10	10	20

Crença_variante_e: 1. Para mim, falar “todos, todas e todes” está errado.

Fonte: JASP

Os resultados do Qui-quadrado indicam *não haver associação* entre as respostas dadas pelos informantes e a variável controlada. Os valores de *p* estão acima do valor de

α (alfa): $p = 0,06 > 0,05$. Logo, a resposta obtida para a referida crença independe da variável gênero.

No que se refere à análise de contingência, observamos que a maioria dos nossos informantes se colocam desfavoráveis à assertiva *1. Para mim, falar “todos, todas e todes” está errado*. Segundo o que nos mostram os resultados do Quadro, apenas 15% (3/20) da amostra se posiciona favoravelmente à assertiva. Em número consideravelmente maior, 85% (17/20) sinalizaram não serem favoráveis a essa perspectiva negativa frente aos usos da linguagem não-binária.

Chama-nos a atenção, mais uma vez, a prevalência do acolhimento aos usos disruptivos advindos das colaboradoras. Nos dispomos, assim, à observação pontual dos resultados internos do Quadro, em que 100% (10) das participações rejeitaram a assertiva, manifestando, portanto, aceitação aos usos linguísticos emergentes, frente a 70% (7/10) dos informantes masculinos. Desses, 30% (3/10) acolheram o julgamento de que se trata de um erro linguístico.

Essa constante das respostas apresentadas nos gráficos nos apontam para um maior percentual de colaboradores que não observam a existência de desvios, levando-nos a destacar a presença de acolhimento às construções linguísticas ilustradas como modelos de linguagem não-binária ao longo das análises. Ainda que em menor percentual, consideramos significativa a relação feita com o erro. São respostas que estão, assim, ligadas às crenças que os indivíduos carregam sobre a variante *e*, as quais podem ser atribuídas, do mesmo modo, ao seu grupo de usuários.

Estes resultados, porém, não nos encaminham para uma possível generalização no corpo social, visto que, não somente no contexto de escolarização, presenciemos reações proibitivas sobre esses usos, mas também fora dele. Logo, mais que uma reflexão do ponto de vista estritamente linguístico - pois estamos diante de uma construção que se pode caracterizar como emergente e que marca sua existência na língua, rompendo com a configuração de gênero na perspectiva da gramática tradicional - há que se atrelar a discussão a perspectivas que desafiem as noções tradicionais de currículo e busquem uma compreensão mais ampla e inclusiva das práticas educacionais.

Isto posto, trazemos para a discussão questões fundantes, as quais consideramos que ainda não se manifestam com clareza no currículo escolar, mas que já adentram às práticas e, conseqüentemente, revelam-se nos resultados deste estudo, como a pedagogia *queer*, abordada por Silva (2022). A partir do destaque a questões tratadas pela teoria feminista, que problematizou as concepções que viam as identidades masculina e

feminina como biologicamente definidas, esse autor argumenta, entre outras coisas, que nossa identidade como homem ou como mulher não poderia ser reduzida à biologia, visto que tem uma importante dimensão cultural e social.

O conceito de gênero, assim, foi ampliado, passando a enfatizar o fato de que as identidades masculina e feminina são histórica e socialmente produzidas. Na trilha da teorização feminista sobre gênero, a teoria *queer* estende a hipótese da construção social para o domínio da sexualidade. Segundo afirma o autor:

A teoria *queer* começa por problematizar a identidade sexual considerada normal, ou seja, a heterossexualidade. Em geral, é a identidade homossexual que é vista como um problema. A heterossexualidade é a norma invisível relativamente à qual as outras formas de sexualidade, sobretudo a homossexualidade, são vistas como um desvio, como uma anormalidade (Silva, 2022, p. 106).

A pedagogia *queer* pauta-se nestas questões e desafia as normas tradicionais de gênero e sexualidade, buscando criar ambientes educacionais mais inclusivos, equitativos e respeitosos para todos os alunos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. É uma proposição relevante, que na medida em que se concretiza, visibiliza o tema. Tal postura será, certamente, refletida no corpo social, já que, certamente, será replicada nas práticas cotidianas. Para Silva (2022, p. 109):

Um currículo inspirado na teoria e na pedagogia *queer* é um currículo que força os limites das epistemes dominantes: um currículo que não se limita a questionar o conhecimento como socialmente construído, mas que se aventura a explorar aquilo que ainda não foi construído. A teoria *queer* – esta coisa “estranha” – é a diferença que pode fazer diferença no currículo.

A escola, ao promover essas discussões e o acesso a reflexões dessa natureza, ainda que de forma incipiente, promove a difusão do respeito e da visibilidade aos grupos e diversidade presentes no contexto escolar.

Quadro 7: Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante *_x*

<i>Teste de qui-quadrado</i>			
	Valor	df	p
X ²	5.000	1	0.025
N	20		

Quadro 8: Teste de contingência

Cren.a_variante_x	GÊNERO		
	Feminino	Masculino	Total
1	0	4	4
2	10	6	16
TOTAL	10	10	20

30. Apesar da diversidade de identidades de gênero expressas hoje em dia, usar Alun(x): _____
Série: _____ Turma: _____ no cabeçalho de uma prova é uma atitude desnecessária e incabível num
contexto de escolarização.

Fonte: JASP

Ocorrência pouco representativa no conjunto das análises realizadas, o teste de qui-quadrado apontou uma interferência entre a resposta à crença e a variável controlada, estando o valor de p inferior ao valor de α (alfa): $p = 0,02 < \alpha = 0,05$.

Numa observação dos resultados internos da Quadro, relacionados especificamente à variável gênero, percebemos que todas as informantes que se autoidentificaram como sendo do gênero feminino discordaram com a assertiva, 100% (10), manifestando uma clara aceitação dos usos linguísticos emergentes, frente a 60% (6/10) dos informantes declarados masculinos. Destacamos, desses, os que fizeram julgamento negativo, 40% (4/10)

O Quadro de contingência mostra, no resultado ilustrativo da totalidade, que a maioria dos informantes são contrários à assertiva 30. Apesar da diversidade de identidades de gênero expressas hoje em dia, usar Alun(x): _____ Série: _____ Turma: _____ no cabeçalho de uma prova é uma atitude desnecessária e incabível num contexto de escolarização, sendo 80% (16/20) da amostra. Em número consideravelmente menor, 20% (4/20) sinalizaram ser favoráveis.

Diante disso, retomamos a perspectiva de Silva (2022), que se centra na crítica do currículo, sugerindo que, para além das dinâmicas capitalistas de classe na reprodução cultural da desigualdade, haja a presença e a necessária reflexão de outras pautas, como a do gênero e da raça no processo de produção e reprodução da desigualdade. Nessa acepção, resgata-se, com isso, uma pauta feminista e estabelece serem as linhas do poder da sociedade estruturadas, não somente pelo capitalismo, mas também pelo patriarcado, o que gera crenças e atitudes profundamente entranhadas nas pessoas e instituições:

Há uma profunda desigualdade dividindo homens e mulheres, com os primeiros apropriando-se de uma parte gritantemente desproporcional dos

recursos materiais e simbólicos da sociedade. Essa repartição desigual estende-se, obviamente, à educação e ao currículo (Silva, 2022, p. 91 e 92).

Isto posto, é relevante para a análise destacarmos que ainda não há a superação desse Quadro pela via de uma pedagogia feminista, que inspira uma perspectiva curricular preocupada com questões de gênero e que, como nos mostra Silva (2022), reflete os valores feministas e formam um contraponto às práticas tradicionais, consideradas como expressões de valores masculinos e patriarcais. Diante dos resultados obtidos aqui, percebemos que há uma postura protagonista do feminino, a qual dá-se na contramão de um currículo tradicional ainda vigente, sobressaindo-se a ele.

Logo, trazemos para esta apreciação a teoria crítica do currículo nos provoca a considerar suas implicações políticas e culturais, pois acomoda questões tais como gênero, raça, classe social e sexualidade, temas pelos quais o currículo é atravessado e que são questões centrais na temática deste estudo.

5.2.2 Descrição e análise – Variável Núcleo

5.2.2.1. Assertivas positivas

Quadro 9: *Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante e*

<i>Teste de qui-quadrado</i>			
	Valor	df	p
X²	3.529	1	0.060
N	20		

Quadro 10: *Teste de contingência*

Crença_variante_e	NÚCLEO		
	NEGNPart	NEGPart	Total
1	7	10	17
2	3	0	3
TOTAL	10	10	20

6. *Vejo como respeito à diversidade de gênero usos como “Sejam todes/as/os bem-vindes/as/os!”.*

Fonte: JASP

O Qui-quadrado indica não haver associação entre as respostas dos colaboradores e a variável controlada. O valor de p está acima do valor de α (alfa): $p = 0,06 > 0,05$, indicando que a resposta para a referida crença independe da variável em análise.

A análise da contingência indica que a maioria deles se colocam favoráveis à assertiva 6. *Vejo como respeito à diversidade de gênero usos como “Sejam **todes/as/os bem-vindes/as/os!**”*, 85% (17/20) da amostra. Em número consideravelmente menor, 15% (/20) sinalizaram não concordância.

Vendo como relevante, damos destaque à observação dos dados internos do Quadro, em que 70% (7/10) dos não participantes do NEG manifestaram assentimento aos usos linguísticos emergentes, sendo 30% (3/10) de rejeição. Isto posto frente aos 100% (10/10) dos colaboradores, os quais apresentaram apreciação favorável à assertiva. Há um claro indicativo de um maior acolhimento, entre as avaliações dos dois grupos.

Essa concentração de respostas com maior acolhimento à assertiva nos leva a crer que se dá pelo convívio com membros da comunidade que constitui o NEG. Ainda que no universo da escola sejam uma célula menor, esses interferem na disseminação de valores que, sutilmente, contornam as crenças que se evidenciam nas percepções da comunidade escolar, tornando-os, no mínimo, sensíveis à diversidade e à causa da linguagem inclusiva. Isto se observa tanto nos dados ilustrados no total do Quadro, como nas variáveis.

As reações desfavoráveis, visualizadas na rejeição à crença positiva quanto ao uso linguístico disruptivo, são um recorte, ao que nos parece, que destoa no universo pesquisado, indicando, não uma reação a algo que fere a língua e a sociedade ou uma forma de deslegitimar o uso, mas um não acolhimento de uma variante emergente que é representativa de um grupo, ao qual, parte dos respondentes não se sente incluída. Logo, aqueles que, no universo pesquisado, não têm sentimento de pertencimento ou não compartilham dessa realidade, tendem a seguir um pensamento contrário.

Temos aqui o entendimento de que as nossas atitudes exercem uma ascendência sobre a nossa conduta frente a questões sociais. As atitudes, assim, influenciam nossos julgamentos e percepções acerca dos demais e de tudo o que nos rodeia. Sobre essa questão, Lambert; Lambert (1975, p.100) acreditam que as atitudes são maneiras organizadas “[...] de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente”. Elas derivam de pensamentos, crenças, sentimentos, emoções, assim como da disposição para expressar reações desde as mais amigáveis às mais conflituosas.

Sendo assim, esse sentimento de pertencimento conduz à reação expressa na resposta à crença e, independente de os informantes pertencerem à comunidade do NEG, sendo LGBTQIA+ ou não, se acessam informações e são sensíveis à causa, bem como à apreciação da linguagem inclusiva não binária, tenderão a possuir atitudes mais positivas acerca das variantes.

Quadro 11: *Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante inclusiva*

<i>Teste de qui-quadrado</i>			
	Valor	df	p
X²	1.250	1	0.264
N	20		

Quadro 12: *Teste de contingência*

Crença_variante_inclusiva	NÚCLEO		
	NEGNPart	NEGPart	Total
1	9	7	16
2	1	3	4
TOTAL	10	10	20

26. *A nossa língua faz uso de construções linguísticas consideradas neutras, que não marcam o gênero.*

Escolher esse uso é inclusivo recomendável. Exemplos: "todo mundo" em vez de "todos" ou "todas", "estudantes" no lugar de "alunos" ou "alunas", "pessoas" em vez de "homens" e "mulheres", entre outros.

Fonte: JASP

Os dados expostos no teste de Qui-quadrado indicam *não haver associação* entre as respostas dadas pelos colaboradores e a variável controlada. O valor de *p* está acima do valor de α (alfa): $p = 0,26 > 0,05$. Logo, a resposta obtida para a referida crença independe da variável núcleo em análise.

Na análise de contingência, observamos que a maioria se coloca favorável à assertiva 26. *A nossa língua faz uso de construções linguísticas consideradas neutras, que não marcam o gênero. Escolher esse uso é inclusivo recomendável. Exemplos: "todo mundo" em vez de "todos" ou "todas", "estudantes" no lugar de "alunos" ou "alunas", "pessoas" em vez de "homens" e "mulheres", entre outros*, perfazendo 80% (16/20) da amostra. Em número consideravelmente menor, 20% (4/20) sinalizaram não serem favoráveis.

Não menos relevante é a observação pontual dos resultados internos do Quadro, relacionados especificamente à variável núcleo, em que 90% (9/10) dos informantes não participantes acolheram a assertiva, manifestando, nas respostas dadas, aceitação aos usos inclusivos. Supomos, na condição de não pertencentes ao NEG, uma forma de considerar a diversidade de gênero, sem, contudo, utilizar a linguagem inclusiva não binária.

Já entre os participantes, 70% (7/10) fizeram julgamento de acolhimento, vendo como possibilidade válida e uma alternativa plausível enquanto uso linguístico de acolhimento, frente aos 30% (3/10), os quais, supomos, consideram a necessidade de referendar a diversidade pela via linguística com os nomes, adjetivos e pronomes não binários. O resultado negativo situado entre os participantes pode ser atribuído à observação de que a alternativa de linguagem inclusiva poderia estar relacionada a um possível apagamento da linguagem não-binária, tida como necessária para a visibilidade e o respeito à diversidade de gênero no contexto escolar.

Tal qual a observação feita na leitura as respostas da variável gênero, a defesa a uma usabilidade da linguagem inclusiva da maioria dos respondentes também pode ser observada pela ótica das relações intergrupais (Hewatone; Rubin; Willis, 2002). Não se trata, diante do resultado ilustrativo das respostas negativas entre os integrantes do NEG, da evidência de um comportamento discriminatório, mas de uma possível estratégia que favorece a preservação das crenças que carregam e que são valorizadas em seu grupo, ou como referendado pelos teóricos, o endogrupo. Isso ilustra uma análise que consideramos correlata à avaliação positiva dos não integrantes do NEG.

5.2.2.2. Assertivas negativas

Quadro 13: *Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante_neutra*

<i>Teste de qui-quadrado</i>			
	Valor	df	p
X²	3.529	1	0.060
N	20		

Quadro 14: *Teste de contingência*

Crença_variante_neutra	NÚCLEO		
	NEGNPart	NEGPart	Total
1	3	0	3

2	7	10	17
TOTAL	10	10	20

24. *A tradição da língua portuguesa deve ser preservada, mudanças linguísticas como as propostas pelo uso dos pronomes e nomes “neutros” como todes, tod@s, alunes, alun(x), elu, delu ameaçam a língua e a sociedade.*

Fonte: JASP

Não há associação entre as respostas dos participantes e a variável controlada. Valores de p acima do do valor de α (alfa): $p = 0,06 > 0,05$ indicam uma resposta para a referida crença independente da variável núcleo.

Vemos que a maioria dos nossos informantes se colocam *desfavoráveis* à assertiva 24. *A tradição da língua portuguesa deve ser preservada, mudanças linguísticas como as propostas pelo uso dos pronomes e nomes “neutros” como todes, tod@s, alunes, alun(x), elu, delu ameaçam a língua e a sociedade.* Segundo os resultados do Quadro de contingência, apenas 15% (3/20) da amostra se posicionam favoravelmente à assertiva negativa. Em número consideravelmente maior, 85% (17/20) sinalizaram não serem favoráveis a essa perspectiva negativa frente aos usos dessa variante.

Há, entre os participantes do núcleo, o esperado amparo aos usos disruptivos, o que consideramos ser, ademais, também da causa da comunidade, do grupo do qual fazem parte. Na observação dos resultados internos, 100% (10) dos participantes rejeitaram a assertiva frente a 70% (7/10), dos não participantes. Apenas 30% (3/10) acolheram o julgamento de que se trata de uma ameaça à língua e à sociedade.

Nesse último resultado, as respostas apresentadas rejeitam a perspectiva negativa com que o modelo linguístico é apresentado, quer dizer, rejeitam a construção linguística tida como um modelo nocivo de uso da linguagem. Conjecturamos se essa impressão, igualmente, recai apenas sobre a variante, havendo, nesse caso, uma compreensão que não a conecta aos seus usuários.

Essas reações favoráveis a uma assertiva que rejeita o uso linguístico disruptivo são parte do recorte que destoa no universo pesquisado, indicando, contrariamente aos dados que prestigiam positivamente os usos, um não acolhimento da variante, a parte dos respondentes que não se sente representada. Confirmamos, assim, que aqueles que, no universo pesquisado, não têm sentimento de pertencimento ou não compartilham dessa realidade, tendem a seguir um pensamento contrário. Logo, há o entendimento de que as nossas atitudes, que derivam de pensamentos, crenças, sentimentos, exercem uma influência a nossa conduta frente a questões sociais. Acessar informações é

fundamental, mas não garante a sensibilização para a causa, bem como a apreciação da linguagem inclusiva não-binária.

Quadro 15: *Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a variante_x*

<i>Teste de qui-quadrado</i>			
	Valor	df	p
X ²	0.000	1	1.000
N	20		

Quadro 16: *Teste de contingência*

Crença_variante_x	NÚCLEO		
	NEGNPart	NEGPart	Total
1	2	2	4
2	8	8	16
TOTAL	10	10	20

30. Apesar da diversidade de identidades de gênero expressas hoje em dia, usar Alun(x): ____ Série: ____ Turma: ____ no cabeçalho de uma prova é uma atitude desnecessária e incabível num contexto de escolarização.

Fonte: JASP

Não há associação entre as respostas e a variável controlada, visto que os valores de p estão acima do valor de α (alfa): $p = 1,00 > 0,05$. A resposta para a crença independe da variável.

A maioria das respostas se revelam *desfavoráveis* à crença 30. Apesar da diversidade de identidades de gênero expressas hoje em dia, usar Alun(x): __ Série: __ Turma: __ no cabeçalho de uma prova é uma atitude desnecessária e incabível num contexto de escolarização. Segundo os resultados do Quadro de contingência, apenas 20% (4/20) da amostra total se posicionam favoravelmente à assertiva negativa. Em número consideravelmente maior, 80% (16/20) sinalizaram não serem favoráveis a essa perspectiva negativa frente aos usos dessa variante.

Nos dados internos do Quadro, das respostas dadas pelos não participantes, os 80% (8/10) apontam a discordância da assertiva, frente a 20% (2/10) que acolhe o julgamento negativo. Há, entre os participantes, a esperada discordância da assertiva, 80% (8/10), o que resguarda os usos e os usuários, não apenas do NEG, como da própria comunidade

escolar. Chama-nos a atenção a ocorrência de 20% (2/10) de apoio à assertiva que considera não ser adequado esse uso no contexto de escolarização.

Favoráveis a uma assertiva que rejeita o uso linguístico disruptivo, esses participantes contrariam os dados que prestigiam positivamente os usos. Vemos que, no universo pesquisado, não há unanimidade ou total partilha do pertencimento ou empatia da realidade do diverso. Similarmente às conjecturas da análise anterior, são as atitudes, que derivam de pensamentos e crenças, sendo prevalentes sobre a nossa conduta nas diversas questões sociais.

Reforçamos a reflexão desenvolvida a partir de Silva (2022) que propõe a crítica do currículo através da centralidade em outras pautas, como a do gênero, a da raça, a da sexualidade, no processo de produção e reprodução da desigualdade. Não menos relevante é a proposição destas, vistas como atravessamentos dos estudos da linguagem, base para este estudo.

Com o olhar voltado para o conjunto do estudo, vemos que a participação feminina se mostra mais acessível a uma percepção mais positiva das variantes disruptivas, o que se pode verificar no desenho de suas respostas. Tal constatação nos leva a identificá-las como sendo o gênero mais atuante dentro da comunidade escolar, agenciando regras de convívio e aceitação às diferenças pela via do NEG, considerado seu endogrupo. Ainda que não sejam ativistas do Núcleo, fica evidente que encabeçam mais as discussões, já que reconhecem melhor as pressões sociais imputadas a gênero. Há que considerarmos ainda os elementos da raça e da classe social sendo mais fortemente sentidos. Isso, antes, fortalece e empodera, já que o contexto da comunidade escolar, ainda que tido como um exogrupo, no mais das vezes, é aberto a essas pautas, condicionando avaliações subjetivas alinhadas a atitudes e julgamentos mais positivos. Logo, a variável “ser mulher” interfere na resposta dessa comunidade.

Trazemos o conceito de interseccionalidade, o qual reconhece que as formas de opressão e discriminação, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, entre outras, estão interligadas e se sobrepõem. Sob essa ótica, por exemplo, Akotirene (2022), ao indicar que há opressão exacerbada, principalmente, quando diferentes categorias sociais se intersectam, enfatiza, ainda, serem as condicionantes de opressão mais pautadas sobre a mulher negra:

(...) há discursos masculinos produzidos pela ordem patriarcal, responsáveis por modelar subjetividades femininas condicionadas a tornar a mulher uma categoria de Outro: obedientes filhas, boas esposas, mães compulsórias e

cúmplices das violências praticadas contra elas, conforme assinala Simone de Beauvoir, no livro *O Segundo sexo*, publicado em 1949, e Marilena Chauí, em 1985, no artigo “Participando do debate sobre mulher e violência” (Akotirene, 2022, p. 30).

Em linhas gerais, diante do exposto nesta subseção, entendemos o marcador gênero, aqui, como apenas um dos indicadores de que as pessoas que têm múltiplas identidades podem enfrentar formas de discriminação diferentes e mais intensas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manifestações linguísticas das diferentes identidades de gênero constituem o recorte deste estudo. Com filiação na Sociolinguística Variacionista de Labov, vemos como as aportações dessa ciência validam nosso intento. Inscreve-se nos estudos linguísticos com uma concepção de linguagem que a caracteriza como essencialmente social. Apropriando-se dessa característica, adota a diversidade própria de uma comunidade linguística como sua principal ocupação de estudo e vê a língua atrelada substancialmente às vivências históricas e sociais dos falantes. Assim sendo, para Labov (2008, p. 21): "não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre" (Labov, 2008, p. 21).

Trata-se de uma abordagem que valida a finalidade do estudo das manifestações linguísticas associadas a usos de linguagem dissidente e à autoidentificação de gênero pela via de nomes, adjetivos e pronomes, tais como todes, todxs, tod@s, maravilhosos, meninos, etc), e que são observáveis nos mais diversos contextos sociocomunicativos, integrando, assim, a pauta linguística e social que nos move. Dada a relevância que lhe pesa, gera polêmicas e leva a sociedade a refletir sobre como aderir à incorporação dessas manifestações sem, contudo, modificar os paradigmas linguísticos vigentes. Trata-se de uma discussão que precisa buscar a via acadêmica para propor explicações para o fenômeno, contribuindo, dessa forma, numa dimensão que extrapole o viés linguístico, trazendo contribuições para o social.

Ponderamos, com esse propósito, fazer um estudo que considera a relevância de usos demandados por uma comunidade que se autorreferencia através de pronomes e outras categorias gramaticais generificados fora do binário masculino-feminino para existir no contexto de uma língua sobre a qual o olhar linguístico é preponderantemente masculino. Tal demanda partiu da observação do contexto de uma escola da cidade do Recife e da dinâmica desse ambiente ao lidar com a diversidade que lhe é característica, visto que se configura como espaço de convívio coletivo.

A proposição desse estudo aportou desafios, visto que trouxe uma demanda que se percebe envolta em uma rejeição, já que acomoda comportamentos linguísticos manifestados em esferas diversas, reproduzindo estruturas que operam fora da binariedade de gênero, propostas pela comunidade LGBTQIA+, que, além do fato de não ser reconhecidas pela gramática tradicional, não estão atreladas ao reconhecimento e ao respeito por muitos usuários da língua.

Propondo investigar as avaliações subjetivas que se evidenciam nos usos linguísticos correntes no espaço escolar, tivemos dois movimentos relevantes: um mapeamento sociolinguístico, o qual, *a priori*, pôde descrever e analisar o perfil dos integrantes da comunidade escolar, entre eles os estudantes, e, em um segundo momento, fizemos um estudo comparativo apenas com estudantes: o teste de crenças e o teste e atitudes linguísticas. Fizemos coleta, descrição e interpretação de resultados gerados por um programa de tratamento estatístico – o JASP, alimentado pelos resultados das respostas geradas pelos dois instrumentos de testagem.

O teste de crenças trouxe um rol de itens que ilustram as variantes em estudo, cujas respostas possibilitaram uma observação do imaginário social do qual partilham os respondentes. Foram trinta assertivas avaliadas, das quais, oito foram separadas em dois grupos de percepção: positivas - expostas por meio de acolhimento dos usos - e negativas - expostas por meio de rejeição. Utilizamos duas variáveis para a aferição: Núcleo e Gênero. Testamos as atitudes por meio de um questionário organizado em quatro sessões de dez assertivas, com as mesmas variáveis: I - Sentimento de empatia/ inclusão, II - Estética do uso, III - Adequação do uso ao contexto e IV - Correção gramatical, aferidos por meio de modelos linguísticos que acomodavam as variantes *padrão - @ - e*.

Do volume de respostas obtidas nos testes, selecionamos e organizamos itens representativos dos usos linguísticos em estudo e certificamo-nos de que atenderiam às exigências do programa de tratamento estatístico para a rodada, obtendo, com isso, os dados. Através desses instrumentos, mapeamos os julgamentos, quer dizer, as crenças e as atitudes de dois grupos de colaboradores: estudantes integrantes do Núcleo e Estudos de Gênero Márcia Dangremon e estudantes não integrantes do referido Núcleo. Tivemos o cuidado de selecionar igual número de participantes para cada grupo, bem como a mesma quantidade de representantes masculinos e femininos. Com essa organização e com os resultados definidos, fizemos um trabalho de estatística descritiva.

Com esta proposta de estudo, pudemos, assim, identificar os usos emergentes e dissidentes provenientes da linguagem não-binária no contexto de escolarização, determinar as crenças de estudantes da comunidade escolar referentes a usos da linguagem não-binária, em muitos casos, comparando-os aos usos prescritos pela gramática tradicional.

Foi na etapa do *Questionário Sociocultural* que passamos a abordar o tema linguagem inclusiva não-binária no contexto da escolarização, engajando os colaboradores da pesquisa e verificando indícios de seu posicionamento, conhecimento,

acolhimento ou aversão no que se refere ao tema em sua abrangência, haja vista ser de cunho linguístico e social. Houve, então, além da apreciação de aspectos socioculturais, uma aproximação ao objeto de estudo, o uso dos pronomes generificados fora da binariedade como “todes, todxs, tod@s”, bem como nomes e adjetivos tais como “maravilhosos”, “menines”, “alun(x)”.

Podemos atribuir ao contexto da comunidade um movimento de acolhimento e cuidado com a diversidade que nela se constitui enquanto um espaço coletivo de convívio. Isso se reproduz nas práticas comunicativas, que já acessam usos da linguagem inclusiva, em projetos diversos que promovem a cultura e a diversidade, na presença do NEG, entre outros movimentos pedagógicos que promovem formas de educação mais centradas no aprendiz. Ou seja, é nesse contexto que se volta para as interações com o estudante, seja pela via das redes sociais ou em contextos didáticos, que isso é mais produtivo. Destacamos não termos conseguido viabilizar a participação de professores na pesquisa.

O espaço escolar, porém, mediante a percepção de alguns membros representativos de setores diversos, ainda enseja abertura às questões que perpassam a diversidade, aqui aferida numa perspectiva linguística e reflexiva. Quando estas não estão voltadas para a interação e para os contextos de aprendizagem, ou seja, fora do espaço pedagógico, ainda há desconhecimento, para não dizer aversão. Vimos que há conhecimento prévio dos usos linguísticos da linguagem não-binária, porém com maior apropriação entre os estudantes. Ficou evidente que há diferenciação entre os grupos, sinalizados, em muitos aspectos, por costumes que lhes são característicos. Chegamos, já nessa etapa a uma primeira constatação, a de que a língua nos individualiza, já que está sumamente atrelada à identidade, assim como às atitudes.

Trazemos, nessa linha de compreensão, Rodrigues (2012, p. 363) *apud* Cordeiro e Parcero (2019): “A atitude em relação a uma língua ou ao seu uso é mais facilmente identificável quando se tem em mente que as línguas não são apenas portadoras de formas e atributos linguísticos determinados, mas que também transmite, por exemplo, conotações sociais, traços culturais, valores sentimentais e éticos”.

Ainda sobre a etapa do mapeamento sociolinguístico, julgamos ser a que, em muito, fundamentou a etapas que a seguiu (a saber: a aferição das crenças e atitudes), pois foi possível identificar, no conjunto das respostas dos participantes, o que os move enquanto agentes ativos no corpo social onde convivem. Conferimos que aspectos das suas vivências condicionam a maneira como interpretam ou mesmo julgam aspectos diversos de suas vivências e de seus pares. Falamos aqui dos contornos socioculturais

presentes nas experiências individuais e que formam suas idiossincrasias carregadas de traços culturais, valores, sentimentos e outros atravessamentos que definem suas identidades.

É nesse aspecto que a análise aqui empreendida vai na direção da proposta de Rodrigues (2012) que relaciona as atitudes linguísticas às próprias línguas e à identidade dos seus falantes, considerando, assim, que a atitude linguística se manifesta no comportamento dos indivíduos em relação não apenas a essas línguas, mas também em relação a seus usuários. Essa perspectiva nos conduz, ainda, a uma retomada de Cardoso (2015) que destaca a característica da heterogeneidade linguística como um fator natural decorrente da própria heterogeneidade social atribuída, entre outras coisas, ao contato intergrupar das diferentes comunidades. Isto posto, acrescentamos ser, segundo essa autora, “o fator social responsável pelas divergências linguísticas entre subgrupos distintos em uma dada comunidade. Assim, estratificação social, faixa etária, ocupação profissional, sexo são fatores que garantem a manutenção ou mesmo demarcação das características linguísticas de diferentes grupos”.

Na etapa de aferição das atitudes e crenças linguísticas, identificamos que os registros da linguagem inclusiva não-binária condicionam as crenças que demarcam um maior acolhimento entre os membros do NEG e as participantes autoidentificadas com o gênero feminino, frente aos não participantes do Núcleo e aos participantes masculinos, grupos mais resistentes aos usos das variantes majoritariamente atribuídas à comunidade LGBTQIA+, apesar do fato de esses usos circularem no contexto de escolarização e comumente serem reproduzidos em contextos os mais diversos que extrapolam os dessa comunidade. Comparadas as variáveis, os dados das aferições apontaram para uma amplitude das respostas referidas aos modelos linguísticos dos testes, indicadoras dos julgamentos, os quais também se pode atribuir aos seus usuários.

Reforçamos o fato de que a linguagem disruptiva pode vir a ser alvo de julgamentos negativos que se voltam proporcionalmente para os indivíduos aos quais faz menção e representa, segundo observado por Lambert e Lambert (1972), ao enfatizar a associação de determinada pessoa a sentimentos negativos, culminando em julgamentos também negativos sobre o objeto avaliado, assim como sua associação a sentimentos positivos que geram avaliações positivas.

Ao refletimos sobre a participação feminina, sendo estas mais abertas a uma percepção mais positiva das variantes disruptivas, dados os resultados de suas respostas, pudemos fazer sua identificação como o gênero mais atuante dentro da comunidade

escolar, agenciando regras de convívio e aceitação às diferenças pela via do NEG, considerado seu endogrupo. Ainda que não sejam ligadas ativamente ao Núcleo, fica evidente que encabeçam mais as discussões, já que reconhecem melhor as pressões sociais imputadas ao gênero. O marcador gênero serviu, assim, como um dos indicadores para o enfrentamento de diferentes formas de discriminação, sendo, nessa perspectiva, empoderador.

Ficou evidente a diferenciação entre os grupos quanto ao acesso e ao acolhimento dos usos linguísticos em apreciação neste estudo. Se diferenciam, em muitos aspectos, por costumes que lhes são característicos, como a língua, sumamente atrelada à identidade e às atitudes. Logo, encontramos atitudes positivas na comunidade de prática em estudo, ainda que mais evidente quanto à aceitação e entendimento por parte dos informantes do gênero feminino e dos participantes do NEG. Dessa forma, há o reconhecimento da aplicabilidade dos usos disruptivos da linguagem inclusiva não-binária no contexto de escolarização, evidenciadas nos modelos linguísticos ali instaurados, o que garante aporte de atitudes majoritariamente positivas advindas dos dois segmentos avaliados, visto que são usos entendidos como representações não apenas linguísticas, mas também ideológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, V. de A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v.2, p.105-112, 2008a. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N2_11.pdf. Acesso em 16 de julho de 2022.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2022.

ALKMIM, T. Sociolinguística (parte I). *In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. N. Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2012.

Anais do IX Ciclo de Estudos de Linguagem e II Congresso Internacional de Estudos de Linguagem, 2017.

BARBOSA, G. C. *Atitudes linguísticas e identidade na fronteira Brasil-Colômbia*. 2004. 139 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BARRETO, Marcelo Menna. A gramática da inclusão. *Extra Classe*. n. 258, outubro, 2021. p. 14-17.

BARROS, Dulce Elena Coelho. Gêneros gramatical, textual e social nos estudos linguísticos. *In: Acta Scientiarum. Language and Culture Maringá*, v. 32, n. 2, p. 181-189, 2010. DOI: 10.4025/actascilangcult.v32i2.9950.

BOTASSINI, J. O. M. A importância dos estudos de crenças e atitudes para a sociolinguística. *In: SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 18/1, p. 102-131, jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 174p.

BUTLER, J. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith: *Gender Trouble: feminism and the susion of identity*ver. New York, Routledge, Champman & Hall, 1990.

CALDAS-COULTHARD, C. R. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. *Discurso & Sociedad*. Barcelona, v. 1, n. 2, p. 230-246, 2007.

CAMACHO, R. G. Sociolinguística (parte II). *In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. N. Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2012

VASSOLER, A., & CAMACHO, R. G. (2016). Crenças e atitudes linguísticas: a variante retroflexa na variedade Rio-pretense. *Revista Do GEL*, 13(2), 163–191. Disponível em: <https://doi.org/10.21165/gel.v13i2.1426>. Acesso em 16 de julho de 2022.

CÂMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 36° ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARDOSO, D. P. *Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros*. São Paulo: Blucher, 2015.

CARVALHO, D. S. As genitálias da gramática. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1–21, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i1.1693. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1693>. Acesso em: 17 de setembro de 2022

CEZÁRIO, M.M.; VOTRE, S. Sociolinguística. *In: MARTELOTTA, M. E. (Org.)*. Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2016.

COELHO, I. L. [et al.]. *Sociolinguística*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. 172 p. p. ISBN 978-85-61482-25-1

COLLISCHONN, G.; SCHWINDT, L. C. Por que a distinção entre gênero social e gramatical na língua portuguesa é necessária ao idioma. *In: GZA - PORTO ALEGRE*, 19/07/2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/12/por-que-a-distincao-entre-genero-social-e-gramatical-na-lingua-portuguesa-e-necessaria-ao-idioma-4928930.html>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

CORDEIRO, D.; PARCERO, L. M. J. Sambando na cara da sociedade: um estudo sobre as atitudes linguísticas no contexto do samba chula de São Braz. *In: A cor das letras - Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS Feira de Santana*, v. 20, n. 1, p. 276-291, janeiro-abril 2019

CORDEIRO, M. B. G. Teste de percepção: como alunos do ensino fundamental e médio avaliam traços estigmatizados da língua? *In: Mauá – Revista de letras e linguagens midiáticas – Centro Universitário Barão de Mauá - ISSN 2237-3586*

CORTEZ, A. M. B. Espaço de (des)encontros: crenças e atitudes linguísticas nas fronteiras Brasil/Argentina e Brasil/Paraguai. *VERBUM (ISSN 2316-3267)*, v. 10, n. 3, p. 345-364, dez. 2021

DA HORA, D. Atitude: um conceito teórico, um conceito de vida. *Revista do GELNE*, [S. l.], v. 14, n. 1/2, p. 367–386, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9378>. Acesso em: 13 jun. 2023.

FARACO, C. A. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

FIGUEIREDO, D. de C. *Linguagem e gênero social: contribuições da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional*. D.E.L.T.A. v. 25, n. especial, p. 732-753, 2009.

FREITAG, R. M. K., MARTINS, M. A., TAVARES M. A. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, São Paulo, 56 (3): 917-944, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/J6ZcH9z3RPYz5ZGxnQkZJkr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 de julho de 2022.

FREITAG, R. et al. Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas de universitários do Sul e do Nordeste. *In: Todas as Letras São Paulo*, v. 18, n. 2, p. 64-84, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15529/1980-6914/letras.v18n2p64-84>. Acesso em 16 de julho de 2022.

FREITAG, R. M. K. Educação a todas, todos, todes: linguagem não-binária na sala de aula. Cenpec, 2021. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/linguagem-nao-binaria-na-sala-de-aula>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

FREITAG, R. M. K. Modelagem de dados. 2020. Disponível em: <https://rkofreitag.github.io/Software.html/>. Acesso em: 17 de dezembro de 2021.

FREITAG, R. M. K. Teste de hipóteses e valores de significância, 2020. Disponível em: <https://rkofreitag.github.io/Pvalor.html/>. Acesso em: 17 de dezembro de 2021.

GONÇALVES, D. S. Por uma língua feminista: Uma breve reflexão sobre o sexismo linguístico. *In: Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)*, São Luís, v. 4, n. 1, jan./jun. 2018.

GONÇALVES, D. S. (2018). Por uma língua feminista: uma breve reflexão sobre o sexismo linguístico. *In: Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, (RICS)*, São Luís, v. 4, n. 1, jan./jun. 2018.

LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Schre, Caroline Rodrigues Cadoso. São Paulo, Parábola Editorial, 2008, 392p.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. *Psicologia social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

LAU, H. D. A questão da linguagem “neutra” ou não-binária pelo viés discursivo: um estudo para um novo olhar para a língua portuguesa. *In: III Seminário Internacional e IV Congresso nacional em Estudos da Linguagem (SNEL) – ISSN 2175-953X – UNIOESTE*, Novembro - 2017.

LAU, H. D. *Pelo direito e orgulho de ser heterossexual no terceiro domingo de dezembro*. São Paulo: Pimental Cultural, 2018.

LAU, H. D.; SANCHES, G. J. A linguagem não-binária ou neutra presente na língua portuguesa: possibilidades e reflexões. *In: IX Ciclo de Estudos de Linguagem e II Congresso Internacional de Estudos de Linguagem*, 2017, Ponta Grossa.

LOURENÇO, D. de S. *Crenças e atitudes linguísticas: tendências de reação de curitibanos e londrinenses*. 109 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

- LYONS, J. Semântica – I. Porto, Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCELINO, P A. F. Representações Sociais e Relações Intergrupais. Dissertação (Mestrado em Linguagem) – ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, 2007
- MARGOTTI, F. W.; MARGOTTI, R. de C. M. F. Morfologia do Português. UFSC, UAB. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.
- MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. 3ª ed. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- MORGADO, M. A primavera não binária. Protagonismos trans não binária no fazer científico. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021.
- PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil. Revista Periódicus. n. 01, maio-outubro, 2014.
- PEREIRA, D. K. F. Avaliações subjetivas de universitários recifenses acerca da realização de artigo definido feminino diante de antropônimos masculino no português brasileiro. 2021. 176f. Tese (Doutorado em linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- REIS, P. C.; MACHADO, D. P.; BARBOSA, S. C. D. A. A sociolinguística e o ensino da língua materna. In: X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE – PUCPR, Curitiba, 07 a 10 de novembro de 2011.
- ROCHA, C. B. de A. Teoria Queer entre a pós-modernidade e o Presentismo: um caminho crítico possível? Revista Periódicus. n. 06, v. 01, nov. 2016 – abr. 2017. p. 212-240.
- SELLA, A. F.; CORBARI, C. C. Crenças e atitudes linguísticas de falantes urbanos de Irati (PR): um olhar sobre o outro. Estudos Linguísticos, São Paulo, 41 (2): p. 723-738, maio-ago 2012.
- SCHWINDT, L. C. (2020) Predizibilidade da marcação de gênero em substantivos no português brasileiro. In: CARVALHO, D.; BRITO D. (Org.). Gênero e língua(gem): formas e usos. 1ed., Salvador / Bahia: Editora da UFBA, v. 1, p. 279-294.
- SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1–23, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i1.1709. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1709>. Acesso em: 28 set. 2023. Acesso em 12 de out. de 2022.
- SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p.

SUTHERLAND, J. P. (2014). Os efeitos político-culturais da tradução do queer na América Latina. *Revista Periódicus*, 1(1), 5–20. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i1.10145>. Acesso em: 28 set. 2023. Acesso em 12 de out. de 2022.

TARALLO, F. A pesquisa Sociolinguística. São Paulo: Ática, 2000.

TILIO, R. de; VIEIRA, M. de P. P. Sistemas de linguagens não-binárias em gênero e sexualidade. *In: Revista Dissol*, Pouso Alegre, ano VI, nº 13, jan./ jun. 2021 – ISSN 2359-2192.

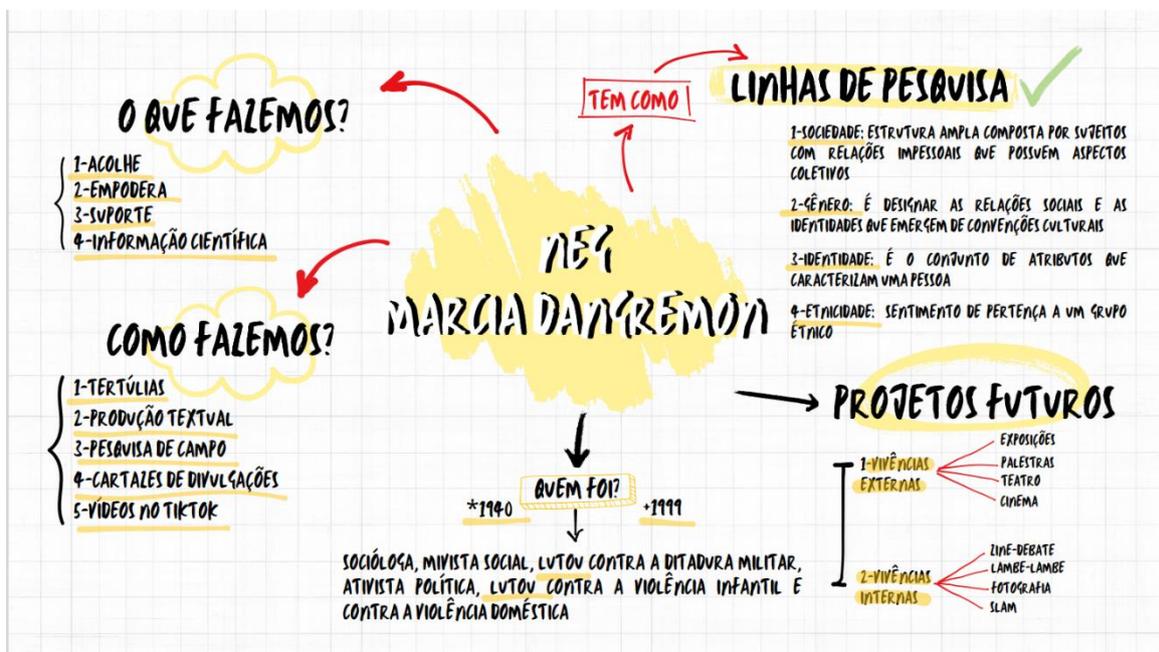
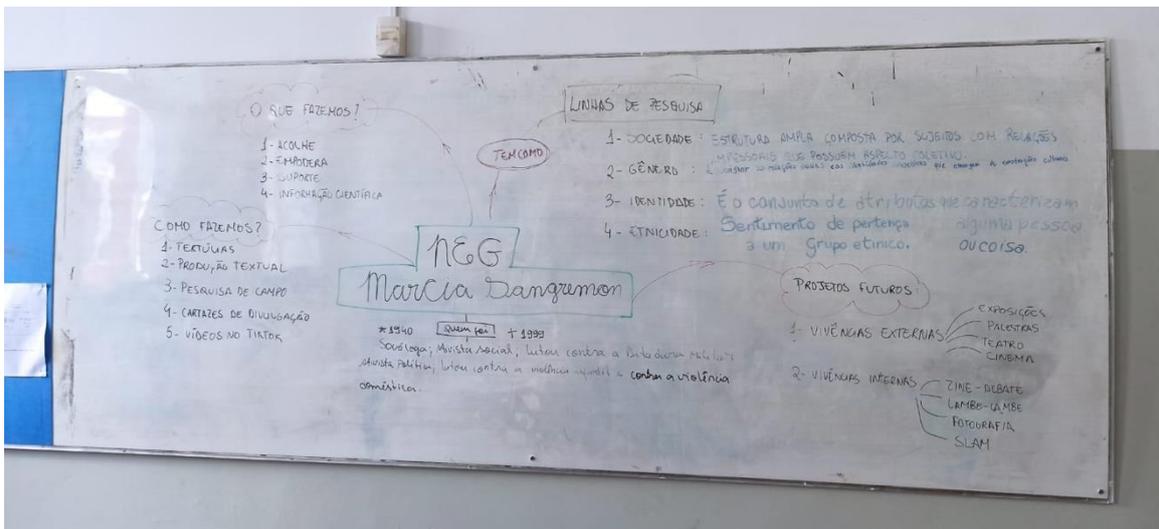
VELOSO, R. As três ondas da sociolinguística e um estudo em comunidades de práticas. *In: XVII Congresso Internacional Asociación de Linguística y Filología de América Latina – ALFAL/ 2014*, João Pessoa - Paraíba, Brasil

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

ZACARIOTTI, D. Do reconhecimento à redistribuição de gêneros dissidentes a partir da linguagem como poder. *In: ANO XVII. N 01. JANEIRO/2021 – NAMID/UFPB* Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/index>. Acesso em 12 de out. de 2022.

ANEXOS

ANEXO 1 - MAPA MENTAL - AULA DA ELETIVA DO NEG MÁRCIA DAGREMON E SUA REPRODUÇÃO PARA REDES SOCIAIS



ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO SOCIOCULTURAL

SEÇÃO 1

Este questionário tem o objetivo de coletar dados socioculturais dos participantes da pesquisa. As informações levantadas são sigilosas e serão tratadas exclusivamente pela pesquisadora.

EMAIL -

TELEFONE - *Preferencialmente, seu contato de WhatsApp!*

CÓDIGO PARTICIPANTE -

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar desta primeira etapa da pesquisa, fornecendo dados sobre o meu perfil sociocultural. Declaro que fui informado (a) sobre seus objetivos e que tenho toda a liberdade de me recusar a participar, retirando meu consentimento a qualquer momento. Fui também esclarecido (a) de que meu nome não será divulgado nos resultados, sendo-me garantida a total confidencialidade dos dados.

Sim não

SEÇÃO 2 – IDENTIFICAÇÃO

NOME COMPLETO - *Informe também apelido ou nome social, se tiver!*

ONDE VOCÊ RESIDE ATUALMENTE? - *Informar bairro, município e Estado.*

PROCEDÊNCIA

Zona urbana - Rural

COMO VOCÊ SE DECLARA QUANTO A COR/ETNIA?

Branco - Preto - Pardo – Amarelo – Indígena - Não-declarado - Cigano

SEXO - *O naturalmente adquirido, o de nascença.*

Mulher - Homem

GÊNERO - *O gênero é socialmente construído.*

Feminino – Masculino - Não binário - Não me identifico com nenhuma das alternativas anteriores - Prefiro não declarar - Outro

Se sua resposta foi "Outro", indique qual.

SEXUALIDADE

Não-LGBTQIA+ (heterossexual) - LGBTQIA +

FAIXA ETÁRIA

13 a 17 anos - 18 a 21 anos - 22 a 30 anos - 31 a 40 anos - 40 ou mais

ESTADO CIVIL

Solteiro (a) - Casado (a) - Separado (a) - Divorciado (a) - Viúvo (a) - União estável

SEÇÃO 3 - INFORMAÇÕES ESCOLARES

QUAL O GRAU DE INSTRUÇÃO EM QUE VOCÊ SE ENCONTRA ATUALMENTE?
- Informe aqui sua escolaridade.

Ensino Fundamental concluído - Ensino Médio concluído - Ensino Médio incompleto ou cursando - Ensino Superior concluído - Ensino Superior incompleto ou cursando - Pós-graduação concluída - Pós-graduação não concluída

GRAU DE ESCOLARIDADE DO PAI OU RESPONSÁVEL POR SUA CRIAÇÃO -
Responda este item apenas se você for estudante!

Não alfabetizado – Alfabetizado - Ensino Fundamental incompleto - Ensino Fundamental completo - Ensino Médio incompleto - Ensino Médio completo - Superior Incompleto - Superior completo

GRAU DE ESCOLARIDADE DA MÃE OU RESPONSÁVEL POR SUA CRIAÇÃO -
Responda este item apenas se você for estudante!

Não alfabetizado – Alfabetizado - Ensino Fundamental incompleto - Ensino Fundamental completo - Ensino Médio incompleto - Ensino Médio completo - Superior Incompleto - Superior completo

SEÇÃO 4 - INFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

Suas áreas de interesse e fontes de informação!

ENQUADRAMENTO DO PARTICIPANTE NA COMUNIDADE ESCOLAR

Estudante - Pai, mãe ou responsável por estudante - Funcionário/ colaborador – Professor - Equipe gestora/ pedagógica

SOBRE SUA OCUPAÇÃO, NO MOMENTO ATUAL

Apenas trabalho - Trabalho e estudo - Apenas estudo

ALÉM DOS ESTUDOS OU DO TRABALHO, COM QUAIS ATIVIDADES VOCÊ MAIS OCUPA SEU TEMPO?

Leitura – Política - Lazer e cultura (*música, cinema, teatro, museus, espetáculos, viagens e passeios, etc.*) – Arte - Séries de TV – Esportes – Religião – Tecnologia – Educação - Namoro e diversão - Saúde, beleza e sexualidade – Outros

QUAL SEU NÍVEL DE INTERESSE NAS ATIVIDADES SELECIONADAS?

Alto – Mediano – Baixo

INDIQUE, ENTRE AS OPÇÕES ABAIXO, QUAL (IS) A (S) QUE VOCÊ CONSUME?

Tv - Redes sociais – Tictoc - Revistas e jornais – Livros - Serviços de streaming (*PodCast, Spotify, Netflix, Deezer, YouTube, Disney+...*)

COM QUE FREQUÊNCIA?

Sempre - Quase sempre – Nunca

QUAL O TIPO DE LEITURA OU MEIO DE COMUNICAÇÃO VOCÊ MAIS UTILIZA PARA SE MANTER ATUALIZADO?

Jornais – Revistas – Livros – Televisão – Internet - Pod Cast - Rádio

COM QUE FREQUÊNCIA?

Sempre - Quase sempre – Nunca

PARTICIPA DE ALGUM GRUPO RELIGIOSO?

Sim. Ativamente! - Sim. Eventualmente! – Não

QUAL DENOMINAÇÃO?

Católica – Evangélica – Espírita - Umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras
– Judaica - Sou Ateu - Sou Agnóstico - Não tenho religião – Outra

Se você assinalou "Outra", indique qual.

PARTICIPA DE ALGUM OUTRO GRUPO? ENCONTRA-SE ENTRE OS LISTADOS ABAIXO?

Associação (*de moradores, de servidores, de bairro, etc.*) - Grupo jovem - Grupo de estudos - Clube

Coletivos culturais (*atuam com dança, música, teatro, moda, artes plásticas, poesia, etc.*) -

Não participo de nenhum grupo - Outro

Se você assinalou "Outra", indique qual.

SEÇÃO 5 - SOBRE O CONVÍVIO NA ESCOLA

VOCÊ RECONHECE A DIVERSIDADE EXISTENTE NO CONTEXTO ESCOLAR? QUER DIZER, A CONVIVÊNCIA DE INDIVÍDUOS DIFERENTES EM RELAÇÃO À ETNIA, RELIGIÃO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, CULTURA, GÊNERO?

Sim - Não

COMO QUALQUER OUTRO TEMA SOCIAL, AS QUESTÕES DE SEXUALIDADE E DE GÊNERO ESTÃO PRESENTES NAS ESCOLAS E FAZEM PARTE DO PROCESSO DE VIVÊNCIA DE MUITOS ALUNOS.

QUAL O SEU GRAU DE CONCORDÂNCIA COM ESSA AFIRMAÇÃO?

Concordo totalmente - Concordo em parte - Discordo totalmente

VOCÊ CONHECE A SIGLA LGBTQIA+?

Sim - Não

VOCÊ RECONHECE AS ORIETAÇÕES SEXUAIS E AS IDENTIDADES DE GÊNERO USADAS PELOS MEMBROS DESSA COMUNIDADE? PODERIA INDICÁ-LAS?

Dois espíritos ou 2S – Aliado – Assexual – Bissexuais – Cisgênero – Curioso – Familiares – Gays – Heterossexual – Intersexo – Kink – Lésbicas - Não binário – Pansexuais – Queer – Questionando – Transgêneros - Não reconheço

CONHECE E TEM CONTATO FREQUENTE COM PESSOAS DA COMUNIDADE LGBTQIA+?

Sim – Não

SE SUA RESPOSTA FOI ‘SIM’, PODERIA ESPECIFICAR O CONTEXTO?

Na família - Na escola - Entre os amigos próximos - Vejo com frequência nos diversos espaços em que convivo, mas sem proximidade - Não vejo com frequência nos diversos espaços em que convivo

CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR EM LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA OU NEUTRA?

Sim - Não

A LINGUAGEM NÃO BINÁRIA É TAMBÉM CHAMADA DE LINGUAGEM NEUTRA OU INCLUSIVA. ELA ABARCA UMA SÉRIE DE FORMAS PARA INDICAR O GÊNERO DAS PESSOAS, SEM IDENTIFICÁ-LAS NO FEMININO OU MASCULINO.

VOCÊ JÁ PRESENCIOU ESSE USO EM ALGUM CONTEXTO? PODERIA DIZER ONDE?

Nestes casos, as partículas nominais localizadas no final das palavras para marcação do gênero, como “o” e “a”, são substituídas por terminações como “e”, “@”, “x” e “u”.

Exemplo: *Sejam todes bem-vindes!*

ANEXO 3 – TESTE DE CRENÇAS

CRENÇAS	SIM	NÃO
1. Para mim, falar “todos, todas e todes” está errado.		
2. Para mim, falar “todos e todas” está errado.		
3. Para mim, falar apenas “todos” está errado.		
4. Usar os pronomes “neutros” todes, todxs ou tod@s é algo exclusivo da população LGBTQ+.		
5. Saudações como “Sejam todes/as/os bem-vindes/as/os!” são desnecessárias!		
6. Vejo como respeito à diversidade de gênero usos como “ <i>Sejam todes/as/os bem-vindes/as/os!</i> ”.		
7. Pessoas que utilizam esse tipo de construção “ <i>todos, todas e todes</i> ”, podem ter intenções discriminatórias.		
8. Pessoas que utilizam esse tipo de construção “todos, todas e todes” se adaptam a uma evolução da língua.		
9. Pessoas que utilizam esse tipo de construção “todos, todas e todes” se adaptam a uma atualização/modernização natural da língua.		
10. Qualquer pessoa, independente do gênero, pode realizar construções como “todes, todxs ou tod@s” sem que sua sexualidade seja questionada por integrantes da comunidade LGBTQ+.		
11. Quem utiliza construções como, por exemplo, “tod@s” ou “todes” deve policiar sua fala em um contexto formal.		
12. Quem fala “todes, todxs ou tod@s” é uma pessoa que desrespeita a língua portuguesa.		
13. Construções linguísticas com uso de “todes, todxs ou tod@s” são mais comuns na fala de LGBTQ+ de classe média a classe média-baixa.		
14. Construções linguísticas com uso de “todes, todxs ou tod@s” são mais comuns na fala de LGBTQ+ de classe média a classe média-alta.		
15. Construções linguísticas com uso de “todes, todxs ou tod@s” são mais comuns na fala de LGBTQ+ de classe alta.		
16. Construções linguísticas com uso de “todes, todxs ou tod@s” são mais comuns na fala de pessoas com maior escolarização.		
17. Construções linguísticas com uso de “todes, todxs ou tod@s” são mais comuns na fala de pessoas com menor escolarização.		
18. Construções linguísticas com uso de “todes, todxs ou tod@s” são mais comuns na fala de pessoas com mais idade.		
19. Construções linguísticas com uso de “todes, todxs ou tod@s” são mais comuns na fala de pessoas com menos idade.		
20. Quem faz uso de construções linguísticas com “todes, todxs ou tod@s” pode ser vítima de preconceito.		
21. Uma mulher que utiliza os pronomes “ <i>todes, todxs ou tod@s</i> ” pode sofrer mais discriminação que um homem que realiza a mesma construção.		
22. A nossa língua já faz uso de construções linguísticas ‘neutras’, que não marcam o gênero, como por exemplo ao fazer referência a “pessoa”, “criança” ou “gente”, o que faz com que o uso de pronomes como “todes, todxs ou tod@s” seja completamente aceitável em qualquer contexto.		
23. A nossa língua já faz uso de construções linguísticas ‘neutras’, que não marcam o gênero, como por exemplo ao fazer referência a “pessoa”, “criança”		

ou “gente”, o que faz com que o uso de pronomes desgenerificados “todes, todxs ou tod@s” seja desnecessário.		
24. A tradição da língua portuguesa deve ser preservada, mudanças linguísticas como as propostas pelo uso dos pronomes e nomes “neutros” como todes, tod@s, alunes ou alun(x) ameaçam a língua e a sociedade.		
25. Mudanças não ameaçam a língua e a sociedade, ao contrário, mudanças, como as propostas pelo uso dos pronomes ou dos nomes sem indicação de gênero como “juntas, alun(x), maravilhosos, tod@s são a matéria-prima de qualquer língua, que evolui.		
26. A gramática tem que refletir a língua em uso, não o contrário.		
27. <i>Povo lindo, gente linda!</i> “Povo” e “gente” são termos usados para referir todos os gêneros, sendo bem mais adequado que termos “neutros”. <i>Em 2017, o metrô de Londres alterou a locução “Bom dia senhora, bom dia senhor” para “Bom dia a todos”, de modo a incluir a todas as pessoas que utilizam seu sistema de transporte. Bem mais adequado que termos “neutros”!</i>		
28. Vocês são <i>maravilhosos!</i> Considero esse uso desnecessário em qualquer contexto, mais ainda no escolar.		
29. Há uma diversidade de identidades de gênero nos diversos contextos sociais, inclusive na escola. Usar, por exemplo, Alun(x): _____ Série: _____ Turma: _____ no cabeçalho de uma prova é uma mostra de acolhimento e respeito a essa diversidade.		
30. Apesar da diversidade de identidades de gênero expressas hoje em dia, usar Alun(x): _____ Série: _____ Turma: _____ no cabeçalho de uma prova é uma atitude desnecessária e incabível num contexto de escolarização.		

ANEXO 4 – TESTE DE ATITUDES

SEÇÃO 1 – IDENTIFICAÇÃO
EMAIL - CÓDIGO PARTICIPANTE –
SEÇÃO 2 - SENTIMENTO DE EMPATIA/ INCLUSÃO <i>O quanto você se sente incluído em um grupo que produz as construções que seguem. Neste primeiro item, julgue as sentenças, baseado na seguinte escala de concordância: 1. Totalmente excluído; 2. Parcialmente excluído; 3. Indiferente; 4. Parcialmente incluído; 5. Totalmente incluído</i>
<ol style="list-style-type: none">1. Bom dia a <u>todos!</u>2. Bom dia a <u>todos e todas!</u>3. Bom dia a <u>todas e todos!</u>4. Pessoal... nos próximos dias, vamos ficar atentos para mobilizar <u>tod@s</u> que perderam o prazo ou deixaram de se inscrever. Oportunidade de ouro!! 🍷🍷🍷5. Bom dia, <u>pessoal!</u>6. Bom dia, <u>gente!</u>7. Bom dia a <u>todos,</u> <u>todas e todes!</u>8. Sejam <u>todes/ as/ os bem-vindes/ as/ os!</u>9. Olá, <u>pessoas!</u>10. @xxxx: Olá, <u>menines!</u> Estamos abrindo uma caixinha de perguntas para que vocês deixem sugestões de temas, para discutirmos no Núcleo.11. @xxxx: Hoje ao meio-dia tem estreia do podcast (...) com <u>alunes</u> do Jarbas Pernambucano, GP Aurora e Aníbal Fernandes.12. @xxxx: Eu realmente não sei lidar com o orgulho que sinto do amadurecimento de vocês! Muito obrigada pela confiança e obrigada por embarcarem nessa missão junto comigo. Vocês são <u>maravilhosos!</u>
SEÇÃO 3 - ESTÉTICA DO USO <i>Considere agora a estética das formas expostas nas sentenças abaixo. Para esse julgamento, você deve utilizar a seguinte escala: 1. Muito feio; 2. Feio; 3. Indiferente; 4. Bonito; 5. Muito bonito</i>
<ol style="list-style-type: none">1. @xxxx: Chegou mas um ano e isso significa mais um ano de Núcleo de estudos. O ano de 2021 foi incrível e somos agradecidos a todos que estiveram presentes (...). Mas seguimos e temos mais um ano pela frente pra fazer nossas ações, debater temas importantíssimos e de trocas maravilhosas. Sejam <u>todes/as/os bem-vindes/as/os!</u>2. As frases "ela é minha amiga" e "ele é meu amigo", estão no feminino e no masculino, respectivamente. Em uma linguagem neutra de gênero fica "<u>elu é minhe amigue!</u>".3. Nosso segundo dia de V Semana do Patrimônio da escola! Abrigada <u>a todos, a todas!!!</u>4. Recadinho especial desses parceiros incríveis que fazem a rede de escolas da GRE xxxxx! <u>Todas e todos juntos</u> acreditando no sucesso de vocês! Bom Enem, rapaziada!5. (...) as matrículas iniciam na próxima segunda e encerram no dia 14 de janeiro. Organizem a documentação, vejam a questão do horário de matrículas e desde já, <u>bem-vindas e bem-vindos!</u>6. (...) <u>A todas e todos,</u> um excelente ano letivo! Contem conosco.7. Bom dia, meus nobrxs estudantes. (...) Vocês devem observar as instruções contidas no material e segui-las. Fiquem bem e tenham um bom e breve retorno à escola. Abraços.

8. (...) *Beijos no coração de **tod@s**, meus queridos colegas e trabalho.*
9. *Boa noite a **tod@s**! (...) Vi que entraram novos professores no quadro. Sejam muito **bem-vindos (as)**!*
10. *Fechando 2021 com chave de ouro, certificando nossos monitores do ano, agradecendo pela caminhada partilhada e vencida! Feliz 2022, comunidade! Seguimos **juntos e juntas**!*
11. *26 de junho, dia do professor de Geografia! Aos **camaradx**s da área, sucesso!!*

SEÇÃO 4 - ADEQUAÇÃO DO USO AO CONTEXTO

Se você escutasse alguém produzindo as sentenças abaixo em seu ambiente de trabalho/ estudo, ou seja, no contexto escolar, qual seria seu julgamento sobre tal pessoa? Leve em consideração a seguinte escala:

1 – Inadequado; 2. Pouco adequado; 3. Independe; 4. Adequado; 5. Muito adequado

1. *@xxxx: Salve, Salve Tereza de Benguela, Luísa Mahim, Aquatune, Dandara, Luiz Gama. Salve, Salve, Salve Zumbi dos Palmares!!! **Juntas, juntas e juntos** a gente consegue chegar! Gratidão!*
2. *@xxxx: Nosso SALVE a **todes, todas e todos** que continuam na luta contra o projeto de escravidão do povo negro e indígena!*
3. *Bom dia, caros estimados. **Estudantxs**, em virtude da extraordinária impossibilidade de chegada no horário de aula, às 7h30, devido aos transtornos causados pelos alagamentos. Estou disponibilizando material para estudos e aprofundamento (...) Espero que todos estejam em segurança. Um forte abraço*
4. *@xxxx: 18ª Semana de Ciência e da Tecnologia. Apresentação dos nossos dois projetos exitosos 2020/20221: o Podcast xxxxxxxx e o xxxxxxxx! Gratidão a **tod@s, a todes e a todos** que participaram e acreditaram na proposta! Se fosse nomear **cada uma e cada um** aqui, poderia certamente cometer injustiças, visto que a memória é falha. O sucesso é coletivo!*
5. *@xxxx: **Povo** lindo, **gente** linda! Viver 2021 com vocês foi mais do que um desafio, foi uma aventura fantástica! (...) Poucas comunidades tiveram pique para segurar a onda e infelizmente perderam o prumo. Espero que já tenham retornado ou que retornem, logo, logo... **juntos e juntas** (...)*
6. *(...) O uso da máscara cobrindo a boca e o nariz continua sendo obrigatório. Agradecemos a compreensão de **tod@s e todos**.*
7. *Que dia maravilhoso! Não pude ir, mas enviei mensagem e motivação para **tod@s, todos e todes** em nosso grupo de WhatsApp.*
8. *Muito OBRIGADO a **tod@s** que se fizeram presentes, tanto no Meet como em pensamento.*
9. *ESCOLA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
DISCIPLINA: XXXXXXXXXXXX
PROFESSOR: XXXXXXXX
ALUN (X): _____
DATA: ___/___/2022 SÉRIE: ___ ANO DO ENSINO MÉDIO, TURMA: ___*
10. *@xxxx, você é sempre **bem-vinde**!*

SEÇÃO 5 - CORREÇÃO GRAMATICAL

*No Brasil, há uma forte tradição escolar-normativa que faz com que acreditemos que mudanças ameaçam a língua. Diante disso, como você avalia as mudanças propostas pelo uso dos pronomes e de outras categorias gramaticais generificados fora do binário masculino-feminino, como em **todes, todes** e **tod@s**, do ponto de vista da correção gramatical? Leve em consideração a seguinte escala:*

1. Incorreto; 2. Incorreto, mas válido; 3. Independe; 4. Correto, mas inválido; 5. Correto e válido

1. *Essa semana teremos três episódios e nosso podcast imperdíveis! Fiquem **atentas e atentos!** Confiram! Gratidão!*
2. ***@xxxxx:** Eu realmente não sei lidar com o orgulho que sinto do amadurecimento de vocês! Muito obrigada pela confiança e obrigada por embarcarem nessa missão junto comigo. Vocês são **maravilhosos!***
3. ***@xxxxx:** Chegou mas um ano e isso significa mais um ano de Núcleo de estudos. O ano de 2021 foi incrível e somos agradecidos a todos que estiveram presentes (...) Mas seguimos e temos mais um ano pela frente pra fazer nossas ações, debater temas importantíssimos e te trocas maravilhosas. Sejam **todes/as/os bem-vindes/as/os!***
4. ***@xxxxx:** Salve, Salve Tereza de Benguela, Luísa Mahim, Aquatune, Dandara, Luiz Gama. Salve, Salve, Salve Zumbi dos Palmares!!! **Juntas, juntas e juntos** a gente consegue chegar! Gratidão!*
5. *Evento Maravilhoso com a Mestra xxxxxx que pesquisou as Coleções Didáticas do Museu xxxxx em seu Mestrado em Museologia pela USP. Que venha o Doutorado, querida! Parabéns a **todas e a todos** pela organização do evento!*
6. ***@xxxxx:** 18ª Semana de Ciência e da tecnologia. Apresentação dos nossos dois projetos exitosos 2020/20221: o Podcast xxxxxxx e o xxxxxxx! Gratidão a **todas, a todes e a todos** que participaram e acreditaram na proposta! Se fosse nomear **cada uma e cada um** aqui, poderia certamente cometer injustiças, visto que a memória é falha. O sucesso é coletivo!*
7. *Sejam **todes/ as/ os bem-vindes/ as/ os!** Meu abrigado aos que abraçaram essa causa necessária que é a educação e conseguem transformar projetos de vida em realidade, incentivando os sonhos dos nossos jovens, **OBRIGADO!!!***
8. *Bom dia, meus queridíssimxs. Deixarei um material no Mural de atividades de vocês referente ao nosso encontro de hoje. Fiquem bem!*
9. *Boa noite a **tod@s!** (...) Vi que entraram novos professores no quadro. Sejam muito **bem-vindos (as)!***
10. *Os pronomes pessoais e possessivos de terceira pessoa, “ele”/“dele” para o masculino e “ela”/“dela” para o feminino podem ser substituídos pelos termos “elu”/“delu”, segundo a proposta da linguagem neutra.
Exemplo: “Ela é bonita” se transformaria em “Elu é bonite”.*